

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LAÍS DI BELLA CASTRO RABELO

"Ou morre ou fica aleijado": um estudo sobre o corpo-si mutilado pelo
trabalho terceirizado no setor elétrico em Minas Gerais

Belo Horizonte

2020

LAÍS DI BELLA CASTRO RABELO

"Ou morre ou fica aleijado": um estudo sobre o corpo-si mutilado pelo trabalho terceirizado
no setor elétrico em Minas Gerais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial à obtenção do título
de Doutora.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e
Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vanessa Andrade de
Barros.

Belo Horizonte

2020

150
R114o
2020

Rabelo, Laís Di Bella Castro.

"Ou morre ou fica aleijado"[manuscrito] : um estudo sobre o corpo-si mutilado pelo trabalho terceirizado no setor elétrico em Minas Gerais / Laís Di Bella Castro Rabelo. - 2020.

104 f.

Orientadora: Vanessa Andrade de Barros.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia – Teses. 2. Trabalho -Teses. 3. Terceirização – Teses. 4. Acidentes do trabalho – Minas Gerais - Teses.

I. Barros, Vanessa Andrade de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



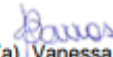
FOLHA DE APROVAÇÃO

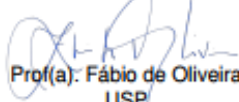
"Ou morre ou fica aleijado": um estudo sobre o corpo-si mutilado pelo trabalho terceirizado no setor elétrico em Minas Gerais

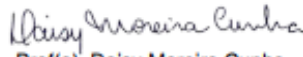
LAIS DI BELLA CASTRO RABELO

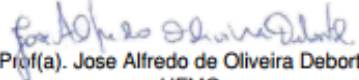
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

Aprovada em 08 de outubro de 2020, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Vanessa Andrade de Barros - Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof(a). Fábio de Oliveira
USP


Prof(a). Daisy Moreira Cunha
UFMG


Prof(a). Jose Alfredo de Oliveira Debortoli
UFMG


Prof(a). Luciana Kindo Nascimento
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Belo Horizonte, 8 de outubro de 2020.

DEDICATÓRIA

*A todas as trabalhadoras e trabalhadores da saúde que enfrentam, na linha de frente,
a pandemia mundial da Covid-19.*

AGRADECIMENTOS

Uma jornada longa, árdua e recompensadora. As lealdades que se fizeram pelo caminho é que tornaram este trabalho possível. Eu não conseguiria sem vocês. Agradeço:

À minha orientadora, Professora Doutora Vanessa Barros, quem me trouxe até aqui.

Aos trabalhadores terceirizados do setor elétrico, que compartilharam comigo suas trajetórias, lágrimas e abraços.

À minha família, especialmente a: Alexandre Di Bella, Martha Di Bella, Lídia Di Bella, Jordano Rabelo, Paschoalina Di Bella e Julianna Drumond.

À equipe de *Psychosociologie du Travail et de la Formation* do CRTD/CNAM, especialmente à Professora Dominique Lhuilier e ao Professor Eric Hamraoui.

Aos companheiros do Sindieletrô/MG, especialmente José Henrique Vilela, José Carlos de Souza, Ronei Cardoso, Gilmar Pinto, Jairo Nogueira, Carlos Machado e Julie Amaral.

Às parceiras do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (Labtrab/UFMG), especialmente Alessandra Vieira, Daniella Tonizza, Marcela Sobreira, Aiezha Martins, Fabiana Goulart, Pâmela Felício e Maryana Jácome.

Aos colegas do doutorado, especialmente Néstor Moreno, Juliana Diniz, Jaíza Cruz, Flaviane Oliveira, Paula Gonzaga, Wilmar Oliveira, Ricardo Dias, Márcio Nobre, Izabela Roman, Alberto Timo, Felipe Lattanzio, Raquel Manzanares e Luciana Marques.

Aos professores que me ensinaram francês, especialmente JP Arnoux e Bruno Ramalho.

Aos companheiros de *Etonnants Travailleurs* especialmente Yves Baunay, Christine Castejon, Veronique Hiberic e Nathalie Akoka.

Às amigas da *Maison du Brésil*, especialmente Márcia Saito, Carolina Bertol, Laís Bhering, Nayara Lage e Mariana Marques.

Aos pesquisadores do Garimpo da Atividade, especialmente Graciela Boschetti e Mariana Veríssimo.

À assistência informática de Rafael Lemos e Karin Bombazar.

Às traduções de Catherine Carignan.

Ao teórico que mais admiro, Yves Schwartz.

Aos professores Francisco e Elizabeth Antunes Lima.

Ao psicólogo Robson Cruz.

À amiga Gislene Haubrich.

À revisora Maria Célia Versiani.

Aos professores que aceitaram compor as bancas de qualificação e defesa, José Alfredo Debortoli, Daisy Cunha, Luciana Kind e Fábio de Oliveira.

À CAPES e à FAPEMIG pelas bolsas que financiaram esta pesquisa, inclusive durante o estágio doutoral no *Conservatoire National des Arts e Métiers* (CNAM), em Paris, França.

*O que eu revolto é contra a ganância dos homens que espreme uns aos outros
como se espremesse uma laranja.*

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Rabelo, L. D. B. C. (2020). *“Ou morre ou fica aleijado: um estudo sobre o corpo-si mutilado pelo trabalho terceirizado no setor elétrico em Minas Gerais”*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

O setor elétrico é considerado de altíssimo risco para seus trabalhadores quando comparado às demais atividades produtivas no cenário nacional brasileiro. A situação é mais grave para os eletricitistas terceirizados, que têm, em média, 400% a mais de possibilidade de sofrer acidentes fatais em relação aos empregados do quadro próprio das empresas distribuidoras e fornecedoras de energia. Este estudo visa compreender os impactos da terceirização no setor elétrico, em Minas Gerais, no cotidiano dos trabalhadores subcontratados. As análises são realizadas a partir da trajetória de vida de seis eletricitistas terceirizados que sofreram acidente de trabalho com choques de alta voltagem, causadores de queimaduras severas com conseqüente necrose e mutilação de membros de seus corpos. Trata-se de uma pesquisa-intervenção orientada pelas perspectivas teórico-metodológicas da psicossociologia do trabalho e da ergologia. Como instrumentos de pesquisa foram utilizadas entrevistas em profundidade, a análise documental e a produção de laudos de assistência técnica apresentados à Justiça do Trabalho. A descrição-reflexiva sobre o percurso investigativo indica um engajamento político da pesquisadora com o campo-tema, além de outros aspectos subjetivos decorrentes da atividade de pesquisar. Os resultados são apresentados em formato de conto literário, que se constitui num amálgama das trajetórias dos sujeitos participantes da pesquisa. Por meio dos fatos narrados, podem-se avançar as reflexões relativas à precarização do trabalho terceirizado, aos impactos avassaladores do acidente mutilante na vida cotidiana e à impossibilidade de acesso à reparação de danos via poder judiciário. A discussão dos resultados orienta-se, notadamente, ao conceito de corpo-si. Por meio de cenas de pesquisa, realiza-se uma discussão dialógica acerca da terceirização do trabalho, a partir da qual se questiona: O corpo-si está mutilado? O que resta ao trabalhador braçal sem os braços? Tragédia pessoal ou obsolescência programada? As considerações finais apontam para a impossibilidade de reivindicação de um trabalho mais digno, ainda que não terceirizado, no contexto de comercialização da energia, a qual, acredita-se, deveria ser um direito social, para além de um produto gerador de lucro por meio da exploração da mais-valia.

Palavras-chave: trabalho, terceirização, setor elétrico, acidente, corpo-si, pesquisa-intervenção.

ABSTRACT

Rabelo, L. D. B. C. (2020). *“Either dead or maimed”*: a study on the mutilated selfbody of outsourced workers of the electricity sector in the state of Minas Gerais. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

The electricity sector is considered to be a very high risk for its workers when compared to other productive activities in the Brazilian national scenario. The situation is worse for outsourced electricians who are, on average, 400% more likely to suffer fatal accidents in relation to the employees of the distribution companies and energy suppliers. This study aims to understand the impacts of outsourcing in the electric sector, in the state of Minas Gerais, based on the trajectory of six outsourced electricians who suffered a work accident with high voltage shocks, causing severe burns and consequent necrosis and mutilation of their limbs. It is an intervention research from the perspectives of the psychosociology of work and ergology. The methodology consisted of in-depth interviews, document analysis and production of technical assistance reports submitted to the Labor Court. The reflective description of the investigative path indicates a political engagement of the researcher with the theme field, in addition to other subjective aspects arising from the research activity. The results are presented in a literary tale format, an amalgamation of the trajectories of the subjects who participated in the research. Through the narrated facts, it is possible to deepen the reflections related to the precariousness of outsourced work, the overwhelming impacts of the mutilating accident in daily life and the impossibility to obtain reparation through judiciary measures. The discussion of the results is guided, notably, by the concept of selfbody. Through research scenes there is a dialogical discussion about the outsourcing of work, which leads to the following questions: Is the selfbody mutilated? What remains for the workman without his arms? Personal tragedy or planned obsolescence? Final considerations point to the impossibility of claiming more dignified work, even if not outsourced, in the context of the commercialization of electricity, which, it is believed, should be a social right, instead of a product that generates profit through exploration of surplus value.

Keywords: work, outsourcing, electrical sector, accident, selfbody, research-intervention

RÉSUMÉ

Rabelo, L. D. B. C. (2020). *“Mort ou handicapé” : une étude sur le corps-soi mutilé des travailleurs sous-traités du secteur de l’électricité dans l’état de Minas Gerais*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

Le secteur de l’électricité est considéré comme présentant un risque très élevé pour ses travailleurs par rapport aux autres activités productives dans le scénario national brésilien. La situation est plus grave pour les électriciens sous-traités qui courent en moyenne 400% plus de risques de subir des accidents mortels par rapport aux salariés des entreprises de distribution et des fournisseurs d’énergie. Cette étude vise à comprendre les impacts de la sous-traitance dans le secteur électrique, dans l’état de Minas Gerais, à partir de la trajectoire de six électriciens sous-traités qui ont subi un accident de travail avec chocs à haute tension, provoquant de graves brûlures résultant en nécrose et mutilation de membres de leur corps. C’est une recherche-intervention dans les perspectives de la psychosociologie du travail et de l’ergologie. La méthodologie consistait en des entretiens approfondis, une analyse de documents et la production de rapports d’assistance technique soumis à la Justice du Travail. La description réflexive du parcours d’investigation indique un engagement politique de la chercheuse avec le champ thématique, en plus d’autres aspects subjectifs découlant de l’activité de recherche. Les résultats sont présentés sous forme de conte littéraire, un amalgame des trajectoires des sujets ayant participé à la recherche. À travers les faits racontés, il est possible de faire avancer les réflexions liées à la précarité du travail sous-traité, aux impacts accablants de l’accident mutilant dans la vie quotidienne et à l’impossibilité d’accéder à la réparation des dommages par le pouvoir judiciaire. La discussion des résultats est guidée, notamment, par le concept de corps-soi. À travers des scènes de recherche, il y a une discussion dialogique sur l’externalisation du travail, à partir de laquelle on s’interroge : le corps-soi est-il mutilé? Que reste-t-il à l’ouvrier sans ses bras? Tragédie personnelle ou obsolescence programmée? Des considérations finales soulignent l’impossibilité de revendiquer un travail plus digne, même s’il n’est pas sous-traité, dans le contexte de la commercialisation de l’électricité, qui, selon nous, devrait être un droit social, au lieu d’un produit qui génère du profit par l’exploration de plus-value.

Mots-clé: travail, sous-traitance, secteur électrique, accident, corps-soi, recherche-intervention

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CRTD	<i>Centre de Recherche sur le Travail et le Développement</i>
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CPC	Código do Processo Civil (CPC)
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
<i>CNAM</i>	<i>Conservatoire des Arts et Métiers</i>
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DD3P	Dispositivo Dinâmico a Três Polos
EPI	Equipamentos de proteção individual
EPC	Equipamentos de proteção coletiva
Funcoge	Fundação Comitê de Gestão Empresarial
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MPT	Ministério Público do Trabalho
PIB	Produto interno bruto
PEC	Projeto de Emenda Constitucional (consertar no texto)
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
Sindieletró/MG	Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais
SUS	Sistema Único de Saúde
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PANORAMA MACRO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
2.1	A terceirização do trabalho no Brasil.....	18
2.2	A terceirização do setor elétrico brasileiro.....	20
2.2.1	A terceirização do setor elétrico em Minas Gerais.....	23
2.3	A subnotificação da realidade do setor elétrico brasileiro.....	25
2.4	Os impactos sociais da terceirização.....	28
2.5	O panorama político brasileiro.....	29
3	O PERCURSO INVESTIGATIVO.....	32
3.1	A produção da pesquisa.....	32
3.1.1	A assistência técnica como concretude prática do campo.....	34
3.1.2	As entrevistas em profundidade.....	36
3.1.3	As territorialidades múltiplas de produção da pesquisa.....	39
3.1.4	A pesquisa-intervenção: uma questão ético-política.....	44
3.1.5	Os engajamentos intersubjetivos em <i>territórios instáveis</i>	48
3.1.6	Os (<i>não</i>) interlocutores da pesquisa.....	50
3.2	Os adoecimentos do <i>corpo-pesquisadora</i>	52
3.3	O (<i>não</i>) lugar da escrita do método.....	54
4	A ESTÓRIA DE DOUGLAS.....	57
4.1	O conto literário.....	59
5	CENAS DE PESQUISA E QUESTIONAMENTOS TEÓRICOS	75
5.1	Cenas de pesquisa.....	75
5.1.1	Cena 1.....	75
5.1.2	Cena 2.....	76
5.1.3	Cena 3.....	77
5.1.4	Cena 4.....	78
5.1.5	Cena 5.....	79
5.2	Questionamentos teóricos.....	79
5.2.1	O corpo-si está mutilado?.....	79
5.2.2	O que resta ao trabalhador braçal sem os braços?.....	83
5.2.3	Tragédia pessoal ou obsolescência programada?.....	86
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS.....	94

1. INTRODUÇÃO

*Trancar aqui dentro as palavras
Calando e querendo dizer
Não sei se o poema é bonito
Mas sei que preciso escrever*

Oswaldo Montenegro



Figura 1: Varejão, A. (2004). Linda do Rosário (Série Charques). [Óleo sobre alumínio e poliuretano, 195 x 800 x 25 cm (instalação)]. Brumadinho; MG: Instituto Inhotim.

Fonte: <http://www.inhotim.org.br>

A energia hidroelétrica é captada, basicamente, através de contenções do fluxo natural das águas. As barragens são como grandes muros que objetivam o represamento das águas que devem, a posteriori, escoar com a pressão geradora da luz. Neste trabalho olharemos metaforicamente para o que compõe esses muros. Adriana (Varejão, 2004) inspira a reflexão: em vez de concreto, podemos ali encontrar carne e ossos humanos. Mais precisamente, aqui, vamos nos deparar com pedaços de pele, braços e pernas.

Este *texto-tese* é fruto de uma imersão na temática da terceirização do trabalho no setor elétrico em Minas Gerais, cuja narrativa é conduzida pela trajetória de seis eletricitários vítimas de acidentes de trabalho por choque elétrico de alta voltagem, que, resultando em necrose, implicaram a mutilação de membros de seus corpos. Eu, autora, entrei em contato com a temática ainda durante o mestrado e, em vez de me afastar, a aspreza do tema convidou-se, como um desafio ético, a ser destinatária de uma *pesquisa-intervenção*.

Apesar da extensa literatura sobre a terceirização do trabalho, a discussão acadêmica não tem conseguido alcançar os atores afetados pela terceirização (Coutinho, 2015), especialmente no que se refere à dimensão subjetiva. Especificamente, os resultados encontrados envolvem pesquisas que abordam a temática no contexto do setor elétrico, mediante a análise de acidentes (Filgueiras, 2017; Silva, 2015); crônicas da atividade (Figueiredo, 2015); apreciação de processos judiciais (Oliveira, 2019) e panorama estatístico (Alves, 2009; Coura, 2011; Coutinho, 2015; Dieese, 2010, 2017; Dieese & CUT, 2014; C. V. Ferreira et al., 2014; L. Ferreira, 2001; Franco et al., 2010; Krein, 2007; Mandarinini et al., 2016; Mello Filho & Dutra, 2014; Pelatieri et al., 2018; Scopinho, 2002; Silva, 2015; Teixeira et al., 2016). Entretanto, notamos a ausência de estudos que enfatizam a experiência daqueles trabalhadores que sobreviveram, ainda que mutilados, aos acidentes de trabalho graves causados pela precarização do trabalho terceirizado.

*J'ai Perdu mon Corps*¹, filme de animação de Jérémy Clapin (2019) apresenta parte da sua trama a partir do ponto de vista do membro mutilado: uma mão que busca reencontrar seu corpo, aquele ao qual ela pertencia antes do acidente de trabalho. A perspectiva irreverente traz uma (desconfortável) poesia à estória. Nesse mesmo tom, escrevo esta tese doutoral. Os ângulos do olhar variam mediante diferentes gêneros literários que se debruçam sobre a mesma temática do longa-metragem.

“E por que não pensar na escrita da pesquisa também como arte?” (Zanella, 2008, p. 31). Ou, ainda, como artesanato que pode desafiar algumas convenções da comunicação científica? (Kind & Cordeiro, 2016). Mesmo que nem todas as métricas hegemônicas tenham sido dispensadas, esta tese pretende algumas disrupções ao propor novas formas de expressão e, assim, hibridizar o texto que me sustenta em busca do título de doutora. A produção destas linhas é tomada como experiência performativa, na qual a transgressão ao padrão acadêmico de escrita formal indica uma perspectiva ética-política (Kind & Cordeiro, 2016).

O segundo capítulo, com uma linguagem acadêmica e impessoal, apresenta um voo panorâmico sobre o *campo-tema* da pesquisa. Realizo uma revisão bibliográfica que discute a terceirização do trabalho, especialmente do setor elétrico no Brasil e em Minas Gerais. Aponto ainda os impactos sociais da terceirização, a subnotificação dos acidentes

¹ Eu Perdi meu Corpo (título em português).

de trabalho, bem como o panorama político brasileiro que contextualiza os dados apresentados.

O capítulo terceiro é conduzido na primeira pessoa do singular. Contempla a metodologia como narrativa-reflexiva da experiência vivida, dispensando a compilação de passos investigativos elaborados a priori. Algumas dimensões do percurso investigativo são fontes de elaboração acerca de características da própria temática eleita como tema da pesquisa. Trata-se do capítulo mais longo do *texto-tese* e almeja refletir sobre os inúmeros detalhes que compõem a trajetória do doutorado.

O capítulo quarto expressa os resultados da imersão no *campo-tema* no formato de um conto literário, porém verossímil. Não há frutos da imaginação da autora, mas uma *bricolagem* a partir de aspectos observados durante seis anos² de submersão profunda na temática. Os personagens apresentados são como amálgamas das trajetórias dos trabalhadores terceirizados do setor elétrico, vítimas de acidentes mutilantes, que foram acompanhadas durante o percurso investigativo. A inclusão desse gênero ao *texto-tese* foi a solução encontrada para transmitir o indizível: o cenário que diz respeito ao trabalho precário, o acidente e suas reverberações avassaladoras na vida desses sujeitos.

O capítulo quinto apresenta cenas de pesquisa presenciadas pelo *corpo-pesquisadora*, por meio de uma linguagem descritiva. Almeja-se uma discussão dialógica entre realidade e densidade conceitual. Contemplam-se reflexões teóricas acerca do conceito do *corpo-si*, dos processos de subjetivação pela atividade e dos acidentes de trabalho como violências sociais previsíveis dentro do sistema capitalista.

O sexto, e último, capítulo compõe-se de considerações finais engajadas em um texto militante, onde questiono a viabilidade de pleitear um trabalho digno no contexto da comercialização da energia, visto que essa deveria ser um direito social e não uma possibilidade de exploração de mais-valia.

² A imersão na temática ultrapassa o próprio tempo do doutorado. Esse aspecto será retomado no capítulo 3.

2. PANORAMA MACRO DO PROBLEMA DE PESQUISA

*Num campo de forças de correntes e explosões destruidoras,
estava o frágil e minúsculo corpo humano.*

Walter Benjamin

O drone está pousado. Estacionado de frente para um homem negro assentado numa cadeira de rodas. Vamos chamá-lo aqui de José. Ele diz que está cansado de ser confundido com um mendigo³. Está exausto de ser alvo de olhares com piedade. Ele só tem um braço. O outro braço e suas duas pernas foram amputados após uma necrose causada por um choque elétrico de alta voltagem. José tornou-se eletricista, numa empresa terceirizada, quando tinha 18 anos. Aos 23, ele sofreu um acidente de trabalho, no ano de 1990, que o levou à aposentadoria por invalidez. José conta que...

A rotina era escravidão purinha, tanto que pra ir pro serviço e pra voltar não tinha hora de pegar, não tinha hora pra largar, entendeu? E era... o transporte da gente era em cima do caminhão, embaixo de um poste, embaixo de uma lona (...) mas a pessoa já chegava no serviço, já chegava estressada, porque aquilo esquenta demais (...) tem hora que vai em pé, vai encolhida ali dentro, entendeu? Aí a pessoa chega no serviço, mais ou menos a junta dele tá [*sic*] toda dura (...) quando eu trabalhava era debaixo de poste, debaixo de lona, debaixo de sol, de chuva, em cima de material. Era pra atravessar um rio, tinha que colocar o carro pra atravessar para o outro lado do rio, correndo risco de morrer. Não tinha equipamento adequado, tanto que na época que eu sofri o acidente a botina que eu usava era botina minha mesma, que eu tinha comprado, a luva de vaqueta que eu tava [*sic*] com ela na mão, eu tinha pedido pra trocar para o supervisor, ele falou que dava pra usar... e a luva cheia de furo, cheia de buraco. Aí aonde que eu subi no poste pra trabalhar e tomei a descarga elétrica de 7900 volts de energia. E na época que eu sofri acidente também, o certo mesmo era a empresa [terceirizada] esperar o pessoal da [empresa contratante] desligar a alta tensão, se ia mexer nas duas porque que ia mexer numa pra adiantar o serviço, e a outra tava [*sic*] ligada. Pra acabar com a vida da pessoa, né... quando não morre.

As palavras de José instigam muitas perguntas. Talvez a primeira delas seja: como a realidade de trabalho pode existir em pleno século XXI? Com essa questão em mente, desenvolve-se este capítulo mediante a apresentação do panorama macro, ao qual se vincula a experiência de José. O drone alça um voo panorâmico. Por meio de conceitos, estatísticas, revisão de literatura e análises de conjunturas socioeconômicas, pretende-se dissertar sobre a realidade laboral do setor elétrico terceirizado em Minas Gerais.

³ Alguns países nórdicos ainda adotam a expressão *handicap* para representar o resultado da relação do corpo lesado com a sociedade. Entretanto, esse foi um termo que rendeu muitas discussões e controvérsias, em especial por causa da sua etimologia, que remete a *chapéu na mão*, sugerindo a imagem dos deficientes como pedintes (Diniz, 2007, p. 36).

2.1 A terceirização do trabalho no Brasil

A subcontratação para responder a demandas pontuais e excetivas constitui uma necessidade comum na organização do trabalho. Nesse sentido, a contratação de terceiros mostra-se uma alternativa viável e necessária para que a empresa tomadora de serviços possa focar em sua especialidade e convoque trabalhadores diferenciados para partes pontuais do processo produtivo, em busca de qualidade e eficiência (Amato Neto, 1995; Dieese, 2017b; Filgueiras & Cavalcante, 2015; Mello Filho & Dutra, 2014; Rebelo et al., 2018).

A partir desse ponto de vista, a subcontratação de especialização para responder a uma atividade-meio pode ser uma saída inclusive mais segura para os trabalhadores, pois a experiência e a tecnologia necessárias para um serviço específico podem ajudar a evitar acidentes de trabalho, além de favorecer uma melhor remuneração por hora devido ao caráter excepcional da demanda. Entretanto, majoritariamente, no Brasil, a terceirização é utilizada para a redução de custos por meio da exploração das relações precárias de trabalho via externalização da mão de obra, o que se denomina subcontratação econômica (Dieese & CUT, 2014; Druck, 2016; Ferreira et al., 2014; Saraiva & Silva, 2012).

O discurso empresarial em defesa da terceirização não difere a subcontratação de especialização da subcontratação econômica, apresentando as vantagens da primeira como resultado da segunda. A defesa dessa prática tem sido justificada como imprescindível para a eficiência econômica mediante a desburocratização inovadora, que acaba por valorizar os recursos humanos (Barbosa, 2010). De acordo com pesquisadores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a ampliação irrestrita da terceirização, o que abrange a atividade-fim e significa, necessariamente, uma subcontratação econômica, não altera direitos dos trabalhadores, mas sim introduz uma modernização da economia e da legislação trabalhista brasileira. Assim, seria viabilizada a competitividade em decorrência da especialização das atividades produtivas, o que geraria inclusive aumento dos postos de trabalho (Rebelo et al., 2018). Tal compreensão pode, contudo, ser questionada quando se consideram os apontamentos do dossiê da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese):

Se a jornada dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados fosse igual à jornada de trabalho daqueles contratados diretamente, seriam criadas 882.959 vagas de trabalho a mais. Isto, sem considerar hora extra, banco de horas e o ritmo de trabalho que, como relatado pelos dirigentes sindicais, são maiores e mais intensos entre os terceiros. (Dieese & CUT, 2014, p. 15)

Isso se dá porque, sob o discurso de modernização, o que se faz, em realidade, é apoiar os processos produtivos em relações arcaicas de trabalho (Dieese & CUT, 2014). Conforme relatório divulgado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), em 2009, mais de 90% das empresas brasileiras consideraram a redução de custos como principal determinante para terceirizar, ainda que cerca de 60% delas previssem a redução da qualidade em sua produção como resultado dessa decisão (Dieese & CUT, 2014).

A lógica de flexibilização do trabalho no âmbito do capitalismo neoliberal, e de sua conseqüente especulação financeira, tem se solidificado a partir da reestruturação produtiva ocorrida com maior intensidade no final do século XX. Como estratégia de dominação do capital num determinado momento histórico, em resposta à crise dos sistemas tayloristas e fordistas, bem como dos estados de bem-estar social, a prática da empresa enxuta amplia a taxa de extração da mais-valia através da redução do contingente de trabalhadores e da intensificação do trabalho. O objetivo é o aumento do índice de produtividade, diante de um paradigma de financeirização sustentado a curtíssimo prazo, que se concretiza, especialmente, a partir da fragmentação da classe trabalhadora (Antunes, 2002, 2015; Antunes & Druck, 2013; Druck, 2016; Silva, 2015).

A terceirização se apresenta, então, como uma estratégia de acumulação de capital, pois possibilita a redução de barreiras geradas pelos custos da força de trabalho e de resistência dos trabalhadores (Druck, 1999). As formas contemporâneas de estranhamento do processo produtivo (Antunes, 2002, 2015) advêm da flexibilização do trabalho, sendo o processo de terceirização a principal ferramenta para concretizá-las e mantê-las (Druck, 2016). De acordo com Coutinho (2015),

o capitalismo conseguiu separar a classe trabalhadora dos meios de produção por atitudes expropriatórias variadas, desde os tempos históricos da acumulação primitiva. Na atual fase, o regime burguês quer se desvincular integralmente da força de trabalho, fazendo com que cada trabalhador seja tão somente mais uma das mercadorias definidoras do preço da etapa produtiva entregue pela subcontratada à proprietária de todos os capitais. A terceirização tem a pretensão de retirar da cena do conflito social inerente à relação capital trabalho o agente capitalista, que somente existe nessa moldura por contar, dentro da cadeia produtiva, com o trabalho do pessoal recrutado pela subcontratada para realizar seu lucro mais substantivo. Sociologicamente, trata a terceirização da evidente farsa configurada pelo escamoteamento do agente capitalista mais poderoso das relações sociais de produção. (p. 83)

Assim, a terceirização no Brasil se caracteriza, majoritariamente, pela precarização das condições de trabalho e pela violação de conquistas sociais trabalhistas, implicando em uma intensa vulnerabilização na saúde e na segurança do trabalhador, principalmente relacionada a: diminuição dos benefícios sociais; aumento dos riscos de acidentes e adoecimentos físico e psíquico; insegurança e esvaziamento do sentido

atribuído ao trabalho; desregulamentação do direito do trabalho; menor duração dos vínculos formais de emprego; impedimentos para gozar férias; constantes alterações de locais de trabalho; desproteção diante do encerramento do contrato de trabalho com dificuldade de acesso às verbas rescisórias; salários mais baixos; ausência de equipamentos de proteção; trabalho sem registro em carteira; perda da representação sindical; jornadas mais extensas acrescidas de aumento das cobranças, das metas e dos ritmos; perda do poder de barganha na negociação coletiva; afastamentos por acidentes de trabalho típicos; diminuição da qualificação e aumento da rotatividade da força de trabalho acompanhada da desvalorização da experiência e do saber prático (Alves, 2009; Coura, 2011; Coutinho, 2015; Dieese, 2010, 2017b; Dieese & CUT, 2014; C. V. Ferreira et al., 2014; L. Ferreira, 2001; Franco et al., 2010; Krein, 2007; Mandarinini et al., 2016; Mello Filho & Dutra, 2014; Pelatieri et al., 2018; Scopinho, 2002; Silva, 2015; Teixeira et al., 2016).

2.2 A terceirização do setor elétrico brasileiro

Durante a década de 1990, o setor elétrico brasileiro sofreu profundas mudanças decorrentes das alterações no contexto socioeconômico do País como, por exemplo, a abertura econômica para o mercado externo diante da intensificação da globalização e, especialmente, as reformas liberais do governo Collor, que incluíram as empresas de energia no Plano de Desestatização Nacional. As expectativas relacionadas aos princípios fundamentais da recém-estabelecida Constituição em 1988, que prognosticavam a ampliação da responsabilidade do Estado na garantia dos direitos sociais, foram frustradas com a transferência do controle acionário do capital público para o privado, mediante uma lógica de atuação centrada no lucro. A ausência de uma legislação específica e eficaz na imposição de limites implica a terceirização inclusive da atividade principal das empresas do setor, diretamente associada à redução do custo do trabalho, processo que vem se solidificando com o passar dos anos (Dieese, 2006, 2010; Druck, 2016; Krein, 2007; Pelatieri et al., 2018; Silva, 2015).

Especialmente a partir de 2003, a terceirização torna-se prática comum no setor elétrico brasileiro, e a força de trabalho passa a ser composta por 29% de trabalhadores terceirizados. Os terceiros tornam-se maioria, alcançando, consecutivamente, a marca de 52% da força de trabalho, em 2006, (Silva, 2015), 58% em 2014 e 68% em 2017 (Dieese, 2017a, 2018).

A subcontratação do trabalho avança no setor elétrico brasileiro e amplia significativamente as taxas de acidentes fatais. Uma pesquisa realizada pelo Dieese, em 2010, destaca que a apuração da taxa de mortalidade por acidente de trabalho é 3,21 vezes superior à verificada entre trabalhadores do quadro próprio. A partir de dados apresentados em 2015 pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Funcoge), e analisados por Brito (2017), apresenta-se a Tabela 1, que permite verificar o aumento da terceirização no setor, bem como a comparação do número de acidentes fatais sofridos por trabalhadores do quadro próprio e de terceirizados no Brasil, entre os anos de 2003 e 2014:

Tabela 1

Contingente de trabalhadores e acidentes fatais por ano

Ano	Trabalhadores próprios	Acidentes fatais	Trabalhadores terceirizados	Acidentes fatais
2003	97399	14	36649	66
2004	96591	9	76972	52
2005	97991	18	89283	57
2006	101105	19	110871	74
2007	103672	12	112068	59
2008	101451	12	126333	60
2009	102766	4	123704	63
2010	104857	7	127584	72
2011	108825	18	139043	61
2012	108133	9	146314	58
2013	105962	17	130833	45
2014	96757	6	135113	53

Fonte: Brito (2017, p. 50).

Verifica-se que o número total de trabalhadores dos quadros próprios das empresas pouco se alterou no decorrer dos treze anos. O número de trabalhadores terceirizados, por sua vez, cresceu exponencialmente, em especial, a partir de 2005. A Figura 2 destaca e amplia a compreensão em relação a esse crescimento:

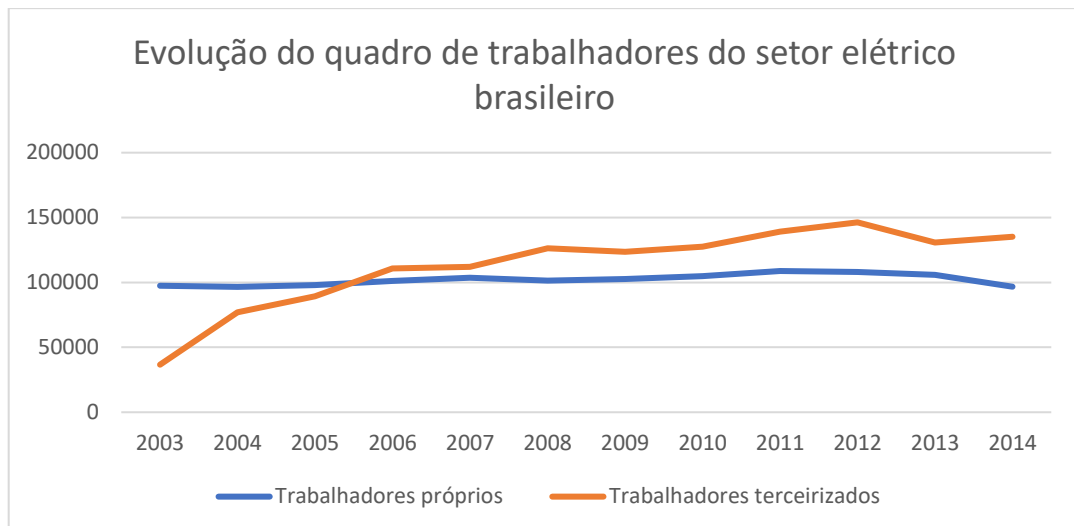


Figura 2: Evolução do quadro de trabalhadores do setor elétrico brasileiro.
Fonte: Gráfico produzido pela autora a partir da tabela apresentada por Brito (2017).

A discrepância em relação aos acidentes fatais quando se compara o quadro próprio ao subcontratado também é alarmante. Destaca-se o ano 2010, quando a diferença chegou a ser 10 vezes maior no que se refere a fatalidades com terceirizados. Ao todo, no período, foram 865 eletricitários mortos no trabalho, dos quais 720 eram terceirizados, o que indica cerca de 83% (Figura 3).

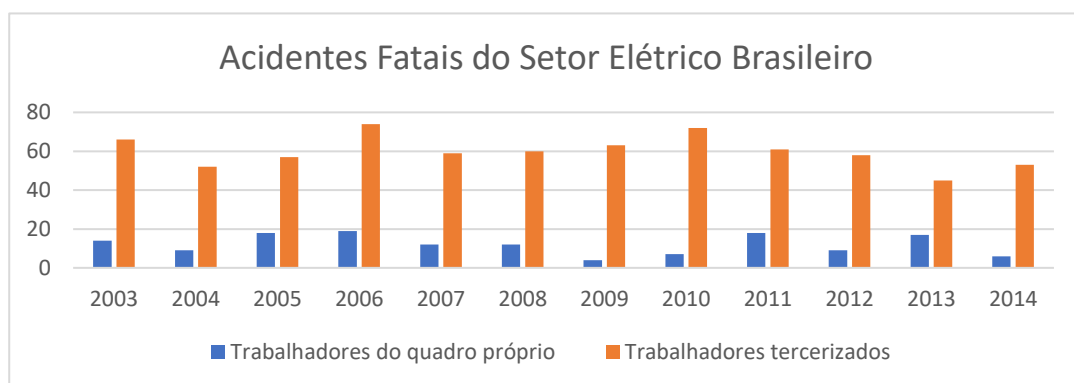


Figura 3: Acidentes fatais do setor elétrico brasileiro.
Fonte: Gráfico produzido pela autora a partir da tabela apresentada por Brito (2017)

Insta salientar que o setor elétrico brasileiro destoa de outros países devido às suas altas taxas de mortalidade. Por exemplo, entre 2005 e 2008, o setor elétrico francês registrou 9 acidentes fatais, enquanto o brasileiro contabilizou 311 (Silva, 2013). Considerado de alto risco, o setor elétrico apresenta estatísticas relacionadas à segurança do trabalho também destoantes das demais atividades econômicas do Brasil. Sua terceirização tem sido classificada como uma das mais perigosas, especialmente devido

à natureza técnica do processo de trabalho, que apresenta uma periculosidade com potencial fatal diante de acidentes (Druck, 2016). O risco é inerente à atividade do eletricitário, pois engendrar energia elétrica é ter que lidar com um produto invisível e inodoro, de alta complexidade.

Mesmo as pesquisas que defendem a terceirização, por vezes de modo bastante incisivo e relativizam seu impacto à segurança no trabalho, destacam que, no setor elétrico, inegavelmente, ela está associada à precarização, com um alarmante número de acidentes fatais entre os terceirizados, devido às suas atividades bastante específicas (Rebelo et al., 2018).

Em 2011, a taxa de acidentes fatais típicos de todos os trabalhadores brasileiros foi calculada em 5,8 por 100.000 trabalhadores. Entre trabalhadores do quadro próprio das empresas do setor elétrico, essa taxa chegou a 16,7 por 100.000. A situação é ainda mais grave em empresas terceirizadas, cuja taxa foi de 44,3 mortes a cada 100.000 trabalhadores (Dieese, 2013). De acordo com dados publicados pela Fundação Coge, no período de 2001 a 2013, a taxa de mortalidade foi 408,74% maior entre os terceirizados (748 trabalhadores mortos em acidente de trabalho), se comparada a empregados do quadro próprio (183 trabalhadores mortos em acidente de trabalho).

Pesquisas que contemplam análises de diferentes dados estatísticos evidenciam que as condições de trabalho impostas pela terceirização estão na base das causas dos acidentes fatais do setor elétrico brasileiro (Dieese, 2010; A. Silva, 2015; L. G. G. Silva, 2013).

2.2.1 A terceirização do setor elétrico em Minas Gerais

Em Minas Gerais, especificamente, o monopólio da distribuição de energia elétrica pertence à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), fundada em 1952. Atualmente, trata-se de uma holding composta por mais de 174 empresas (Cemig, 2020). Desde 1995, a empresa tem reduzido seu quadro efetivo de forma crescente, subcontratando a mão de obra por meio da habilitação de empresas terceiras em processo licitatório (Figueiredo, 2015). Destaca-se que, em 2013, os terceirizados já representavam 72,65% da força de trabalho na empresa (Funcoge, 2013).

A partir de relatórios divulgados pela própria empresa, verifica-se tal mudança no quadro de trabalhadores. Se, em 1994, a Cemig contava com cerca de 18 mil trabalhadores em seu quadro próprio, em 2017, esse número foi reduzido a 6 mil. Trata-se de uma queda

de 70% de contratos diretos em sua força de trabalho no período de duas décadas (Sindieletro, 2018).

A precarização do trabalho também tem sido registrada de forma crescente. Em 2014, a Cemig foi responsabilizada por fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) pela submissão de 179 trabalhadores terceirizados a condições análogas às de escravidão. Além disso, dos 110 trabalhadores mortos em obras desta empresa, entre 1999 e 2013, 80% eram terceirizados (Wroblewski, 2014).

Indicadores de segurança do trabalho e das instalações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) evidenciam 8 mortes decorrentes de acidentes do trabalho na Cemig, entre 2015 e 2018. Todos os trabalhadores mortos eram terceirizados (Aneel, 2019). Segundo o relatório interno do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletro/MG), acerca dos acidentes de trabalho fatais relativos à Cemig, no período entre 1999 e 2018 houve 127 mortes, sendo 103 trabalhadores terceirizados, o que representa cerca de 81%. Já um relatório da Cemig, fornecido ao Sindieletro/MG, registra 52 acidentes fatais entre 2006 e 2018, sendo 44 de trabalhadores terceirizados, aproximadamente 85% dos casos. Vale ressaltar que a Companhia afirma não ter ocorrido nenhum acidente fatal no ano de 2018. Contudo, é preciso considerar que a subnotificação avança no setor juntamente com a ampliação da terceirização do trabalho, conforme discussão que seguirá na seção 1.4.

Diante dessas evidências, defende-se que os acidentes estão intrinsecamente relacionados à precariedade das condições de trabalho causada pela terceirização no setor, em Minas Gerais. Verifica-se um panorama caracterizado por extensas jornadas de trabalho; pressões temporais e metas; baixos salários; quadro de funcionários reduzido; excesso de horas extras; ausência de pausas suficientes para refeições e descansos; ausência de folga e férias regulares relacionadas à grande rotatividade de contrato de trabalho; inexistência de adicional de periculosidade, vale-transporte, vale-alimentação e plano de saúde; escassez de manutenção das ferramentas, dos uniformes e dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivos (EPC); treinamento insuficiente e inadequado; condições precárias dos alojamentos relacionadas à presença de esgoto a céu aberto; falta de água potável e alimentos armazenados em locais insalubres, conforme indicam os Boletins do Sindieletro (Castro et al., 2017).

Apesar de a Cemig apresentar dados alarmantes, a escolha por Minas Gerais para realização do estudo se deu pela acessibilidade da pesquisadora e, logo, à possibilidade

de intervenção a esse território, e não por representar a realidade mais atingida pela terceirização no Brasil ou, ainda, ser a menos estudada. Em verdade, o Sudeste é a região onde se concentra a maioria das empresas do setor elétrico brasileiro, bem como a maior parte de estudos relativos à terceirização do trabalho. Entretanto, as regiões que apresentam as taxas mais altas de acidentes fatais entre terceirizados são Norte e Nordeste (Aquino et al., 2016; Brito, 2017). Em 2011, por exemplo, a taxa de mortalidade de trabalhadores terceirizados no setor elétrico na região Norte foi de 93,48. No Nordeste, a taxa foi de 54,95. Já o Sudeste registrou 28,19 mortes (Silva, 2013). Além disso, conforme aponta pesquisa do Dieese (2017a), os salários pagos aos trabalhadores de atividades tipicamente terceirizadas fora da região Sudeste são menores, fato que reforça as desigualdades regionais do Brasil

2.3 A subnotificação da realidade do setor elétrico brasileiro

Os dados apresentados sobre o setor elétrico brasileiro terceirizado são ainda pouco fidedignos devido à significativa subnotificação. A subnotificação, inclusive de óbitos por acidentes de trabalho, é uma realidade que afeta toda a classe de trabalhadores no Brasil (Correa & Assunção, 2003), mas especialmente os terceirizados. Os órgãos oficiais do País apresentam dificuldades de condensar dados referentes a esses trabalhadores, principalmente porque muitos deles se encontram no mercado informal, ou estão registrados de forma desviada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Não é incomum que os trabalhadores terceirizados do setor elétrico tenham seu contrato de trabalho vinculado à construção civil, o que se configura como estratégia frequente das empresas, a fim de enfraquecer as filiações sindicais. Por não pertencerem oficialmente à categoria que trabalham, os trabalhadores ficam impedidos de representação pelas respectivas entidades (Coutinho, 2015; Dieese, 2010; Ferreira et al., 2014; Silva, 2015).

Além do mais, o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) é a principal fonte de dados primários que permite distinguir com clareza os trabalhadores terceirizados dos não terceirizados. Contudo, o governo federal não disponibiliza o acesso a essa base de dados a nenhuma instituição de pesquisa (Dieese, 2017b). Assim, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do (extinto)⁴ Ministério do Trabalho e Emprego

⁴ No dia 7 de janeiro de 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro, houve o anúncio público da extinção dos Ministérios do Trabalho e Emprego e Previdência (MTE). As respectivas pastas foram incorporadas a secretarias de outros Ministérios, tais como da Economia, da Cidadania e da Justiça e Segurança Pública.

(MTE), tem sido a fonte mais utilizada na elaboração de estudos sobre a terceirização no País. Entretanto, essa plataforma apresenta dados limitados, pois não contempla diversas informações relevantes para análise estatística, tais como: o local onde o trabalhador efetivamente executa a atividade laboral e também não distingue se determinado empregado atua como terceirizado em mais de uma empresa (Dieese, 2017b; Rebelo et al., 2018).

Impõe-se dizer que o Estado brasileiro não mapeia os dados de acidentalidade entre os trabalhadores terceirizados, embora seja um dever precípuo seu. A ocultação de dados pelo Estado, no particular, constitui grave ofensa aos direitos sociais da classe trabalhadora, em especial àqueles pertinentes à garantia da existência de um ambiente saudável de trabalho (Coutinho, 2015, p.188).

O setor elétrico, em especial, diferenciando-se dos demais no Brasil, possuía um dos melhores bancos de dados decorrente do cruzamento de informações sobre terceirização e acidentalidade do trabalho, realizado pela Fundação Goge (Funcoge), constituída em 1998 como instituição técnico-científica, prestadora de serviços da Eletrobrás, com encargo de desenvolver estudos socioeconômicos relacionados à segurança e saúde do trabalho da indústria de energia elétrica do Brasil (Coutinho, 2015; Druck, 2016). Congregando aproximadamente 67 empresas públicas e privadas, todos os segmentos de trabalhadores, além de ter herdado acervos técnicos desenvolvidos por órgãos governamentais extintos, produzia dados sobre cerca de 90% de energia gerada, transmitida e distribuída no território nacional (Brito, 2017).

A partir do ano 2000, a Funcoge disponibilizava para o público geral, mediante relatórios anuais confeccionados por técnicos qualificados, levantamentos precisos sobre a realidade do setor elétrico brasileiro, tornando-se o principal banco de dados para estudos que apontam a acidentalidade entre trabalhadores do setor, terceirizados ou não (Brito, 2017; Coutinho, 2015; Dieese, 2010; Druck, 2016; A. Silva, 2015; L. G. G. Silva, 2013).

Entretanto, a Fundação interrompeu suas publicações em 2014, bem como retirou todos os relatórios anteriores do livre acesso em sua página na internet (Brito, 2017). Doravante, seus relatórios, tanto atuais como anteriores, apenas são disponíveis para associados com critérios específicos de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mediante pagamento de contratação de acesso anual. Apesar de o site informar que há possibilidade de cadastro para acesso de pesquisadores, a Fundação não retornou às

nossas reiteradas solicitações, o que inclusive impediu a atualização de diversas estatísticas para esta pesquisa, como pode ser verificado nas seções anteriores.

Insta salientar que a produção da Fundação Coge revelava dados mais precisos do que a Aneel, visto que contemplava os três subsetores do setor elétrico: transmissão, geração e distribuição, ao passo que a agência reguladora restringe seus dados à distribuição (Aneel, 2019; Silva, 2015)⁵.

Nesse sentido, acredita-se que a interrupção da divulgação dos dados pela Fundação Coge indica uma impossibilidade de tornar evidente a relação entre terceirização e precarização do trabalho no setor elétrico brasileiro, especialmente no que se refere à ineficiência do Estado.

Ainda que tenha sido fonte muito frequente para estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com esta mudança percebe-se que a Funcoge passa a adotar uma postura restrita ao corpo empresarial, o que tende a favorecer o avanço de uma lógica de lucro, com efeitos nefastos para os trabalhadores do setor, que agora nem sequer podem ser contabilizados ou denunciados. Em resposta a uma demanda do Dieese lotado no Sindieletrô/MG, em agosto de 2016, a Funcoge manifestou:

Informamos que por orientação do Conselho de Curadores da Fundação COGE, os Relatórios de Estatística de Acidentes no Setor Brasileiro poderão ser acessados somente pelas empresas que participaram de sua elaboração original. Sendo assim, o público em geral não terá mais acesso àqueles dados. Caso V. Sa. precise de algum dado isolado, que não faça referência a alguma empresa em particular, poderemos auxiliá-lo com as informações necessárias. Informamos ainda, que o último relatório em questão é de 2014. (Acervo da autora)

A nova postura da Fundação pode ser igualmente verificada em seu site, de domínio público, que anuncia:

A Fundação COGE, dentro da sua **visão estratégica de apoiar as empresas do Setor Elétrico Brasileiro**, apresenta o novo Sistema de Estatísticas de Acidentes do Setor Elétrico Brasileiro. (...) O Sistema de Estatísticas de Acidentes do Setor Elétrico Brasileiro, constitui-se como uma ferramenta para análise e tomada de decisão da **empresa** visando a redução e eliminação dos eventos registrados e, com isso, auxiliando-a de forma consistente à Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (...)⁶ (grifos nossos).

⁵ Além do mais, a Agência Nacional que deveria garantir a qualidade processo de trabalho no setor elétrico acaba por incentivar sua precarização. A forma de regulação adotada pela Aneel estimula a terceirização ao admitir o aumento do lucro das empresas, através da revisão tarifária, sem necessidade de readequação de suas atividades, assim, a metodologia adotada é desfavorável para as empresas que objetivam a primarização (Almeida, 2016; Ferreira, Carleial, & Neves, 2014).

⁶ Recuperado de: <http://www.estatisticas.funcoge.org.br/>.

2.4 Os impactos sociais da terceirização

O setor elétrico é estratégico para o desenvolvimento produtivo nacional e, conseqüentemente, para o bem-estar social. A lógica de terceirização neste setor aprisiona o País no subdesenvolvimento e na fragilização permanente do mercado de trabalho (Ferreira et al., 2014). A subcontratação econômica, ao objetivar apenas a redução de custos, impacta na qualidade da produção como supracitado, o que leva a ponderar a primarização como uma saída imperativa:

A adoção da terceirização de forma indiscriminada, no Brasil e no mundo, tem sido olhada de forma crítica. Em alguns casos, o processo tem sido até mesmo revertido por algumas empresas, por afetar a qualidade dos produtos e serviços e fragmentar excessivamente os processos produtivos, levando inclusive à queda na produtividade. Portanto, a regulamentação irrestrita da terceirização, baseada somente numa visão de curto prazo, não apenas penaliza o trabalhador, como também pode comprometer o desempenho das empresas, em longo prazo (Dieese, 2017b, p.24).

Ao comparar o desempenho de duas distribuidoras de energia elétrica de grande porte da região Sudeste, no período compreendido entre 2005 e 2014, uma com maior crescimento percentual da mão de obra terceirizada e outra com um acentuado processo de primarização, o estudo de Almeida (2016) aponta que a primeira tem indicadores, fornecidos pela Aneel, referentes à satisfação dos consumidores e à qualidade do serviço prestado significativamente inferiores à segunda. As pesquisas de Paula (2012) e de Figueiredo (2015) ratificam que a redução de custos imprimida pela terceirização no setor elétrico de Minas Gerais não foi repassada ao consumidor final, que sofre com a constante e acentuada elevação das tarifas.

Fica evidente, então, que, na lógica do curto prazo da financeirização do capitalismo, não apenas as vidas valem menos, mediante a exploração efêmera da mais-valia, como também os processos produtivos, conseqüentemente, as empresas; logo, a saúde financeira do Estado. Os acidentes de trabalho, fortemente associados à terceirização, geram impactos sociais e econômicos ao, por exemplo, sobrecarregarem o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), impactos que podem chegar a 10% do produto interno bruto (PIB) (Pelatieri et al., 2018; Silva, 2015).

O Dieese (2017) alerta que a ampliação da terceirização no setor elétrico acarretará uma

piora na arrecadação fiscal e previdenciária, aumento da sonegação e da dificuldade de fiscalização, ao estimular a excessiva fragmentação dos processos produtivos entre inúmeras prestadoras. Poderá levar também ao crescimento das despesas com seguro

desemprego, ao estimular a rotatividade. Até mesmo órgãos internacionais conservadores, como Fundo Monetário Internacional e o Fórum Econômico Mundial, têm alertado para os riscos inerentes às novas formas precárias de trabalho, como queda drástica da renda, e, por consequência, do consumo, aumento da desigualdade social, evasão fiscal e aumento dos déficits previdenciários, além de impactos sociais nefastos, como crescimento da pobreza e da criminalidade. (p. 11)

Assim, a partir dos argumentos apresentados, sustenta-se o entendimento de que a terceirização, especialmente do setor elétrico, não é apenas uma afronta aos cofres públicos, ao preço e à qualidade da energia para a população, mas também à própria segurança pública. É interessante destacar que não são apenas os trabalhadores que operam diretamente o sistema que estão sob ameaça de morte diante da periculosidade associada à precariedade do setor (Scopinho, 2005). De acordo com dados do Dieese (2017b), no período entre 2009 e 2015 foram registrados 6.060 acidentes envolvendo a rede elétrica no Brasil, resultando em 2.112 mortes de pessoas da sociedade civil (Dieese, 2017a). Em Minas Gerais, indicadores da Aneel, acerca do período entre 2015 e 2017, apontam a ocorrência de 342 acidentes com pessoas da sociedade envolvendo a rede elétrica e demais instalações da Cemig-distribuição, o que resultou em 92 mortes (Aneel, 2019).

2.5 O panorama político brasileiro

A terceirização do trabalho no Brasil ganhou ampliação irrestrita a partir da aprovação do Projeto de Lei (PL) 4.302 de 1998, sancionado pelo presidente, em exercício, Michel Temer, em março de 2017, o que fragiliza o já precário sistema social. A alteração da regulamentação da terceirização estava em debate no Brasil há longa data, especialmente devido ao Projeto de Lei 4.330 de 2004, posteriormente numerado como PLC 30, em 2015, atualmente em tramitação no Senado. Contudo, enquanto a sociedade atentava-se aos riscos dessa proposta, que já previa a ampliação das possibilidades de subcontratação, entidades patronais desarquivaram outro PL, datado de 1998, que originalmente tratava da ampliação do contrato de trabalho temporário, mas arquivado pelo governo Lula em 2003 (Dieese, 2017c). Ainda mais afrontoso aos direitos trabalhistas do que o projeto de 2004, o PL de 1998 tornou-se a Lei 13.429 de 2017 (Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros), que passou a regular as empresas que intermedeiam a contratação de trabalhadores temporários. Essa mudança permite a ampliação dos prazos e rodízios de contrato de trabalho, substituindo a

responsabilidade solidária da empresa que terceiriza pela responsabilidade subsidiária, o que implica na redução do comprometimento da empresa primeira nas condições de trabalho da empresa subcontratada, bem como atenua suas consequências, tais como indenizações por acidentes. Além disso, a nova legislação expande a terceirização no País, antes restrita às atividades-meio, à própria atividade-fim das empresas, o que indica, necessariamente, uma subcontratação econômica que certamente fragiliza as relações de trabalho, aumentando a precarização, ampliando a rotatividade nos empregos e achatando os salários.

Em consonância com essa ampliação das possibilidades de acumulação do capital neoliberal, mediante a terceirização irrestrita, o governo federal também sancionou a Lei 13.334, em setembro de 2016, que estabelece o Programa de Parceria do Investimento (PPI) e preconiza um processo de concessões e privatizações para os próximos anos, no qual o setor elétrico encontra-se como prioridade. O processo de desnacionalização da matriz elétrica favorece o capital estrangeiro, em especial àquele advindo de estatais chinesas que avançam no Brasil. É possível que, após a conclusão das vendas previstas, as empresas privadas alcancem o segundo lugar na geração de energia do País, ultrapassando inclusive a fatia atualmente pertencente à Cemig. O movimento de terceirização e privatização da energia elétrica é oposto ao que se passa na Europa, como na França, por exemplo, onde o setor é atendido majoritariamente por estatais de capital nacional (Dieese, 2017a).

Para que não haja qualquer limite ao empresariado, seja ele chinês ou nacional, em outubro de 2017, por meio da Portaria MTb n° 1129, houve também a drástica redução do conceito de trabalho análogo ao escravo no Brasil, que doravante só pode ser assim considerado se houver restrição de liberdade, com pessoas armadas ou isoladas geograficamente que impeçam os sujeitos de ir e vir. Além disso, a Secretaria de Previdência e Trabalho do governo Bolsonaro tem reformulado sistematicamente as Normas de Regulamentadoras, disposições complementares ao capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a limitar a previsibilidade legal das ações de prevenção de acidentes e doenças relacionados ao trabalho.

Essas alterações legislativas estão situadas dentro da conjuntura nacional brasileira de desmonte dos direitos sociais. Nota-se que esse processo começou a se consolidar a partir do Golpe de Estado instaurado com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016, propagou-se durante o exercício de Michel Temer e alcançou aspectos mais nefastos com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

A ampliação da terceirização, das privatizações bem como das possibilidades de submeter os trabalhadores a condições análogas às de escravidão está também associada a outras reconfigurações legislativas em curso, no atual governo, que afrontam as conquistas sociais do povo brasileiro, tais como a reforma da previdência social e alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O projeto de um suposto desenvolvimento econômico em detrimento dos direitos sociais fortalece e amplia as desigualdades do País, afetando drasticamente as condições de vida da sociedade brasileira. O movimento patronal, apoiado pelo Estado, impõe-se como estratégia de dominação, especialmente da classe mais vulnerável, que vive do trabalho, por intermédio da desconstrução da proteção social. Nesse sentido, a precarização do trabalho é um processo econômico, social e também político que visa a concentração de renda e a conseqüente depreciação da democratização dos direitos (Antunes, 2009; Dieese & CUT, 2014; Druck, 2016; Silva, 2015).

O drone volta a pousar. Agora está diante da relação de uma pesquisadora e sua realidade de pesquisa: a trajetória de seis trabalhadores de Minas Gerais, eletricitistas terceirizados, que sofreram amputações de membros como consequência de acidentes com choque elétrico de alta voltagem. Seguimos para o capítulo metodológico.

3 O PERCURSO INVESTIGATIVO

*Il faut aller sur la lune
pour voir que la terre est ronde*

Antoine Essertier & Francois Welgryn

A mitologia grega, por meio da figura de Procrustes⁷, sugere que os hóspedes jamais correspondem perfeitamente ao leito preparado pelo anfitrião. Os transeuntes da estrada entre Mégara e Atenas, ao buscarem abrigo em seu caminho, eram enquadrados cruelmente na cama de ferro oferecida, tendo seus corpos esticados ou decepados. Mesmo aqueles que cabiam na cama, que a princípio representava o tamanho exato de seu dono, também se tornavam vítimas fatais, pois o vilão guardava secretamente uma segunda medida, já que o que realmente lhe interessava era roubar os pertences dos viajantes (Brandão, 2014; Grimal, 2014).

A ilustração metafórica em torno de Procrustes – do grego pró: antes, de antemão; e crustes: bater, ferir, mutilar (Brandão, 2014) – traz duas reflexões que são centrais para este capítulo metodológico. A primeira é de que uma matriz preestabelecida, tais como hipóteses a serem comprovadas e passos metodológicos estritamente definidos sob a falaciosa promessa de uma neutralidade científica, especialmente em ciências humanas, é tentativa inatingível de conformar a realidade por meio da pesquisa, ou seja, forçar o ajuste a uma medida arbitrária de uma maneira, no mínimo, desonesta, como tal personagem. A segunda de que a imagética de corpos subjugados à mutilação é conteúdo difícil, muitas vezes, aterrorizante. Logo, uma pesquisa que se concretiza a partir de trajetórias de sujeitos que sofreram acidentes mutilantes de trabalho, como eletricitistas terceirizados, traz questões delicadas que precisam ser narradas e debatidas.

3.1 A produção da pesquisa

Para não fazer caber em medida predefinida, a qualquer custo, as singularidades dos sujeitos, é preciso ter disposição para repensar o *leito*. Pesquisar consciente de que, apesar de incômodo e difícil, assumir que “a trajetória se faz enquanto se caminha” (Hissa, 2013, p. 45) é o que tenho aprendido desde o ingresso no Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais em 2008, quando ainda na graduação em psicologia.

⁷ Também nomeado como Procrusto, Polipémon ou Damastes.

Especialmente, durante o mestrado (Rabelo, 2014; Rabelo et al., 2015) elaborei que a metodologia deve ser consonante e inerente às singularidades da realidade que se busca compreender, sem pressupostos arbitrários que possam impor especulações ao desconsiderarem a complexidade dos desenvolvimentos surpreendentes e imprevistos da pesquisa

No doutorado, minha prática de pesquisa continua a se inserir no posicionamento ontológico, que descarta um *a priori* metodológico. Parte-se da lógica interna e específica da realidade para calcar abstrações razoáveis, por meio de um caminho indutivo para o fazer científico. Almeja-se que o sujeito se manifeste como é, indicando assim o caminho para conhecê-lo e as teorias possíveis para pensá-lo (Chasin, 2000, 2009). Parte-se da *experiência vivida da pesquisa* para se pensar a realidade estudada:

Para fazer induções fecundas é necessário poder utilizar a experiência, e não desistir imediatamente dela, de um modo geral, é necessário que a ciência corresponda um domínio empírico adequado. Sem ele, a indução permanecerá estéril e nunca alcançará um saber explicativo. (Poltzer, 1975, p. 96)

Nesse sentido, a pesquisa é tomada como processo para o qual não há uma conduta metodológica que possa ser apropriadamente antevista: “Pesquisar é se aproximar de questões tomadas como relevantes e mergulhá-las em teorias que fazem pensar. As teorias, ao nos interrogarem, porque também nos fazem pensar, nos direcionam questões para as próprias perguntas de pesquisa” (Hissa, 2013, p. 31).

Retomando a ideia basilar de que pesquisar é trabalhar e, logo, é *criar atividade* de renormalização que escapa a qualquer ambição de previsibilidade exaustiva para assim produzir novos saberes (Rabelo, 2014; Rabelo et al., 2015), a partir do encontro de encontros entre escolhas que são atravessadas por valores e por (im)possibilidades de agir (Schwartz, 2000, 2007; Schwartz & Durrive, 2003, 2009), aqui não se almeja neutralidade. Trabalhar é objetivar a subjetividade e, logo, é preciso explicitar os aspectos subjetivos do pesquisar para assim os compreender (Amado, 2006; Devereux, 1980; Raveneau, 2016).

Nesse sentido, não se coleta algo já dado, mas sim produz-se a pesquisa. A metodologia aqui não se apresenta como caminho a percorrer, mas como trajetória percorrida. Relatar como se viveu a pesquisa é tentativa de colocar em palavras, em movimento de reflexão, uma memória de experiência intersubjetiva, que não se trata de atividade óbvia (Hissa, 2013; Raveneau, 2016; Spink, 2003).

Durante o percurso do doutorado, quase todas as vezes em que anunciei que o tema de pesquisa seria a trajetória de trabalhadores mutilados por choque elétrico de alta

tensão, fui interpelada: Por que você escolheu um tema de pesquisa tão duro? Proponho aqui contar essa história, incluindo detalhes do que se passou, inspirada na antropologia e na etnografia, objetivando realizar uma “análise reflexiva das situações de investigação como ferramenta de compreensão do objeto” (Raveneau, 2016, p. 150). Alguns detalhes do meu mergulho na realidade dos sujeitos que participam desta pesquisa são ressaltados como oportunidades profícuas para pensá-la, um investimento na análise do meu modo de olhar a realidade (Cardoso, 1986) que antecipa alguns contornos que darão forma à tese.

3.1.1 A assistência técnica como concretude prática do campo

Durante o mestrado, entre os anos de 2012 e 2014, participei como pesquisadora do projeto de pesquisa, ensino e extensão Conexões de Saberes sobre o Trabalho, que, a partir da abordagem ergológica, tratou da temática de saúde e segurança dos trabalhadores mineiros, portuários, ferroviários⁸ e eletricitários (Cunha, 2007, 2009; Lima, Rabelo, & Castro, 2015).

A participação desses últimos deu-se por intermédio da presença do Sindicato Intermunicipal do Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletrô/MG), oportunidade em que um dos diretores sindicais trouxe pontualmente à discussão, em um dos derradeiros módulos do projeto, a questão dos terceirizados do setor. O relato sobre os altos índices de acidentes mutilantes e fatais impactou-me diretamente, levando-me a pensar em um projeto de doutorado com o ímpeto de melhor conhecer e contribuir para a construção de formas de intervir naquela situação de trabalho.

Com o mestrado concluído, iniciei outras frentes de trabalho e uma delas foi o de perita na Justiça do Trabalho. Psicóloga pioneira no estado de Minas Gerais, atuava como expert de investigação de nexos causais entre adoecimento mental e trabalho em colaboração à decisão dos juízes em lides trabalhistas (Rabelo & Silva, 2017) – comumente, essa prática era feita por médicos e, em geral, a partir de uma visão biologicista, que negligencia as dimensões psicossociais⁹ dos acidentes de trabalho¹⁰ – e logo percebi a importância da psicologia para a constatação de nexos de causalidade entre

⁸ Que se tornaram sujeitos de minha pesquisa àquela época.

⁹ “Assim, abordar toda a problemática do processo saúde-doença compreendendo nexos causais entre trabalho-adoecimento enquanto fenômeno coletivo e como fato social ao invés de se estabelecer a doença como processo particular, é assumir que o padrão social de desgaste e reprodução biológica relativo à doença não se expressa em entidades patológicas específicas, mas sim no perfil patológico, que é uma gama ampla de padecimentos específicos mais ou menos bem definidos” (Ribeiro, 2018, p. 288).

¹⁰ Na Justiça do Trabalho brasileira, as doenças causadas pelo trabalho também são consideradas acidentes de trabalho.

afecções psíquicas e labor. Observância essa que foi ratificada por diversos juízes que passaram a me nomear como perita oficial, elegendo então a psicologia do trabalho como a ciência e a profissão capazes de emitir laudo para guiar suas sentenças¹¹.

No exercício desse ofício, descobri também que ambas as partes da lide judicial – em geral, compostas em um polo pela empresa (ou por mais empresas no caso de trabalho terceirizado, visto que àquela época a responsabilidade era subsidiária¹²) e em outro polo pelo trabalhador ou pela trabalhadora que pleiteia a ação – têm direito a ter um profissional de sua confiança para assessorá-la durante o processo pericial, bem como interrogar tecnicamente as conclusões emitidas pelo perito oficial nomeado pelo juiz e elaborar seu próprio parecer, que será agregado aos autos do processo. A participação desses profissionais, nomeados pelo Código do Processo Civil (CPC) (Código de Processo Civil, 2015) de Assistentes Técnicos¹³, visa contemplar o princípio do contraditório e da ampla defesa previsto no artigo 5º da Constituição da República, na mesma lógica em que é direito de ambas as partes ter um advogado. Entretanto, se o Estado possibilita o acesso ao advogado por meio da Defensoria Pública, o mesmo não se dá para a Assistência Técnica. Nesse sentido, as partes têm que necessariamente contratá-lo de forma particular. Evidentemente, essa não é uma possibilidade concreta para a maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras por carência financeira (Rabelo & Silva, 2017), o que causa uma desigualdade no acesso à Justiça¹⁴.

Ao constatar, a partir da prática como perita oficial, a constante ausência das dimensões psicossociais relativas aos acidentes do trabalho nas perícias geralmente realizadas por médicos, bem como a impossibilidade de acesso dos trabalhadores à assistência técnica e, logo, ao alcance pleno de reivindicação de seus direitos na Justiça, a questão dos acidentes de trabalho com eletricitários terceirizados voltou a me rodear. Propus então, em agosto de 2014, a possibilidade de o Sindieletrô/MG contribuir com os processos trabalhistas dos eletricitários terceirizados que sofreram acidente de trabalho grave, por meio da minha contratação como assistência técnica¹⁵. Negociações feitas, em janeiro de 2015 fiz a primeira viagem ao Triângulo Mineiro visando prestar assistência

¹¹ Entre os anos de 2014 e 2016, atuei em 24 processos como perita oficial em nove varas distintas, em três cidades, na Justiça do Trabalho do estado de Minas Gerais (3ª Região).

¹² Vide capítulo 2.

¹³ Especialmente os artigos 465; 466; 475; 477 do Código do Processo Civil.

¹⁴ Na minha experiência como perita oficial, apenas em um processo houve a participação de um assistente técnico por parte do trabalhador; no caso em questão, tratava-se de seu irmão médico, ainda de especialidade não relativa à temática – ginecologia.

¹⁵ Apesar de o Sindieletrô/MG não representar oficialmente os eletricitários terceirizados, o sindicato se mostra sensível a essa causa, ainda que não seja um consenso entre todos os diretores sindicais.

técnica para três trabalhadores. No mesmo ano fui contratada como psicóloga do trabalho, para assessoria da diretoria sindical lotada na secretaria de saúde do trabalhador desse sindicato, cargo que também, anteriormente, só havia sido ocupado por profissionais médicos. Essa nova função fez com que meu vínculo com essa intuição e, logo, com a realidade de trabalho do setor elétrico em Minas Gerais se tornasse cotidiano¹⁶.

3.1.2 As entrevistas em profundidade

Durante a primeira viagem ao Triângulo Mineiro, logo na primeira entrevista que realizei, com duração de cerca de três horas, percebi que os encontros passariam longe do que se espera para a privacidade da escuta psicológica. A casa humilde dos trabalhadores, sem cômodos muito definidos, o excesso de pessoas na mesma moradia, o entrar e sair de vizinhos e a dependência constante do sujeito devido à mutilação dos membros – “Filha! Traz aquele envelope de documentos que está no quarto para eu mostra pra psicóloga! Aproveita e traz um copo d’água!” – fizeram com que o diálogo fosse interrompido em alguns momentos. Noutros, contemplava as interrupções. Essa cena, com suas variações, repetiu-se com os outros trabalhadores e em quase todos os momentos de entrevista. As famílias, os amigos, eles chegam, eles entram, eles perguntam e opinam. Eu vou, estou, sinto, converso. O que se passa observo, “observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação” (Cardoso, 1986, p. 103).

A impossibilidade de prescrição da pesquisa se dá na sua realização concreta (Rabelo et al., 2015). A ideia de entrevista em profundidade prevê a criação de condições favoráveis a um espaço *adequadamente intimista* (Lakatos & Marconi, 1996). Mas com sujeitos dependentes vivendo em realidade de pobreza, os encontros se fizeram dentro das suas possibilidades reais. E esta pesquisa se deu *em situação* (Lhuillier, 2014, 2017). As entrevistas não foram em lugares privados, pois a própria vida desses sujeitos se caracteriza pelo paradoxo do isolamento social marcado pelo cerceamento da privacidade. Essas condições já me adiantavam um dos impactos psicossociais dos acidentes mutilantes¹⁷.

Outro aspecto importante das entrevistas foi o uso do gravador. A construção das elaborações da tese, nos próximos capítulos, a partir das falas literais transcritas, visa

¹⁶ O vínculo empregatício durou dois anos.

¹⁷ Esses aspectos serão retomados e discutidos no capítulo 4.

possibilitar um mergulho mais fidedigno à realidade estudada, em concordância ao que afirma Louis Le Guillant:

Esta linguagem popular, fruto de uma experiência individual e coletiva, direta e insubstituível, parece-me mais adequada do que qualquer outra que fosse feita “do exterior”, ou em termos mais “científicos” suscetíveis de evocar a realidade, para tornar perceptíveis os aspectos sensíveis de situações que escapam sempre, em parte, àqueles que não a vivenciaram. (Le Guillant, 2006, p. 332)

Contudo, o que quero aqui ressaltar para além do que já se espera, é que o gravador também se apresentou como artifício necessário, ainda que não planejado, para sustentar a escuta. O conteúdo das entrevistas tinha, tantas vezes, uma densidade de sofrimento tão profundo que ausentava a minha consciência por alguns momentos, para suportar a continuidade da minha presença. Como, especialmente nas entrevistas em outras cidades, era preciso aproveitar o tempo com aqueles trabalhadores, doses homeopáticas e, talvez mais saudáveis, não eram possíveis. O gravador tornou-se, assim, um recurso de *autoproteção*. Saber que poderia retomar as falas permitia-me liberar a consciência por alguns segundos, possibilitando uma *presença-ausente*, logo distraída, o que foi necessário para acolher histórias marcadas por tragédias. Estou falando de segundos, mas pausas significativas em que me percebi dizer para mim mesma: onde foi parar sua cabeça, Laís? Foi em algum qualquer outro lugar onde era possível me dar um pequeno respiro mental para enfrentar mais três horas de entrevistas repletas de manifestações de dor.

O gravador permitiu-me, igualmente, perceber detalhes sobre os encontros. Meu jeito de falar, sotaque e ritmo variando conforme cada sujeito, região, situação e estado emocional – ansioso, deprimido, enfurecido, esperançoso – fez-me ouvir a *empatia*. A cada novo contato com a realidade dos trabalhadores mutilados minha entonação se transformava, como quem alinha instrumentos para compor uma canção. A pesquisa é a fabricação de ligação social que deve transparecer em linguagem (Schwartz, 2016), pois é ela quem possibilita os encontros.

A escuta foi ponte, condição necessária para a construção de vínculo com os sujeitos, muito além de qualquer formato pré-moldado de diálogo investigativo. No decorrer desses cinco anos fui me tornando digna de confiança desses sujeitos. A cada nova gravação é possível perceber como os diálogos se tornam mais intimistas. Essa proximidade diz respeito não somente ao meu contato com cada trajetória, mas também à minha relação com essa realidade estudada. Sempre levando em conta a singularidade de cada história e, ao mesmo tempo, percebendo as similitudes das condições de trabalho

que me fizeram compreender, em um quadro mais geral, o que é *ser peão de empreiteira e os acidentes mutilantes e seus impactos psicossociais*¹⁸. Nesse sentido, uma dualidade entre estar aberta ao novo, mas saber cada vez mais o que e como perguntar. Ou seja, cada entrevista permitia-me pensar novas perguntas, tanto com o mesmo sujeito quanto com os demais.

Nesse caminhar das conversas, as pautas também foram se transformando. A pesquisa começa com a demanda criada de assistência técnica, por meio de entrevistas que visavam elaborar laudos judiciais, mas não se conforma nesses limites. Ainda que seis trabalhadores tenham participado do estudo –José, Carlos, Bruno, Fernando, Paulo e João¹⁹ –, apenas no caso dos três últimos, assistências técnicas foram realizadas. E mesmo os que tiveram tramitação judicial amparada por minha atuação, concederam-me entrevistas em outros momentos em que esse processo já estava concluído. Algumas entrevistas partiram inclusive de demandas dos próprios trabalhadores, das suas companheiras ou de dirigentes sindicais, especialmente em busca de acolhimento psicológico diante dos impactos dos acidentes mutilantes. Isso levou a diferentes participações na pesquisa. Em realidade, com cada trabalhador tive uma partilha singular, tanto no que se refere ao número e à duração de encontros, bem como, evidentemente, no que diz respeito ao conteúdo das conversas que rodeavam o momento presente do entrevistado, de incômodos com as próteses às crises conjugais.

Paulo teve o processo judicial amparado por assistência técnica a partir de uma entrevista registrada em áudio de aproximadamente três horas, em janeiro de 2015, na cidade de Patrocínio. Em outubro do mesmo ano, na sede do Sindieleiro/MG em Belo Horizonte, tivemos uma segunda conversa de cerca de uma hora, na qual também participou o trabalhador Carlos. Em agosto de 2017, outra entrevista em profundidade foi feita com Paulo, também registrada em gravador e com duração de duas horas, na sua casa em Patrocínio. Já a participação de Carlos foi pontual e restrita à entrevista concedida em outubro de 2015.

João também teve processo judicial amparado por assistência técnica a partir de entrevista registrada em áudio de uma hora e trinta minutos, em janeiro de 2015, e de uma hora e quinze minutos, em outubro do mesmo ano. Em 2016 fizemos novas entrevistas, sendo uma em julho, com duração de uma hora e quarenta minutos, e outra em agosto,

¹⁸ Duas categorias que serão trabalhadas nos próximos dois capítulos.

¹⁹ Os nomes dos trabalhadores que participaram da pesquisa são fictícios.

com duração de uma hora, registradas com gravador. Em agosto de 2017, nova entrevista com duração de uma hora e quinze minutos foi gravada. Todas as entrevistas foram em sua casa em Patrocínio.

Bruno concedeu-me duas entrevistas, sendo uma em janeiro de 2015, registrada em uma hora e quarenta minutos, que visava a assistência técnica, contudo não houve autorização do juiz para a realização da perícia em seu processo²⁰. A segunda entrevista ocorreu em julho de 2016, com pouco mais de uma hora gravada. Esses encontros se passaram em sua casa na cidade de Araguari.

Fernando também teve processo judicial amparado por assistência técnica a partir de entrevista registrada em áudio durante duas horas e quinze minutos, em junho de 2016. Em maio de 2019, nova entrevista foi gravada e com duração de uma hora e vinte minutos. Ambas ocorreram em sua casa na cidade de Divinópolis.

José concedeu-me apenas uma entrevista, em maio de 2017, com duração de uma hora e trinta minutos, registrada em áudio na sede do Sindieletró/MG em Belo Horizonte.

Ao todo, somam-se cerca de 22 horas de registro de entrevista. Mas ressalte-se que muitas comunicações se passaram com o gravador desligado e muito das trocas se deu em ocasiões que não poderiam ser nomeadas *entrevistas*.

3.1.3 As territorialidades múltiplas de produção da pesquisa

Definitivamente, o *espaço-tempo* de pensar extrapola réplicas de questionários prontos e gravadores ligados. Os encontros que me fizeram imergir nessa realidade constituíram-se em cenários diversos. Eventos no Sindieletró/MG, telefonemas, mensagens, reuniões com advogados, conversas com as famílias, passeios pelos quintais – “Olha Laís, é assim que eu cuido das galinhas agora”, disse-me Bruno. Escutei muito da história de Fernando quando o acompanhei num processo de tentativa de ganhar uma prótese para o antebraço, bem como durante sua perícia judicial e quando dos deslocamentos que fizemos juntos para essas ocasiões.

Um evento que merece destaque aconteceu em agosto de 2017, no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), na cidade de Patrocínio, intitulado: *Discussões Sobre Terceirização do Trabalho: O Caso do Setor Elétrico em Minas Gerais*. Fui

²⁰ Ainda que as partes peticionem, de maneira fundamentada, a necessidade de laudo de especialistas para caracterizar o acidente de trabalho e, assim, embasar a decisão judicial, a realização ou não de perícia é de escolha do juiz do trabalho.

convidada como palestrante, mas propus também aos organizadores a participação de dois trabalhadores, João e Paulo, residentes naquela cidade.

Entre os diversos aspectos abordados, as diferenças entre a realidade de preparação para a atividade de trabalho de eletricitista foram um dos pontos de discussão. José Henrique Vilela, trabalhador do quadro próprio da Cemig e dirigente sindical, que também se apresentava como palestrante, descreveu para a plateia a durabilidade e a estrutura do treinamento oferecido pela UniverCemig²¹. João e Paulo apresentaram perplexidade, questionaram surpresos. Não sabiam que o treinamento adequado deveria durar meses e não alguns dias como se passou com eles, realidade recorrente dos trabalhadores terceirizados do setor elétrico. Esse debate, público, que eu não havia planejado, fez-me perceber o grau de alienação dos trabalhadores quanto à sua própria situação. A precariedade dos treinamentos os expôs a riscos causadores de acidentes que os mutilaram. A queimadura causada por choque elétrico de alta tensão ocasionou necrose que levou à amputação dos dois antebraços e de uma das pernas, tanto de Paulo como de João. Acidentes ainda sobre os quais tiveram que afirmar-se vítimas e não culpados²².

Nessa ocasião inquietou-me: como esses trabalhadores poderiam compreender os acidentes que avassalaram seus corpos e vidas se desconheciam quais os treinamentos mínimos necessários para realizar o ofício que praticavam? Não havia planejado esse questionamento, muito menos esse debate. Os três trabalhadores se conheciam de longa data e ambos já tinham processo judicial em andamento, amparado por advogados e pela minha assistência técnica. Mesmo após três anos de contato com essa realidade, não cogitava que os trabalhadores ignoravam a violência que lhes foi imposta. O que se passou é que convoquei os sujeitos para a cena e, assim, a questão emergiu, no seu potencial mais real.

Fazer emergir é colocar em discussão. Descrever o método, sem dizer da *cozinha da pesquisa*, sem apontar o que é *hors-textuel* (Lourau, 1993)²³, faz parecer que os dados são colhidos por meio de prática prescritível e rotulável. Faz entender também que a tese

²¹ A UniverCemig é a universidade corporativa da empresa que tem como uma de suas finalidades formar tecnicamente seus trabalhadores. O treinamento recebido pelos funcionários do quadro próprio da Cemig se diferencia significativamente em relação ao que oferecem as empresas terceirizadas a seus trabalhadores. Os primeiros recebem a qualificação com qualidade e profundidade de conteúdos que leva a uma durabilidade de aproximadamente seis meses. Ao passo que os trabalhadores terceirizados recebem treinamentos com durabilidade de algumas horas ou, no máximo, alguns dias (Oliveira, 2019).

²² A relação entre treinamento precário e risco, bem como a questão da culpabilidade dos acidentes serão retomadas no próximo capítulo.

²³ “Fora do texto” é a expressão do autor que indica a escrita da pesquisa com aspectos que desafiam a suposta neutralidade científica, que se localizam fora do que está prescrito nos textos acadêmicos.

é resultado singular do processo de doutoramento e que o tempo de *fazer campo* não coincide com o tempo de pensá-lo e refleti-lo. Muito pelo contrário, minha evolução como pesquisadora dessa temática aconteceu progressivamente ao longo desses anos, no movimento de colocá-la sempre em discussão.

O *campo-tema*, como propõe Spink (2003), é espaço criado pelo pesquisador, inserido em suas teias de ação que ampliam as possibilidades de diálogo:

Campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades. (Spink, 2003, p. 36)

Nesse sentido, a produção da pesquisa se deu também nos congressos. Não estava apenas apresentando *possíveis resultados*, mas sim fabricando reflexões coletivamente. Colocando os saberes em movimento, fazendo dialogar os conhecimentos em aderência com a realidade com aqueles formalizados pela teoria (Schwartz, 2000; Schwartz & Durrive, 2003, 2009; Trinquet, 2010).²⁴

O doutorado implicou a disponibilidade de pensar o campo. Passei a incluir a temática da terceirização em todos os espaços acadêmicos onde estive. A cada convite de palestra, participação, discussão, eu a trazia. Ainda que o convite a mim destinado fosse sobre assédio moral no trabalho, como ocorreu no congresso de *Saúde Mental e Trabalho: Mal-Estar no Trabalho*, ocorrido em abril de 2018 na Faculdade de Medicina de Universidade Federal de Minas Gerais, minha fala retomava esta pesquisa, assim, minha apresentação, nessa ocasião, intitulou-se: *O Assédio Moral Consequente da Terceirização do Trabalho: O Caso do Setor Elétrico de Minas Gerais*.

Talvez pudéssemos nomear essa postura de *militância acadêmica*. Eventos científicos em Minas Gerais (Belo Horizonte, Ouro Preto, Patrocínio), São Paulo (Franca), Paraíba (João Pessoa), Colômbia (Bogotá), França (Paris) e Portugal (Porto). Difundi pelos lugares onde fiz travessia. Não apenas em congressos, mas também em sala de aula, especialmente entre 2015 e 2017, como professora substituta na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), quando incluí a terceirização do trabalho em todas as ementas das disciplinas sob minha responsabilidade²⁵. O esforço em tornar concreta e

²⁴ Essa postura inspira-se na produção de conhecimento por meio do Dispositivo Dinâmico a Três Polos (DD3P), proposto pela Ergologia. Inclusive, essa pesquisa recebeu contribuições de trocas pessoais com Yves Schwartz e Pierre Trinquet..

²⁵ As disciplinas que ministrei na UFOP foram: Engenharia do Trabalho, Ergonomia, Ergologia e Recursos Humanos Estratégicos.

acessível essa discussão para os alunos do curso de graduação em Engenharia de Produção, fez-me concretizar abstrações por meio de exemplos que foram tornando a terceirização do trabalho um objeto de pesquisa cada vez mais palpável para mim mesma. O tema foi foco, inclusive, nas aulas que ministrei durante as ocupações nas universidades pelos estudantes, no segundo semestre de 2016, em protesto contra o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 241)²⁶. Sobre umas delas, escrevi à época:

Ontem, dia 24 de novembro de 2016, pude ministrar uma aula histórica em minha carreira. Não se tratava de um numeroso público, de um auditório luxuoso ou de um certificado com carimbo dourado para o Lattes. Não, foi bem maior que isso.

A conjuntura nacional é angustiante. O pessimismo toma conta de nós, que queremos uma sociedade mais justa com educação e trabalho dignos e acessíveis a todas e todos. Queremos lutar pela vida, então a fazemos acontecer.

Bravas, bravos e valentes, alunas e alunos ocupam as Escolas e as Universidades do Brasil. Resistindo à uma proposta de emenda constitucional que, claramente, trará diversos prejuízos aos nossos direitos. E, ontem, em uma ocupação particular, na Universidade Federal de Ouro Preto/MG, na Escola de Minas, onde atualmente sou professora, agora as aulas são abertas, no saguão, e não nas enfileiradas cadeiras dentro das paredes brancas das salas de aulas quadradas.

Fui falar da terceirização, sobre como um outro projeto de lei em andamento no País, quer viabilizar o fim dos direitos do trabalho através da ampliação radical das possibilidades de extração da mais-valia. O público, composto por metade de alunas e alunos de diversos cursos, e a outra metade pelas próprias faxineiras terceirizadas que trabalham nessa Escola (e também o porteiro que a certa altura entrou no debate dizendo: – É verdade, sou terceirizado e há cinco anos não tiro férias! – mostrava-se de uma heterogeneidade magnífica.

Quando poderíamos imaginar essa aula? Em círculo, no chão do saguão da tradicional Escola de Minas, em plena renormalização e não mais no caminho dos “bons costumes”, alunas e alunos juntamente com as trabalhadoras que nem sequer são cotidianamente enxergadas pelos usuários dessa instituição e que passam anos dentro de uma Universidade sem participar de uma única aula? Sim, foi memorável.

No caos surgem as possibilidades de resistir. Sigamos na luta! Que a gente saiba admirar todas as conquistas que estamos colhendo nessa batalha. Como diz Yves Schwartz, é quando o histórico infiltra no protocolo que se produz a vida humana.

Uma outra forma frequente e eficaz que encontrei para discutir a temática e produzir esta pesquisa foi a exibição seguida de discussão, em todas as possibilidades que tive, do *Dublê de Eletricista – Um Documentário Sobre a Terceirização no Setor Elétrico Brasileiro*²⁷ (Maia & Machado, 2015).

O início de minha imersão no campo, durante a primeira viagem ao Triângulo Mineiro, coincidentemente se deu quando filmaram o curta-metragem que tem como recorte a mesma realidade eleita por esta pesquisa, inclusive no que diz respeito à região onde aconteceu o acidente do trabalhador Lúcio Nery, *protagonista do caos* como ele

²⁶ Projeto que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, por meio de teto para os gastos públicos com o objetivo de congelar as despesas do Governo Federal por até 20 anos, afetando investimentos em saúde e educação.

²⁷ Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=PuCoggk8_18

mesmo se apresenta no evento de estreia do vídeo, alguns meses depois, em outubro de 2015.

Breves encontros com a equipe da produção do filme possibilitaram-me discutir questões levantadas nas entrevistas, em especial, relativamente à identidade dos trabalhadores atravessada pela terceirização do trabalho, o que contribuiu para o roteiro e o título do documentário²⁸²⁹.

A postura de tomar o tema como causa talvez faça um alcance do doutorado até maior que a tese³⁰. Acredito que fui mais ouvida do que serei lida. Avalia-se o doutorado pela escrita do texto final, mas tornar-se doutora também não seria se apropriar do tema e assim levá-lo para todos os espaços que consegui alcançar?

O engajamento na temática possibilitou que muitas reflexões se construíssem, também no período em que estive na França para o doutorado sanduíche³¹. Foi a partir do colóquio, ocorrido em outubro de 2017, em Paris, intitulado *Penser et Réaliser la Transformation du Travail: L'Apport de la Démarche Ergologique et de l'Oeuvre d'Yves Schwartz*³², ao propor como uma mesa temática a interpelação dos conceitos da Ergologia, que elaborei as interrogações sobre o *corpo-si* diante da realidade de mutilação de membros³³ por meio do trabalho publicado e apresentado *Le Corps-Soi Mutilé: Quelles Sont les Renormalisations Possibles*³⁴? (Rabelo & Barros, 2017). Foi também mediante minha participação na terceira edição de *Étonnants Travailleurs: Voyage au Coeur de L'Activité*³⁵ (Rabelo & Akoka, 2018), em novembro do mesmo ano, na mesma cidade, que refleti sobre como a escuta engajada pode reverberar surpresas com as sutilezas do sofrimento humano, a partir da história de Bruno, quando confessou-me que, entre as

²⁸ A reflexão sobre a relação dessa realidade laboral e a identidade foi publicada no artigo *Dublês do setor elétrico: Reflexões sobre identidade e trabalho terceirizado* (Rabelo, Castro, & Silva, 2016).

²⁹ Esse entrelaçamento fez-me, inclusive, optar por incluir uma cena do documentário no capítulo 5.

³⁰ Um exemplo de como o engajamento com o tema de pesquisa pode produzir sua visibilidade deu-se quando consegui incluir a exibição do documentário *Dublê de Eletricista no IX Seminário de Saúde do Trabalhador: terceirização, precarização e agravos à saúde dos trabalhadores*, em setembro de 2015, na cidade de Franca/SP. A partir dessa ocasião, o curta-metragem foi convidado e ganhou o prêmio da *Mostra CineTrabalho –The Brazilian International Labour Film Festival*, em 2016, na cidade de Marília/SP. Em decorrência do prêmio, o documentário foi exibido na abertura do seminário *Morfologia del Lavoro Mondiale*, em Roma, na Itália, no ano de 2017.

³¹ A participação no Programa de Doutorado Sanduíche se deu de setembro de 2017 a fevereiro de 2018, no *Centre de Recherche sur le Travail et le Développement* (CRTD), do *Conservatoire des Arts et Métiers* (CNAM) em Paris, sob orientação da professora Dominique Lhuillier, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

³² *Pensar e Realizar a Transformação do Trabalho: A Contribuição da Abordagem Ergológica e da Obra de Yves Schwartz* (título em português).

³³ Essa reflexão será desenvolvida no capítulo 5.

³⁴ O corpo-si mutilado: quais são as renormalizações possíveis?

³⁵ *Trabalhadores Surpreendentes: Uma Viagem ao Coração da Atividade* (título em português).

consequências do acidente que o mutilou um dos braços e lhe retirou, temporariamente, os movimentos de ambas as pernas, o que mais lhe fazia falta era comer a fruta *kiwi*³⁶

Além de falar, também escrevi durante esse processo. Trabalhos completos nos eventos, artigo em periódico, capítulo de livro, textos para jornais sindicais³⁷, laudos para a Justiça do Trabalho. A produção dos textos, que incluíram pesquisas estatísticas, revisão bibliográfica, transcrições de falas e análises, possibilitou uma fabricação concomitante de sentido para o que escutava e vivenciava na pesquisa. Uma análise em espiral, em que produzi compreensões ao mesmo tempo em que emergia no campo, o que permitiu reflexões enraizadas nas vísceras da realidade (Tarozzi, 2011).

Esse processo de construção do *campo-tema em múltiplas territorialidades e em tempo real*, falar e escrever sobre a pesquisa tantas vezes e em tantos espaços, fez-me inclusive questionar algumas vezes se teria algo, de fato, inédito para produzir a tese de doutorado. Mas, sim, esse texto possibilita a reformulação de diversas questões que ainda não haviam encontrado seu lugar, especialmente porque algumas reflexões são possíveis num *segundo tempo*, depois do tempo necessário para lembranças que levam a elaborações não somente teóricas, mas também psicológicas (Dubost & Lévy, 2006).

3.1.4 A pesquisa-intervenção: uma questão ético-política

Tornar a pesquisa, o *campo-tema*, uma causa de engajamento acadêmico seria suficiente? Falar e escrever, especialmente uma tese, contemplaria o objetivo de tornar-me *pesquisadora-doutora*? Evidente que, ao provocar olhares para uma realidade que é negligenciada, é como plantar sementes de transformação. Após minha fala em dois distintos eventos na cidade de João Pessoa/PB³⁸, em abril de 2019, os demais palestrantes disseram que não havia muito mais a dizer. Questionei-me: sei muito sobre o tema, ou quase não se diz sobre ele? Mas a principal questão que coloco aqui é: esta pesquisa poderia existir se não fosse *práxis*, diretamente útil àqueles nomeados pesquisados?

O pesquisar traz em si possibilidades de alteração na realidade. Mas diante da consternação que carrega a temática em tela, quais seriam os limites de se propor uma participação em pesquisa a esses sujeitos com um retorno abstrato tal qual esse texto que se apresenta como tese doutoral? E a mim? Seria possível realizar essas intervenções sem

³⁶ Essa história será retomada nos próximos dois capítulos.

³⁷ Rabelo & Akoka, 2018; Rabelo & Barros, 2017a, 2017b; Rabelo, Castro, & Silva, 2016; Rabelo, Silva, & Faria, 2018; Rabelo, Castro, & Silva, 2016; Rabelo & Silva, 2016.

³⁸ A convite de minha orientadora, Prof^a Dr^a Vanessa Barros, que lá se encontra como professora visitante da Universidade Federal da Paraíba.

levá-las a uma reflexão mais profunda endereçada a um espaço acadêmico? A ação sobre o campo a torna um meio de uma nova ação, que é o da pesquisa em si mesma (Clot, 2008). Certamente, a dialética entre o pensar e o agir foi fundamental, mas o que a pesquisa traz de palpável aos sujeitos que a ela se engajam como contribuintes aponta para uma *dimensão ético-política* necessária.

Ainda que as entrevistas tenham, possivelmente, um potencial provocativo de reflexões, tendo em vista que criam espaços para que os sujeitos expressem suas próprias questões, o que pode gerar novas interrogações para assim se apropriarem, por diferentes ângulos, de suas histórias, propondo-se novos futuros (Clot, 2010; Rabelo, 2014; Raveneau, 2016), esta pesquisa aproxima-se de um grau de sofrimento humano, que é difícil concebê-la sem que seja concretamente útil aos sujeitos.

A partir de Vygotski (1995), Yves Clot (2004, 2008, 2010) propõe que é preciso transformar para compreender, pois a transformação é, ao mesmo tempo, objeto e método. Se o primeiro autor desenvolve essa ideia para estudar o desenvolvimento de crianças e o segundo nela se embasa na busca de ampliar o *poder de agir* de coletivos de trabalhadores, aqui me aproprio de que é preciso provocar a mudança para criar a possibilidade de estudar uma realidade num outro âmbito, qual seja: a necessidade de intervir diante das injustiças sociais provocadas pelo sistema capitalista de produção e a imprescindibilidade de criar espaços de escuta e acolhimento aos sujeitos que delas são vítimas, para assim poder estudá-las.

A psicossociologia³⁹ propõe que a produção de conhecimento não pode estar dissociada das condições que a fazem emergir e, logo, lhe dão sentido. Assim, o ato de buscar saberes sobre o homem e a sociedade implica um modo de relacionar-se com o outro, por meio de uma dimensão ética que valorize seu *ponto de vista*, não o reduzindo às vontades e desejos daquele nomeado pesquisador (Dubost & Lévy, 2006; Lhuillier, 2017).

A temática dos acidentes mutilantes constituiu um objeto de estudo do doutorado em consequência da criação da demanda de minha atuação como assistente técnica nos processos judiciais dos trabalhadores vítimas das consequências da precarização causada pela terceirização do setor elétrico, em oposição à sua impossibilidade de acesso pleno ao

³⁹ As perspectivas da Clínica da Atividade e da Psicossociologia não coincidem no que se refere à pesquisa como *práxis*. Entretanto, vale esclarecer que esta pesquisa não almeja ser enquadrada em alguma das duas propostas metodológicas. Contudo, o mosaico de referências selecionado é que possibilita as reflexões sobre o *campo-tema*.

princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa. Intervenção possibilitada também pelo meu provocar acerca do lugar válido da psicologia como ciência e profissão tanto na Justiça do Trabalho quanto no Sindieletro/MG. Nesse sentido, ao contribuir com os sujeitos por meio da assistência técnica em processos judiciais, e também pela disponibilidade de responder às suas demandas de escuta de acolhimento ao longo de alguns anos, construí uma *espécie* de intervenção que teve como lastro uma *troca ético-política*.

José, um dos trabalhadores com quem fiz uma única entrevista e, logo, para o qual não fiz assistência técnica nem realizei acompanhamento terapêutico, alguns dias após nosso encontro surpreendeu-me com uma mensagem em que solicitava ajuda para vender uma cadeira de rodas, de modo que pudesse comprar uma nova. Ele dizia: “Eu te ajudei, agora você podia me ajudar também.” Nesse cenário, questiono: Quais os custos e quais os benefícios da pesquisa para o sujeito? Consegui um comprador para a cadeira de rodas antiga por meio de um aplicativo virtual. Seria possível não fazê-lo? Era como se José me lembrasse que também eu precisava ser-lhe útil. Ele não se dispôs a ser *objeto* de estudo, ainda que tivesse se proposto a apreender sua história numa espécie de *pesquisa-foto*, aquela de registro momentâneo.

Num polo quase oposto, entre 2015 a 2018, *estive* com João. Cinco vezes para entrevistas em profundidade em sua casa, presenciei uma de suas perícias designadas pela Justiça do Trabalho, conversamos algumas vezes na sede do Sindieletro/MG na cidade de Uberlândia – Minas Gerais, fomos juntos ao escritório de seu advogado, encontrei alguns vizinhos e amigos, conheci sua companheira, suas filhas – inclusive acompanhei a gestação da mais nova e emocionei-me ao ver a inventividade dele para segurar o bebê, sem ambos os antebraços. Com João, minha presença foi compondo uma *pesquisa-filme*. Aliás, nunca achei adequado pedir uma fotografia, mas tenho registros imagéticos de memória notáveis:

João era jogador de futebol. Atleta profissional, artilheiro, participou do Campeonato Mineiro. Quando cheguei a sua casa pela primeira vez, recordo-me daquele jovem, aos 28 anos, com três membros amputados, sentado no sofá da sala que era emoldurado por uma parede repleta de medalhas, troféus e fotos que exaltavam sua carreira no esporte. Na segunda vez que lá estive, dois troféus ainda maiores estavam posicionados um de cada lado do sofá. Ele me explicou que se tratava de homenagens dedicadas a ele vindas dos dois únicos times da sua cidade. Recebera convite de ambos para ser treinador de futebol, eles o disputavam, o queriam convencer, cada um com troféu maior que o outro. João tentou o novo ofício, mas frustrou-se. Contou-me com os olhos lacrimejados, enxugando as lágrimas com os extremos dos antebraços, o quão era difícil estar à beira do campo sem ter condição corpórea de praticar o esporte. No ano seguinte, o cômodo já não tinha quase nenhum objeto que remeteria ao futebol. As medalhas, aos poucos, foram

cedendo lugar a artefatos de bebê. Ele seria pai outra vez. A carreira de futebol foi dada como encerrada.

A *pesquisa-filme* possibilita um laço que afasta a possibilidade de se objetificar o sujeito. Ainda que se delimite em recorte, não se trata de encontro estanque, mas de leitura de realidade viva, processual, que não se alcança com a *pesquisa-foto*.

A diferença do contato com os dois sujeitos talvez pareça negligência com um *possível rigor metodológico*. Ou seria elasticidade inexorável ao buscar construir conhecimentos com seres humanos? A pesquisa é atravessada por temporalidades diversas que ganham lugar na escrita que se propõe a descrever detalhes de seus bastidores (Lourau, 1993). Refletir o *campo-tema* como se fosse um compêndio de participações equânimes no estudo é negar a própria *pluralidade* da vida.

Quando José concedeu-me a entrevista, suas elaborações e adaptações, em relação ao acidente que lhe causou a amputação de ambas as pernas e de um dos braços, contavam com quase três décadas. Para ser mais precisa, já haviam se passado 28 anos desde o acidente e seu processo judicial já estava encerrado⁴⁰. Encontrei João em momento completamente diferente de vida. Quando do nosso primeiro encontro, haviam se passado apenas seis meses desde o acidente. Era o início de uma nova fase de vida, o que incluía pleitear indenização na Justiça do Trabalho.

Nesse sentido, fotos e filmes compõem a obra. Não somente as trajetórias dos sujeitos são diferentes, mas também o são as trocas possíveis no decorrer da pesquisa. O olhar com o qual gerimos as relações com nossos semelhantes precisa estar sensível às dramáticas que os atravessam para não os reduzirmos a instrumentos das nossas tarefas a cumprir (Schwartz, 2011), tal qual um *texto-tese*. A pesquisa que preconiza engajamento ressalta as variabilidades que se fizeram presentes em sua produção. Ela se faz intervenção, ético-política, *como e quando* pertinente.

3.1.5 Os engajamentos intersubjetivos em *territórios instáveis*

A pesquisa se faz nas suas (im)possibilidades de intervenção que se concretizam a partir do engajamento *ético-político*, mas também intersubjetivo, aquele de manejo imprevisível: “Dobrar-se sobre um campo de pesquisa é colocar-se em envolvimento na complexidade, engajar-se em um entrelaçamento cujo destino não é certo, nem para si mesmo, nem para a pesquisa” (Silva, 2019, p. 19), é atividade e, logo, “(...) lugar de

⁴⁰ Carlos, o outro trabalhador com quem fiz apenas uma entrevista, também já tinha processo judicial encerrado e, por isso, não teve amparo de assistência técnica.

debates com resultados sempre incertos entre as normas antecedentes enraizadas nos meios de vida e as tendências à renormalização ressingularizadas pelos seres humanos” (Schwartz, 2005).

Considerando que o fazer ciência a partir da *história das pessoas* coincide com a construção do laço social, por consequência, a troca subjetiva é motor da pesquisa (Devereux, 1980; Dubost & Lévy, 2006; Hissa, 2013; Lhuilier, 2014, 2017; Raveneau, 2016; Spink, 2003). Pesquisar é, como todo trabalho, fazer *uso de si*, colocar os valores que nos movem em cena para construir novos saberes (Schwartz, 2000, 2004b, 2004a, 2007; Schwartz & Durrive, 2003, 2009). Uso de si que *convoca* a responsabilidades especialmente quando estamos *construindo pontes em territórios instáveis*.

Os sujeitos que participaram da pesquisa trazem uma trajetória marcada por violências. Desde as condições de trabalho que levam ao panorama dos acidentes, passando pelas avassaladoras consequências desses últimos, até à busca de seus direitos na Justiça do Trabalho⁴¹. Mesmo em suas vizinhanças, muitos são os que circundam os acidentados, inclusive representantes de igrejas solicitando doações como *urubus que rodeiam presas frágeis*, interessados nos possíveis altos valores financeiros de indenizações trabalhistas. Assim também se apresentam diversos advogados almejando representar os vitimados.

O respeito à tragédia alheia, algumas vezes, escapa à humanidade. Durante um evento na UFOP, em 2016, nomeado *Semana de Estudos*, recordo-me de dois alunos de engenharia rindo enquanto eu falava da frustração de Paulo diante dos impedimentos para ser pastor em sua igreja devido à amputação de seus dois antebraços, pois não podia realizar o movimento de apoiar suas mãos sobre a cabeça dos fiéis. Também guardo a lembrança amarga de escutar um diretor do Sindieletrô/MG questionar, com desdém, que diferença faria levar Paulo *e seus bracinhos* para contar sua trajetória nos eventos do sindicato.

Durante meu trabalho como assessora de saúde desse sindicato, foram diversas as reuniões em que a diretoria do setor de Recursos Humanos da Cemig insistia que os acidentes não se relacionavam com a terceirização da empresa, afirmava que os acidentados nem sequer faziam trabalho de eletricitista. Assim não cabia à empresa qualquer ação preventiva ou de reparo de danos. Entre 2015 e 2017 tentamos negociar, extrajudicialmente, próteses de membros inferiores e superiores para nove trabalhadores

⁴¹ Essas questões serão retomadas nos capítulos posteriores.

terceirizados acidentados e amputados, sem nenhuma resposta positiva, ainda que durante o governo estadual do Partido dos Trabalhadores (PT)⁴².

O contato dos sujeitos com as empresas terceirizadas após os acidentes também era perpassado por descasos e desreponsabilizações. Escondiam direitos, ofereciam acordos muito aquém dos direitos indenizatórios e, em algumas ocasiões, enviavam profissionais como pretensas ajudas, que faziam deliberadamente manipulações que desfavoreciam os trabalhadores. A companheira de Bruno relatou, com rancor, certa vez em que teve que expulsar um profissional que representava a empresa terceirizada – que a princípio estava ali para prestar apoio –, ao perceber que, sem autorização ou qualquer explicação, estava fotografando seu marido quando ainda acamado no hospital. As empresas terceirizadas têm a prática de utilizar fotos de trabalhadores acidentados para convencer de forma *atroz* outros funcionários de que devem evitar, autonomamente, chegar ao mesmo destino.

Foi nessa seara de violências inúmeras que tive que me posicionar. Nesse cenário, o lugar possível de construção de vínculo de confiança evidentemente é abalado, o que nomeio de *território instável*. As trocas subjetivas pertencem a um quadro sociopolítico mais amplo, e fazer *uso de si* é, necessariamente, assumir compromissos ainda que microgestionários (Schwartz, 2004a, 2004b; Schwartz & Durrive, 2003, 2009).

Retomo a *pesquisa-filme* com João, bem como o evento no IFMT, em agosto de 2017, em Patrocínio, anteriormente mencionados, para pensar essas questões:

Às vésperas do evento fui à sua casa convidá-lo para participar e ele me disse que só aceitava porque era eu quem o estava chamando. Anteriormente, logo após o acidente, João já havia recebido em sua casa uma psicóloga da empresa terceirizada que o instruiu a superar o ocorrido suprimindo-o de seus pensamentos. Alguns meses depois, após se recusar a continuar a receber essa profissional, eu estava ali, em sua vida, também com o objetivo, que evidentemente eu não planejava, de provar que a psicologia poderia ter outra função. Estar no campo-tema é também assumir uma convicção moral da psicologia social (Spink, 2003), aquela de se responsabilizar pelos vínculos construídos.

Passei a noite em claro questionando-me aflita como seria a interação com o público, que se tratava de alunos do ensino médio-técnico. Seriam os adolescentes do Instituto desrespeitosos com os trabalhadores vitimados como foram os jovens adultos da Universidade? Eu sentia a responsabilidade da confiança de João em mim. Eu, literalmente, segurei o microfone para que ele e Paulo dissessem publicamente que uma das consequências mais difíceis do acidente era não conseguir realizar sozinho sua higiene pessoal depois de defecar.

Os alunos reagiram com interesse e gentileza. Senti-me aliviada. Contudo, na hora do intervalo, um deles, que se mobilizava na organização do evento, serviu um copo de plástico, repleto até à borda, de café quente para João. João, pela primeira vez num ambiente acadêmico, em postura de gratidão, aceita e segura com seus antebraços. Ao seu

⁴² A Cemig caracteriza-se como empresa mista de capital aberto, controlado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

redor, nenhum lugar para apoiar o objeto. Vi a cena do outro lado da sala dos professores, onde estávamos. Atravessei rápida e silenciosamente o ambiente, na tentativa de não causar alarde para a pequena situação, mas ao mesmo tempo de ser veloz o suficiente para lhe tirar o copo dos antebraços antes que o calor do líquido negro o queimasse. Ele agradeceu. Agradeceu outras vezes, também. Quando quis me mostrar que voltou a conseguir escrever, apoiando a caneta nos extremos dos antebraços na boca e registrou no papel: “Deus te abençoe, Laís”.⁴³

3.1.6 Os (não) interlocutores da pesquisa

Apesar de focar nas trocas e engajamentos que fiz com os trabalhadores, a pesquisa se ateve também a outros interlocutores, especialmente suas companheiras, que, mesmo não tendo concedido entrevistas em separado, foram presença no ir e vir da ausência do espaço íntimo dos encontros, tornando-se as principais *interruptoras-participantes*.

Como já mencionado, a participação dos membros do Sindieletro/MG também foi fundamental, especialmente do diretor José Henrique Vilela⁴⁴, que me anfitriou tantas vezes no Triângulo Mineiro e se tornou meu amigo pessoal. A maior parte dos encontros da pesquisa se concretizaram graças ao seu engajamento e boa parte das minhas reflexões se deram em nossas conversas. O acolhimento dos terceirizados no sindicato vai muito além de uma relação institucional e se passa pela disponibilidade pessoal, por isso é tão destacável a postura do *Zénrique* (como gosta de ser chamado), que é também um dos protagonistas do documentário *Dublê de Eletricista* (Maia & Machado, 2015).

Além dos sindicalistas, os atores da Justiça do Trabalho – peritos, advogados e juízes – interagiram com as reflexões elaboradas. Ressalto aqui, retomando a ideia de que não se antevê o que será preciso na metodologia, que muitas vezes atuei como uma espécie de *tradutora* dos advogados. Ou seja, facilitei a comunicação entre eles e os trabalhadores, visto que não se compreendiam. Tanto os procuradores precisavam esclarecer as demandas dos trabalhadores, quanto esses últimos necessitavam entender o andamento do processo judicial que chegava por meio de uma linguagem burocrática,

⁴³ Comentário da professora orientadora Vanessa Barros ao ler esse parágrafo durante a revisão da tese: “Sabe Laís, eu me emocionei muito com esse relato. Constatei que tem muito do que compartilho com vocês de nossa responsabilidade como pesquisadoras, que vai muito além do desconforto intelectual mas passa sobretudo pela solidariedade, pela sensibilidade, pela alteridade. Obrigada.”

⁴⁴ Em certa ocasião, durante diálogos para preparação de atividades voltadas para os trabalhadores terceirizados, José Henrique escreveu por e-mail: “Pessoal, é muito bom, é maravilhoso caminhar lado a lado de todos vocês. Existimos onde nos desconhecemos, aguardando pelo nosso passado, ansiando a esperança do futuro. No mundo que combatemos, morremos. No mundo por que lutamos, nascemos. Com a força da luta e com certeza dos passos. O poema no final é uma adaptação/apropriação que fiz de um trecho do poema Identidade do Mia Couto. Que minha malandragem poética seja perdoada.”

quase inacessível, de forma que fui algumas vezes convocada a intermediar o diálogo, presencialmente ou por telefone.

Apesar de se fazer em diálogos, a pesquisa foi marcada pela solidão. O caráter trágico da temática de trabalhadores que sofreram acidentes mutilantes a isola. Em uma das viagens que fiz para realizar três entrevistas, uma colega de trabalho da Secretaria de Saúde do Sindieltro/MG, à época estagiária, estudante de psicologia, que lá estava para me acompanhar no processo de escuta, não conseguiu continuar na empreitada por ter saído extremamente sensibilizada do primeiro encontro.

Marcante também foi o fato de que dois professores manifestaram sua indisponibilidade para estar na banca de defesa deste doutorado, assim que souberam do que se tratava a pesquisa, ainda que eu nem sequer os tivesse convidado. Alguns amigos, mestrandos e doutorandos com quem eu quis dividir aspectos da pesquisa também se recusaram a ouvi-los justificando *ser pesado demais*. Um amigo mestrando em sociologia me disse: “Eu não aguentaria de forma nenhuma, é muito dramático. Eu vou ficar chorando o resto da semana se você me falar disso. É importante, eu te agradeço por fazer essa pesquisa, mas eu não daria conta (...)”. Uma amiga doutoranda em Engenharia de Produção:

Ah, Laís, já ouviu tanta coisa, meus dramas não vão ser nada. Quando você escuta minhas coisas eu acho que você se abala menos, você ter dado conta de escutar os dramas, tragédias, dores de pessoas mutiladas me faz pensar que meus dramas não vão te desestabilizar. (...) Não é preconceito, mas eu acho que eu não conseguiria ficar perto de uma pessoa mutilada porque a dor parece ser tão grande!

Essas impossibilidades de suportar entrar em contato mais profundo com a trajetória desses sujeitos, via minha pesquisa, já me sinalizavam o isolamento que eles mesmos vivenciam⁴⁵.

⁴⁵ A invisibilidades dos trabalhadores terceirizados será trabalhada no capítulo quarto e a negativa da existência de sujeitos mutilados será retomada no quinto capítulo.

3.2 Os adoecimentos do *corpo-pesquisadora*

A ausência de uma pretensa neutralidade traz espaço para afirmarmos que o sujeito que colabora com a pesquisa não o faz incólume, pois a dimensão de estar *sendo pesquisado* desdobra-se em atividade psíquica, que consiste na oportunidade de olhar para si mesmo (Amado, 2006; Clot, 2010; Rabelo, 2014; Rabelo et al., 2015). Contudo, aqui quero ressaltar um outro aspecto: quem pesquisa não sai, igualmente, ileso. Os engajamentos e a solidão convocados por essa travessia, desafiadora, não possibilitaram que eu a vivenciasse sem a mobilização de afetos e inclusive de adoecimentos.

Durante minha primeira viagem ao Triângulo Mineiro, no decorrer de quatro dias, após conhecer a história de Paulo, João e Bruno, além da família de um trabalhador terceirizado falecido em decorrência de um acidente⁴⁶, ao entrar no carro do Sindieletrô/MG, na saída da última *visita-entrevista*, caí em prantos, soluçava um choro que surpreendeu a mim mesma. Como quem se permitia sofrer depois de ter o trabalho cumprido, era como se eu tivesse acumulado a dor de entrar em contato com tantas dores, e ali ela transbordava.

Quando de volta à minha casa, lembro-me que tinha um pequeno machucado no dedo de uma das mãos e sentia meu sofrimento tão pequeno. Eu chorava de novo, doía meu lugar de privilégio. Pensava nos trabalhadores sem os braços e sentia culpa por reclamar da minha dor tão insignificante. Chorei muitas vezes. Metaforicamente, Chimamanda afirma, por meio de uma personagem de um dos contos fictícios do seu livro *No seu pescoço*, que não se reclama de não ter sapatos se a pessoa com quem se fala não tem pernas (Adichie, 2017).

Na sua obra autobiográfica intitulada *A Morte é um Dia que Vale a Pena Viver*, Ana Claudia nomeia *fadiga de compaixão* seu adoecimento diante da empatia impotente na sua prática de cuidados paliativos com seus pacientes (Arantes, 2016). Na produção desta pesquisa senti-me constantemente impotente diante do cenário tão adverso e violento. A situação do evento no IFTM, em 2017, bem como as entrevistas que fiz nessa viagem deixaram-me tão estressada e triste que na volta pra casa travei o maxilar. Alguns dias de repouso recomendado pela ortodontista, repouso total da face, eu nem sequer podia falar, *fadiga de compaixão*.

⁴⁶ Devido ao recorte que delimitou esta pesquisa, a entrevista com a família do trabalhador terceirizado falecido não foi incluída no *texto-tese*, mas esteve compõe a experiência de imersão no *campo-tema*.

A cada etapa da pesquisa, mais injustiças e sofrimentos se compunham e se acumulavam em mim. Sentenças judiciais culpabilizadoras dos trabalhadores, empresas de próteses priorizando o lucro e imputando prejuízos às readaptações, antigos colegas de trabalho, antes amigos, que passaram a testemunhar a favor das empreiteiras, dilemas com sindicalistas que nem sempre concordavam que deveriam mobilizar recursos financeiros com terceirizados que não eram filiados, ainda que fossem vítimas de acidentes avassaladores. Como não ser afetada? A pesquisadora estaria supostamente acima do mundo do trabalho? Por que não seria afetada subjetivamente pelo seu trabalho? Como falar do trabalho de pesquisa sem falar de como ele a afeta? Em verdade, o “sujeito do conhecimento não pode ser separado do sujeito da ação da mesma forma que o conceito não pode ser separado do afeto” (Raveneau, 2016, pp.151-152).

Durante o primeiro semestre de 2019, quando na empreitada de escrita desta tese, paralisei-me completamente. Pela primeira vez na vida, fui diagnosticada com depressão. Alguns meses sem conseguir aproximar-me novamente da temática da pesquisa, até que foi possível o retorno, com suporte de medicamentos, tratamento psiquiátrico e psicológico. A depressão tornou-me ainda mais impotente diante do meu *campo-tema*. Dessa vez, partia de mim mesma o que me impedia de agir, escrever, pensar, numa espécie de *anorexia da competência*. Contudo, essa experiência me abriu a uma nova potência de empatia. Paradoxalmente, aquela do sentir na própria pele o que é considerar-se inútil. Todos os seis sujeitos que participaram da pesquisa passaram por fases depressivas⁴⁷. Pude compreendê-los de outra perspectiva. O mesmo amigo mestrando em sociologia disse-me, diante da minha doença: “Você está fazendo pesquisa de campo”.

A pesquisa afetou a mim e, por conseguinte, minha saúde. Há um *corpo-pesquisadora*⁴⁸ em questão (Rabelo, 2014; Rabelo et al., 2015). Pensar sobre como a pesquisa o atravessa é a possibilidade de colocá-lo também em posição de sujeito de pesquisa (Diniz & Santos, 2016). Exercício reflexivo que é frequentemente negligenciado na escrita acadêmica, o que desperdiça uma janela de oportunidade de que os pesquisadores se descubram, a si mesmos (Veríssimo & Soares, 2016). Muitos dos meus colegas e amigos da academia estavam ou estão adoecidos, especialmente com suas

⁴⁷ O sentimento de inutilidade social que afetou a saúde mental dos sujeitos que participaram da pesquisa será retomado nos próximos capítulos.

⁴⁸ Parte-se do conceito de *corpo-si* proposto pela ergologia, que será retomado no capítulo 5.

temáticas e produções. Mas tais adoecimentos não estão em seus artigos, dissertações e teses⁴⁹.

Descrever meu próprio adoecimento neste capítulo de método é aproximar-me mais uma vez do *hors textuel* proposto por René Lourau (1993). É incluir o que está “fora da cena oficial da escritura” (p.71), o que se mostra insuportável às normas institucionais do texto acadêmico e, por isso, tantas vezes suprimido na narrativa da história da produção da pesquisa. Assim, não ser conivente com esse tipo de censura

possibilita compreender melhor as condições de produção da vida intelectual e evita a construção daquilo que chamarei “lado mágico” ou “ilusório” da pesquisa (fantasias, em torno da CIENTIFICIDADE, geradas pela “asséptica” leitura dos “resultados” finais). Sem as condições de emergência dos “dados” da pesquisa, o leitor vai ter sempre muitas ilusões sobre a cotidianidade da produção científica. (Lourau, 1993, p. 77)

A escolha desta temática para o doutorado é, sem dúvida, marca da minha coragem. Mas é preciso dizer também da minha vulnerabilidade. A dimensão existencial dos laços sociais, inclusive daqueles produzidos na pesquisa (e suas intervenções), é elemento incontornável que precisa ser levado em conta a partir do que foi vivido (Hanique, 2009).

3.3 O (não) lugar da escrita do método

Depois de relatar e refletir sobre algumas nuances do desenrolar desta pesquisa, ressalto que este capítulo não pretendeu nem conseguiu exaurir sua vivência. Interessante ressaltar que me questionei algumas vezes se na tese deveria haver mesmo um capítulo de metodologia e, finalmente, escrevi muitas páginas. Aliás, este é, consideravelmente, o maior capítulo da tese, talvez porque, assim como afirma Tavares (2006) em suas *Breves Notas Sobre a Ciência*: “uma pesquisa não chega a um resultado, mas sim a uma metodologia” (p.62).

Mas ainda me questiono se seu lugar é mesmo o segundo no texto. Por que depois da definição macro da questão de pesquisa, se lá também tivemos método? Por que antes dos demais capítulos se a própria escrita, deste e dos demais, é também atividade de metodologia? (Hissa, 2013).

⁴⁹ No termo de compromisso firmado com a Capes pela outorga de bolsa pelo Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), direcionado a mim em abril de 2017, consta o seguinte parágrafo: “A Capes também não se responsabiliza pelas despesas decorrentes de lesão autoinfligida, tal como suicídio ou tentativa de suicídio e quaisquer consequências do mesmo, usualmente não cobertas pelo seguro de saúde contratado, independente da razão desencadeadora do fato, ainda que decorrente de distúrbios mentais manifestados durante o período da bolsa. Nessa hipótese, a família do bolsista será responsável pela repatriação funerária, quando for o caso, e pelos demais procedimentos necessários no exterior ou no Brasil.”

Vygotski (1995) nos ensina que os procedimentos metodológicos daquelas que se propõem a ser investigações dentro do referencial de uma psicologia concreta, são como um endoesqueleto, estrutura que sustenta e não se apresenta separada tal qual o exoesqueleto de um caracol que exhibe sua concha. Nesse sentido, o método é interno à pesquisa e a atravessa como um todo. O excesso de notas de rodapés se referindo aos demais capítulos da tese é sintoma da tentativa frustrada de tornar linear um processo que é circular – “enquanto a discussão sobre pesquisa qualitativa já chegou à maturidade e alcançou o reconhecimento de sua contribuição e de sua processualidade, permanece a tendência de organizar a redação do trabalho dentro dos moldes comuns” (Spink, 2003, p. 20).

Sem a certeza sobre o seu lugar na tese, por um lado, creio que sei a que veio este capítulo, por outro. Muito além do que cumprir com a obrigação de *cientificidade* que se dedica a explicar em quais condições produzi a pesquisa que apresento, somente ao evidenciar alguns detalhes daquilo que vivi é que eu poderia, minimamente, aproximar o leitor dessa realidade. A colega a quem me referi anteriormente, por ter tido dificuldade de suportar o acompanhamento das entrevistas em uma das viagens ao Triângulo Mineiro, já havia escutado e transcrito áudios de entrevistas com os trabalhadores que sofreram mutilação, inclusive conhecido alguns deles, pois ela também trabalhava comigo como estagiária na elaboração dos laudos periciais. Essa situação traz à tona a discrepância entre estar pessoalmente em contato com a trajetória desses sujeitos, vivenciando as emoções de suas narrativas, sendo convocada a encarar sua dor *tête-à-tête*⁵⁰, e escutá-las a partir de um aparelho mecânico, o gravador, completamente distanciado, com possibilidade de escolha de pausas e troca de tema. Isso nos leva a encarar o fato de que as palavras impressas em texto escrito se encontram em lugar muito remoto. O mínimo que posso fazer para convidar o leitor a adentrar nessa realidade a partir de uma tese doutoral é partilhar com palavras, carregadas de afetividade, minha experiência.

Após começar este texto apresentando de forma impessoal o panorama macro sobre a realidade do trabalho terceirizado, mais especificamente do setor elétrico, especialmente por meio da frieza dos dados estatísticos, a segunda parte do *texto-tese* apresenta-se como contraponto da pessoalidade da descrição metodológica, como quem aquece o corpo antes de mergulhar em águas turbulentas. Os números e as letras não têm rosto, família e troféus de futebol inertes. Nesse sentido, proponho o encontro entre

⁵⁰ Cara a cara.

pesquisadora e sujeitos, como produtor de matérias a pensar, para assim continuar o texto em busca de reflexões teóricas.

A escrita, especialmente do método, é tentativa de socialização acadêmica da vivência, mas consciente de que “há, ainda, elementos que não ganham formalização em uma linguagem” (Diniz & Santos, 2016, p. 242). Por meio dela, pretende-se a objetivação entre o saber investido, construído durante a experiência, e os saberes constituídos, formalizados na academia, especialmente pelas teorias (Schwartz & Durrive, 2003, 2009; Veríssimo & Soares, 2016), o que acaba por impor uma interrupção no fluxo contínuo que é o pesquisar.

Ainda que vivente durante o processo de sua confecção, no ir e vir de escolha de cada palavra, o prazo, a entrega do trabalho final em texto impresso, estável, anuncia também sua morte. “É preciso morrer para germinar”, como canta Gilberto Gil em “Drão”, música de sua autoria. Da subjetividade à objetividade, dos processos circulares ao texto linear, há também a elaboração desse luto que é o fim do pesquisar por meio da sua concretização em linguagem escrita. A essa tarefa também se destina o (não) lugar da escrita do método.

4. A ESTÓRIA DE DOUGLAS

*Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia “tá” aqui
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz?
 Alvos passeando por aí
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência
 É roubar o pouco de bom que vivi
 Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes
 É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir*

Emicida

Como narrar os resultados desta pesquisa? Como descrever o que é ser terceirizado do setor elétrico no estado de Minas Gerais? Como falar da experiência desse trabalhador que é vulgarmente nomeado “peão” de empreiteira, dentro da categoria eletricitária? O termo peão é comumente utilizado para designar a classe mais baixa de trabalhadores. Aqueles mais numerosos e também menos valiosos. No jogo de xadrez, com movimentos limitados, são os que se encontram expostos para proteger as peças mais importantes, tal como o casal real. Peões são também nomeados os soldados de infantaria, que na primeira linha do embate, de forma abundante, estão desprotegidos de armas mais sofisticadas e lutam a pé, em quaisquer condições, sejam de terreno, meteorológicas ou de inimigo mais combativo, representando a força primária de um exército que buscará maiores conquistas em função de seu sacrifício. Como no jogo e na guerra, no sistema do capitalismo nefasto, o peão é aquele que expõe sua própria vida em benefício de outrem.

Numerosos e descartáveis, os peões têm sua singularidade à margem da observância, negada socialmente. Representam uma história anônima que tem, na verdade, muitos nomes. Como uma tese de doutorado destinada à titulação acadêmica, tão distante da *classe que vive do trabalho*⁵¹ (Antunes, 2009), especialmente aquele marcado pelo precário, poderia restituir, minimamente, sua visibilidade?

Lanço mão da construção de um conto literário que se dispõe a substituir um possível capítulo de “resultados” na tese doutoral⁵². *Baseado em fatos reais vivenciados e compreendidos durante a pesquisa de campo*. Não se trata de fruto da imaginação da

⁵¹ Antunes (2009) refere-se à classe que, não sendo detentora dos meios de produção, depende da venda da sua força de trabalho, submetida à exploração da mais-valia.

⁵² “Que nossa escrita seja mais Guimarães Rosa do que Descartes; mais Manoel de Barros do que Augusto Comte” (Alvarenga Filho, 2015).

pesquisadora, mas de escolha de formato. Uso da linguagem. Restituição de protagonismo através das letras⁵³. Narrativa sobre *pessoa*, e não sobre *peão*, ou – mais “científico” seria – *objeto de pesquisa*. Eu, mulher autora, decido fazer uma ciência outra⁵⁴. Aquela de potência interpretativa. A forma na ciência é retórica artefactual-social de fabricar o mundo, disse-nos Donna Haraway (1995). Não há resultados “categorizáveis” nesta tese. Não há tentativa ilegítima da objetividade. Todas as explicações científicas são mediadas. A racionalidade é uma ilusão de ótica, logo é hora de mudar a metáfora (Haraway, 1995).

Não se trata mais de voo panorâmico num drone. Convido a leitora e o leitor a um mergulho e, para tanto, é preciso levar consigo um balão de oxigênio, a fim de adentrar uma realidade que é negligenciada, distanciada, estranhada. A estória almeja produzir uma aproximação que a escrita técnica talvez não alcançaria, pois busca tocar a (im)possibilidade da experiência. Ainda além, busca *provocar uma experiência*, aquela de olhar de dentro, de compreender uma situação de vida sem negligenciar seus cheiros, cores e afetos. A literatura gera empatia através de uma linguagem ordinária que busca reverberar memória afetiva⁵⁵⁵⁶. A vida se traduz em dramáticas (Politzer, 1975; Schwartz & Durrive, 2003, 2009) e os dramas, os acontecimentos cotidianos jamais estão fora de um contexto, de um romance que é seu pano de fundo. O fictício, porém verossímil, pois

⁵³ Troca de e-mail com professor Jose Alfredo Oliveira Debortoli, participante da banca de qualificação e defesa: “Olá Professor José Alfredo, tudo bem? Eu sou orientanda de doutorado da professora Vanessa Barros da Psicologia e estudo os trabalhadores terceirizados do setor elétrico que sofreram acidentes mutilantes. Há exatos três anos, em outubro de 2016, você esteve na minha banca de qualificação. Àquela ocasião, você me disse algo que demorei muito para entender. Na verdade, só pude encontrar saída agora. “O potencial ético da sua pesquisa é a restituição da vida, recolocar os sujeitos no lugar de narrativa, tocar a (im)possibilidade da experiência”. Eu decidi escrever um conto literário. A partir da trajetória de seis sujeitos, meu protagonista ganhou vida e a tese ganhou uma narrativa potente. Escrevi para agradecer. Abraço, Laís.”

“Laís, eu quem te agradeço por tamanha generosidade. Obrigado por me manter parte dessa história que você (Di)bel(l)amente vem escrevendo, a despeito das durezas da vida, que resiste à morte (em todos os seus sentidos) e continua se expressando em mais vida. Gostaria muito de ler seu conto. Brinquei com seu nome apenas para saudar sua autoria, repleta de força e beleza. Um grande e afetuoso abraço. José Alfredo.”

⁵⁴ Tentativa de inaugurar um novo jeito de fazer tese, como definiu Yves Schwartz em conversa particular quando lhe relatei que escrevia um conto.

⁵⁵ Comentário da orientadora Vanessa Barros ao ler a primeira versão do conto durante a revisão da tese: “Bom, agora nem sei o que dizer: seu texto me tomou de tal forma que fiquei sem palavras e só chorando. Você nos coloca no centro dessa história, a gente vê a cena e quer saber mais, quer conhecer outras histórias. E a indignação fica sem escoamento, o que é importante porque a angústia deles e de seus familiares fica sem escoamento também depois do acidente. (...) Obrigada por este conto, lido numa manhã ensolarada de João Pessoa, que valeu mil vezes não ter ido à praia”.

⁵⁶ Ao ler o livro organizado por Jessé Souza (2011) *A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive*, pergunto-me como seria possível esquecer de Flávia (Mattos, 2011) ou de Lídia (Rocha, 2011), por exemplo?

inspirado concretamente *na experiência vivida da pesquisa*⁵⁷, vem trazer o lugar do (di)vulgar ao texto acadêmico. A ficção é tomada como uma maneira privilegiada de compreensão da realidade (Soulages, 2009). A partir do emaranhado das seis trajetórias que contemplaram o processo de pesquisar, faço narrativa particular. Todos os aspectos do conto fazem parte da história de algum desses trabalhadores, mas o protagonista nunca existiu, de fato, enquanto indivíduo singular (Souza, 2018) .

Dessa forma, a narrativa apresentada é como um *amálgama*⁵⁸ da realidade dos trabalhadores terceirizados do setor elétrico em Minas Gerais. Falo do todo através de um, pois “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular” (Haraway, 1995). Re-invento, crio estória. Escrevo o conto para nos aproximar dos engajamentos da atividade humana (Schwartz, 2003). Nesse *caso-conto*, antecipo que não será fácil. A dramática em questão é trágica. O balão de oxigênio é necessário porque adentrar nas próximas linhas exigirá fôlego.

4.1 O conto literário

O ano é 2013.

Depois de seis meses sem emprego no norte do estado de Minas Gerais, Douglas decidiu tentar a vida no Triângulo Mineiro. Toda a gente dizia que nas plantações de café não faltavam empregos. Convenceu a família. Foram todos, apesar dos protestos da filha caçula Mariana. No caminho, o marido da prima Edivânia telefonou: : “Cês tão vindo mesmo? Douglas, essas lavouras só exploram nós. Arrumei um conhecido que tem uns contatos pra trabalhar de eletricista.” “Eletricista? Mas não precisa de curso, isso não?” “Faz tudo na firma mesmo.”

A imagética da profissão começou a se instalar ali. Eletricista. Usaria uniforme, daqueles com tiras fluorescentes nas canelas. Douglas sorriu satisfeito. São Romão Engenharia era o nome da empresa. Na verdade, diziam empreiteira. Mas logo estaria na Eletrikamig, era questão de tempo, ele pensou. Empresa de verdade, “a melhor energia do Brasil” afirmava enfática a propaganda no rádio.

Primeiro dia: explicações rápidas, assinatura de papéis, carteira de trabalho com contrato temporário. Recebeu dois conjuntos que compunham o uniforme de calça e camisa, na cor cinza, com as costas estampadas com os dizeres em azul: São Romão

⁵⁷ Ao dizer da produção do meu conto literário para a professora Maria Elizabeth Antunes Lima, ganhei de sua parte uma metáfora: a base sólida é o trabalho empírico, a construção do prédio pode ser dentro dos parâmetros de uma engenharia clássica ou da criatividade de um projeto arquitetônico.

⁵⁸ Ver página 21 do livro *A Classe Média no Espelho* (Souza, 2018).

Engenharia a Serviço da Eletrikamig. Ganhou ainda um par de botinas um pouco menor do que seus pés, um capacete e uma espora de bico. “Para subir em poste de madeira”, disse o encarregado, que acrescentou: “Rapaz, esse material vai ser descontado do seu salário. Cuida dele procê não ter que pagar de novo. Vai fazer exame agora e amanhã tem treinamento.” O exame médico não durou dez minutos, o treinamento algumas horas. Douglas quase nada entendeu sobre o trabalho, mas a frase do encarregado, que agora sabia que o apelido era Morcego, reverberava:

Ninguém acidenta aqui na São Romão. Eu trabalho como eletricista há nove anos e nunca me aconteceu nada. Ocêis fica esperto para não dar problema. Nosso lema é cumprir as US no tempo da Eletrikamig. Não tem chance pra corpo mole! Não pode dar manota! A gente faz de tudo um pouco, a gente faz o que precisar fazer. Se precisar ficar além do horário, nós fica. A empresa paga por fora, depois.

US era o par de letras que passaria a escutar com frequência. Unidades de Serviço, significavam as demandas da Eletrikamig, que eram previstas para serem realizadas em período de tempo específico, determinado para o desligamento de manutenção na rede elétrica. Indicavam também o lucro possível da empreiteira no processo produtivo, pois recebia por cada US concluída, respondendo a metas quantitativas previstas no contrato de prestação de serviço estabelecido com a concessionária. Logo, para os trabalhadores terceirizados, era sinônimo de pressão temporal por produtividade. “US é sigla do nosso chicote”, afirmou, num tom sarcástico, Morcego. Mas Douglas ainda estava extasiado. Chegou em casa feliz, contando que no dia seguinte já viajaria a trabalho. Imaginava máquinas sofisticadas sendo operadas.

Chegaram tarde da noite no alojamento. O cheiro era péssimo. O lugar escuro, sujo, com vários colchões pelo chão. Douglas sentiu os pelos da nuca arrepiarem quando viu duas ratazanas atravessando o cômodo, que não podia definir se era cozinha ou quarto. Sentia sede. Mas antes que pudesse procurar um copo d’água, a voz de Morcego ecoou: “Pegamos ocêis às 5h30”. Água? Não havia. Aguardente? Essa sim. Borges, um colega mais experiente, disse que ele devia ir se acostumando. Sem cachaça, bié não dormia, era preciso amolecer o corpo rígido de cansaço. “Bié?” “Bié. Eletricista terceirizado a gente chama de ‘bié’, ou então peão de empreiteira mesmo”, explicou o colega.

Na alvorada bebiam café enquanto se deslocavam espremidos na cabine suplementar minúscula localizada na carroceria quente do caminhão. Mas o que fez Douglas despertar, de fato, foi perceber que eles carregariam os postes nos ombros. Morcego gritava ordenando um agir rápido. De repente, o peso de 900 quilos de concreto em formato cilíndrico estava distribuído entre quatro corpos lânguidos que se esforçavam

penosos a se manterem eretos. Douglas sentia a dor que começava no ombro e chegava aos pés. Teve dúvidas: “Será que aguento?” Ainda era preciso cavar. A terra seca, o chão duro. Os esforços de perfurar eram ingratos. Colocar o poste em pé foi outro tormento. Trabalhavam como formigas, aquelas que carregam mais de dez vezes o próprio peso corporal, sem descanso.

O sol das 14h fazia a cabeça suar dentro do capacete e as mãos tremerem de fome. Comeram dentro do caminhão, dali uma hora, uma marmita fria enquanto se deslocavam para o serviço subsequente. O próximo ponto de parada incluía carregar rolos de fiação pesados adentro da mata fechada. Às 22h30 estavam, enfim, de volta ao alojamento. Ao retirar a calça do uniforme, deparou-se com um inseto, que parecia uma barata, grudado em sua coxa direita. “Credo, será que esse bicho tava grudado aqui o dia todo?” Douglas percebeu que não sentia mais as pernas. Pensou em voltar para casa, desistir da labuta. Não era nada daquilo que ele havia imaginado. Mas lembrou-se de que estava já em dívida com a empreiteira, sem falar que não tinha dinheiro para pagar a viagem da família toda para o norte do estado. No dia seguinte, outra equipe. Mais gritos, mais suor, mais cansaço. Pressa. Pressa. Pressa. Tudo tinha que ser feito rápido. As US brotavam como água da mina. Já havia passado 15 dias. Lembrou-se da família, lembrou-se da sua própria existência. Lembrou-se que já não pensava em si mesmo ou em qualquer outra coisa que não o desgaste físico do trabalho.

Na viagem seguinte ascendeu de ajudante para instalador. A reponsabilidade aumentou. Aprendeu que os procedimentos de segurança tinham que ser feitos quando o “eletrikamigueiro” aparecesse. Morcego falava reiteradas vezes que se o técnico de segurança da Eletrikamig os multasse, do salário deles é que seria descontada a dívida. Exemplos não faltavam. Borges mesmo estava pagando há quatro meses e ainda faltavam mais duas parcelas relativa à última vez em que ele foi pego pelo fiscal transitando de um poste a outro, pendurando-se nas fiações neutras, incentivado pelo próprio encarregado.

Num outro dia, no meio da tarde, o fiscal chegou. Douglas, num ímpeto, colocou as mãos na cabeça e deitou-se no chão. Confundia-o com um policial. Todos riram. Ele se levantou e entendeu que deveria colocar no rosto os óculos de proteção, que, de repente, alguém colocou em sua mão esquerda. Nunca antes havia usado aqueles óculos. Seguiu com o ato teatral da equipe que realizava o procedimento de aterramento. Aquele que deveria fazer com que uma possível descarga elétrica se destinasse ao solo e não ao corpo de quem manipula a rede. Douglas nem sabia como operar. Não aprendera aquilo. Os procedimentos de segurança não faziam parte do seu cotidiano. Não faziam parte do

cenário do trabalho da empreiteira. Fizeram naquele dia, descobrira depois por quê, em verdade, os fiscais da Eletrikamig, por vezes, combinavam antecipadamente a vistoria com as empreiteiras. “Esses cara que devia ajudar nós, ajuda é a matar a gente”, explicou Borges. “Tem que ver quando fazem vistoria em caminhão, o pessoal vai lá e troca tudinho, os equipamentos todos pra ficar bonito pra Eletrikamig ver.”

Mas não havia fiscalização no dia do acidente do marido de Edivânia. Foi um dia comum e não uma exceção. A Eletrikamig não estava presente, logo não houve aterramento, ou uso de detector de tensão, ou qualquer outra coisa que pudesse evitar que uma descarga elétrica atravessasse uma pessoa. Douglas assistiu impotente à cena que tornou a prima viúva. O estalo na rede elétrica foi tão alto que o grito da vítima foi abafado. Seu corpo ficou pendurado no poste, amparado por uma fita que originalmente chamava-se linha de vida, mas ali era suporte da morte. Não conseguia esquecer o capacete do colega balançando pendurado no pescoço pela fita jugular, que já estava bamba com o fecho quebrado há muito tempo. Inútil por estar estragada, como todos os equipamentos de proteção individuais e coletivos que havia na sua rotina de trabalho. “Nesse serviço todo mundo sabe, ou você morre ou fica aleijado”, eles diziam.

Medo. Sentia medo todos os dias. Douglas foi compreendendo aos poucos que os terceirizados eram como dublês. Eles é que corriam os riscos da cena de perigo, mas era como se não existissem. Dublê de eletricitista. Seu lugar era à sombra. Aquela propaganda da rádio não mencionava terceiros. Ninguém os mencionava. Não existia “bié” de empreiteira para o mundo. Anônimos, invisíveis, mas resistentes. “Se jogar uma bomba atômica, acredito que a gente sobrevive, igual praga, isso que a gente passa durante o dia... não pode ser pior” elucubrou. Às vezes, nem tão resistentes assim. Depois de trabalhar horas debaixo da chuva, sempre tinha alguém que adoecia. Mas nem adiantava pensar em faltar. A empreiteira descontava o dia, não aceitava os atestados médicos.

Douglas também se deu conta de que o trabalho deles não avançava. A eles cabia sempre o serviço grosseiro, o pesado. Abriam caminho, mas eram os “eletrikamigueiros” que davam continuidade e ficavam com as tarefas mais sofisticadas relativas à eletricidade. Certa vez, presenciou a equipe da Eletrikamig chegar. Ele observou que os uniformes deles eram limpos e novos. Reparou que eles se comunicavam com aqueles radinhos tecnológicos. “*Walktalk* que fala, né?” As luvas não estavam furadas. Os equipamentos não estavam emendados com fita isolante. “Vamos embora, gente!”, gritou Morcego. “Começar outra labuta pra esse pessoal pegar no leve depois”. Disse Borges, ao pé do ouvido de Douglas. “E salário deles é muito maior que o nosso, sabia? Ainda

por cima eles têm plano de saúde, até pra família... ticket alimentação, que dá até pra fazer supermercado.”

Poucos dias depois, fim do contrato. Não houve acerto financeiro. A São Romão declarou falência. Douglas ficou quase dois meses desempregado, sem dinheiro. As contas e a fome da família se faziam presentes. Às vezes conseguia serviços de auxiliar de pedreiro. Exausto do cansaço no corpo, mas sobretudo da preocupação se conseguiria algum trabalho na semana seguinte. Até que foi recontratado como eletricista. Novato, de novo. Burocraticamente era como se estivesse começando outra vez. As interrupções do vínculo empregatício faziam com que progressão de carreira e férias não existissem. Ouviu dizer que o próprio Morcego não saía de férias há cinco anos. “Cinco anos, deve ser por isso que tá sempre estressado”, pensou. O nome da firma era outro santo-não-importa-qual-engenharia. Os empregadores eram os mesmos, na verdade estava tudo igual. “Muda o batedor, mas o chicote continua o mesmo”, pensou.

Morcego continuava aos gritos: “Essa US é pra hoje, bié! Sobe, sobe, sobe... não inventa isso de ficar com frescura com segurança agora não!” Cada dia mais velozes. As equipes cada vez mais reduzidas. Davam nó em pingo d’água. Subiam nos postes só com o uniforme que revelava que aquela era ainda a São Romão, pois a estampa azul nas costas, ainda que desbotada, era legível. Os olhos de Douglas ardiam. A rotina de cachaça rebatida com café fazia sua cabeça girar. Ele gostava cada vez mais do trabalho e odiava cada vez mais aquele emprego. Já estava há dezesseis dias sem folga. Sentia-se cansado daquela rotina, mas ao mesmo tempo percebia em si a satisfação pelo que conseguia fazer como eletricista, a cada novo desafio de tempo e conteúdo superava-se. “Douglas, tá pensando em quê, meu filho? Sobe, sobe, que já tá desligada essa rede aí! Tem que encerrar essa US em meia hora!” “O dia que você matar outro nessa firma será que você sossega, Morcego?”

A rede, a princípio, estaria desligada. “Tá desligado, pode subir!”, gritou, de longe, um colega, como de costume. Morcego deveria ter conferido o procedimento com Fábio, encarregado da equipe de colegas da mesma empresa que trabalhavam paralelamente na mesma manutenção. Mas eles haviam tido um conflito. Naquele dia, Fábio pegara as marmitas quentes para sua turma e Morcego ficara furioso por ter restado com a leva de comida que tinha sido entregue às 9h e já estava mais que fria às 13h, quando pararam alguns minutos para almoçar. Discutiram, ofenderam-se e estavam agora se comunicando ainda de forma mais resumida do que faziam habitualmente. Não tinham

tempo para frases longas. Além do mais, Fábio guiava-se por um croqui desatualizado, ou seja, a planta que indicava o projeto arquitetônico da rede elétrica fornecido pela Eletrikamig não correspondia à realidade. A chave seccionadora acionada para interromper a corrente elétrica, em verdade, não se referia ao circuito que Douglas estava prestes a manipular. Subiu ao poste. Acessou a rede. Uma descarga elétrica de 7960 volts. Apagou. Quando acordou, percebeu que estava dentro do porta-malas de um Fiat Uno. Uma mulher desconhecida ao volante corria levantando poeira pela estrada. Corriam. Douglas sentia um cheiro de queimado e um ardor forte e indefinido. Entre urros, balbuciou:

-Alguém tira as minhas luvas, tão me queimando!

Mas elas tinham ficado grudadas no fio. A visão era turva, mas quando olhou para baixo percebeu que a botina do pé direito estava estourada, igual torresmo. O sangue se espalhava e ele tentava distinguir se o que enxergava eram os próprios ossos. A motorista também gritava aos prantos:

-É pele? Isso grudado em mim é pele dele?

O carro parou. Ela acelerava, mas os pneus giravam no próprio eixo. A mulher, que morava na casa mais próxima de onde ocorrera o acidente, já não conseguia tirar o automóvel do lugar. Borges havia corrido até lá para pedir ajuda. Eles não tinham sinal de telefone e o caminhão da empreiteira tinha se deslocado para levar equipamentos para uma terceira equipe. Desesperados, pararam uma caminhonete conduzida por um fazendeiro que transportava capim para gado. Os três colocaram Douglas na carroceria, e o verde foi tingido de vermelho. Cada buraco do caminho de chão de terra fazia a dor reverberar no cérebro. Até que chegaram ao posto de saúde da cidade mais próxima.

Acordou no Hospital João XXIII, na capital mineira, e soube que haviam se passado vinte dias. Vinte dias que ele estava desacordado. Era como se tivessem pausado sua vida. Confuso, viu a esposa Paula, que sentia a barriga doer de tanto chorar. O médico explicou que talvez teriam que amputar o antebraço esquerdo também. A queimadura causara necrose dos dois membros do lado direito do corpo. Tentavam salvar a mão esquerda, mas o corpo não reagia como esperado. Douglas virou de lado na cama que estava encostada na janela e cogitou o suicídio: “Ficar sem as duas mãos e sem uma perna? O que vai ser de mim? Um peso para toda minha família. Vai ficar tudo tão difícil!” Era a primeira vez que a ideia suicida o assombrava e sinalizava o que o rondaria a partir de então.

Contudo, anacronicamente, os donos da empreiteira afirmavam que a causa do acidente era a própria intenção de se matar. A morte, sim, essa esteve sempre à espreita. Mas antes ela vinha na forma de medo e agora ela se impunha como se fosse vontade. A notícia da amputação do terceiro membro veio no mesmo dia em que Paula teve que expulsar um desconhecido que viera ao hospital em nome da empreiteira e, no horário de visita, começara a tirar fotos do marido sem pedir qualquer autorização.

-Queriam o quê? Provar que eu tô vivo? Mas não vão prestar ajuda nenhuma? Eu só servia enquanto tava dando lucro, agora sou como um saco de lixo. Desabafou Douglas com sua companheira.

Raiva. Eles sentiam muita raiva. E também uma tristeza desoladora. A filha caçula chorou assustada ao ver o pai acamado com todas aquelas deformidades no corpo. Ela não quis ficar de jeito nenhum, nem cinco minutos de visita. No colo da mãe, Mariana virava o rostinho insistentemente em direção à porta e soltava gritos agudos afirmando seu anseio de ir embora. “Meu Deus, eu virei uma aberração que nem minha filha quer olhar pra mim. Melhor nem trazer ela mais aqui, que isso é sofrimento demais”. Decidiram que ela passaria um tempo na casa dos avós, na cidade natal de Douglas.

Cinco cirurgias. Foram três meses de internação. A descarga elétrica que atravessara seu corpo deixara mais consequências do que lhe roubar três membros. Estava surdo de um ouvido, sessenta por cento do corpo tinha cicatrizes de queimadura. Não podia tomar sol. Risco de câncer de pele. Não podia se esforçar muito. Risco de parada cardíaca. Recomendação de fisioterapia para mover a perna que lhe restava e para tentar retardar a escoliose. Essa última era quase certa, o equilíbrio do corpo tinha sido completamente alterado e a coluna tentaria uma compensação.

- Acho que se tivesse chegado um defunto, acredito que não tinha enchido a casa tanto igual foi, um monte de gente curiosa demais, umas pelas janelas, outras pela porta da cozinha. Contou Douglas à fisioterapeuta, que surpreendentemente estava sendo paga pela empreiteira. A vizinhança, os parentes, os amigos e os amigos dos amigos eram presenças frequentes em casa desde o retorno do hospital. “As pessoas iam lá por dó, eu me sentia desprezado.” Mas isso durou poucos meses. Tanto a fisioterapia quanto as visitas bisbilhoteiras e piedosas. Assim que Douglas entrou com o processo judicial em busca de indenização, o tratamento foi suspenso. E logo que as pessoas memorizaram os detalhes das suas deformidades, a casa esvaziou-se. Já o panorama de impossibilidades

cotidianas, esse não tinha data para ir embora. Sem os dois antebraços e uma das pernas, não conseguia fazer nada sozinho. Apoiava a axila no ombro de algum parente e saltava de uma perna só. Nem sequer conseguia abrir uma porta, ligar a televisão, girar uma torneira, nem mesmo tomar um copo d'água se não fosse deixado em lugar estratégico pela esposa. A esposa sentia uma gratidão misturada com irritação. Fazia tudo por ele, mas a nova condição corpórea limitava também o bom humor dele, logo sua forma de demandar e agradecer com carinho. Mas como se contentar se nada saía do seu jeito? Daquele jeito que fazia sempre. “Parece que nem colocar pasta de dente na escova direito essa mulher sabe!”, deixou escapar nervoso. Logo na primeira semana, ela disse exausta:

-Vão ter que te internar de novo, meu filho, porque eu não aguento isso não, uai!⁵⁹

“Meu filho”. Aquele vocativo reverberou em sua cabeça. Parecia filho mesmo agora. Filho criança, ainda por cima. Criança que não dá conta da própria rotina, do próprio corpo. “Ela tinha a vida dela, agora ela vive a minha vida, que não tem graça nenhuma. Um cara que trabalhava pela família, agora só dá trabalho pra família”. A dependência estava ali em todos os detalhes. Naquele fim de manhã sentiu vontade de colocar mais um pouquinho de feijão no arroz que sobrava no prato. Mas teria que pedir alguém para fazê-lo. Já bastava ter a comida servida em sua boca. Deixou pra lá. Foi deixando pra lá suas pequenas vontades. Elas não tinham lugar. Elas não faziam sentido. Já era demais ter que pedir para a esposa limpar seu ânus quando defecava. Não por um dia, mas por todos os dias. Para o resto da vida. Ter o espaço íntimo constantemente invadido. Uma criança fadada a não crescer. Não limpar a própria bunda? Ninguém merece! “O que eu sou agora? Um eletricista que não pode nem mais trocar uma lâmpada!”

Como o neutro da rede, ele se via sem energia. Inútil e inativo. Não queria mais cogitar sair de casa. Era difícil demais. Não só o esforço do corpo era penoso e desgastante, mas ter que lidar com aquelas senhoras que não hesitavam em perguntar:

-Foi acidente de moto?

⁵⁹ A divisão sexual do trabalho relativa aos cuidados das pessoas deficientes foge ao escopo desta tese doutoral. Entretanto, faz-se necessário pontuar que, majoritariamente, são mulheres as destinatárias dessa função. Algumas teóricas feministas, a partir dos anos 1990, apresentaram críticas aos modelos de compreensão da deficiência até então elaborados, incluindo a perspectiva de gênero (Diniz, 2007; Diniz et al., 2009). Uma pauta importante trazida por elas foi de que a autonomia dos corpos não deveria ser considerada o objetivo principal da luta social pelos direitos dos deficientes, visto que para muitas pessoas a condição de dependência não é algo temporário, o que afeta diretamente o cotidiano das mulheres que as cercam (Diniz, 2007; Diniz et al., 2009), já que passam a ter que praticar um novo *métier*: ser uma *assistente de vida* (Bricka, 2017).

-Não, foi choque elétrico.

-Choque elétrico? Meu Deus, como assim?

-Desculpa dona, mas eu tô com pressa. Ou com aqueles que, tomados por uma súbita solidariedade, esticavam o braço oferecendo moedas: “Não sou mendigo não, moço. Pode dar sua esmola pra quem tá precisando, talvez uma criança passando fome.

O olhar perplexo das pessoas o acompanhava. Periodicamente ia ao hospital para acompanhamento da sua condição de saúde. Todas as vezes que entrava na sala de espera do ambulatório de cardiologia era a mesma coisa: “Lá tem uma tela de 60 polegadas, todo mundo tira o olho dela e olha pra mim... Aquilo é terrível!”, contou Douglas a um novo amigo da igreja, um dos poucos lugares para onde ainda ia. E continuou:

-Hoje eu não dou conta de sair de casa muito. Venho da minha casa até aqui na igreja porque o pessoal da minha rua, do meu bairro, já me conhece e não fica, assim, me olhando curioso. Mas mesmo aqui na igreja eu só encontro dificuldade. Eu queria ser pastor, sabe? Mas eu não tenho nem as mãos para poder batizar as pessoas e manipular a Bíblia. Não posso, não posso fazer tantas coisas que eu gostaria de fazer, mas também que eu gostava de fazer, sabe? Também acho que o pessoal daqui acha que vou ficar rico. Todo o dia alguém me pergunta da minha indenização e me lembra que eu tenho que dar dez por cento pra igreja. Dízimo, eu acho certo, mas eu não sei se é justo isso, eles vão ficar com a indenização também?

O que mais sentia falta desde o acidente? Trabalhar como eletricista, sem dúvidas. Mas também sentia falta de comer *kiwi*, sua fruta preferida. A queimadura abriu um buraco na sua bochecha direita. Um buraquinho que não fechava e que tinha um nome esquisito: fístula jugal. A saliva espirrava por ali. Pendurava uma toalhinha sobre a pele enrugada e avermelhada do ombro e fazia um esforço de tampar o orifício com o antebraço, na tentativa de evitar que as gotículas alcançassem o rosto das pessoas que estavam em sua companhia. Não podia comer cítricos porque aumentava a produção aquosa na boca. Constrangido, absteve-se do *kiwi*. E também de jogar futebol, pescar, andar de bicicleta, dançar... Saudades. Nunca mais colher uma manga do pé e descascar com as mãos sentindo aquela textura macia e fibrosa acompanhada do frescor do líquido amarelo escorrendo entre os dedos.

Decidiram que chegara a hora do retorno da filha caçula para casa. Mariana já estava há três meses com os avós no norte do estado. Douglas sentiu medo da rejeição,

mais uma vez. Aquela cena do choro da menina no hospital, solicitando distância, voltava recorrentemente à sua memória. Não era somente ela a única criança que reagira de maneira drástica a sua nova condição corpórea. Douglas se tornara motivo de medo para algumas crianças da vizinhança. Pensou que um cachorro poderia reaproximá-los. Daqueles bem pequeninhos, que a filha sempre pedira. Estavam apertados de grana, claro. Apesar de Douglas ter conseguido se aposentar por invalidez, o orçamento familiar estava abalado desde o acidente. O benefício concedido pela Previdência Social era inferior ao seu salário acrescido do dinheiro, “por fora”, sem registro em carteira, que recebia por algumas das inúmeras horas extras que realizava recorrentemente na empreiteira. Os remédios, os deslocamentos, os tratamentos e as adaptações na moradia diante da deficiência também trouxeram inúmeros e altos custos. Além do mais, Paula quase não conseguia trabalhar realizando faxinas de forma autônoma como fizera até então. Ela precisava estar em casa para auxiliá-lo nas tarefas da vida cotidiana, de todas as ordens. “Ela que é a mão, o pé, a cabeça e o coração da casa, ela é tudo, não só na casa, mas na minha vida também”, concluiu.

Ainda assim decidiram por comprar um *pinscher*. Isso significou não só o dinheiro empreendido na aquisição do cachorro, mas também custos com vacina, ração, coleira, eteceteras. Não podiam gastar assim. Mal o dinheiro estava dando para o supermercado. Mas o desespero de Douglas pela reconquista da proximidade de Mariana era maior que o limite financeiro. Funcionou. Ela ficou tão encantada que, sem perceber, brincava com o cãozinho junto ao pai sem mais se impressionar com a ausência dos seus braços e da sua perna.

Ainda que estivesse mais tranquilo com a retomada da sua relação parental, não conseguia dormir. A insônia, como um pequeno monstro noturno, ia se espalhando pela cama, alimentando-se de um pensamento repetitivo e invasivo: “Se ao menos me tivesse sobrado uma mão, eu podia ter colocado só uma na rede, eu podia ter faltado naquele dia.” Depois de algumas horas buscando encontrar posição confortável na cama, acabava pegando no sono, mas acordava constantemente com vontade de fazer xixi. Sentia uma sede insaciável desde o choque. Parecia que seu corpo tinha secado. Bebia água o dia inteiro. Sonolento, levantou-se da cama com rapidez e caiu. Havia esquecido por um instante que não tinha mais uma das pernas. Isso aconteceu outras vezes. Muitas outras vezes. Às vezes machucava-se. Parecia que o cérebro insistia em negar que o seu corpo não estava completo. Sentia a mão esquerda formigar. Uma coceira na mão direita. O pé ardia sempre, do mesmo jeito que ficava depois de trabalhar muitas horas com aquelas

botas duras e pequenas. Síndrome do membro fantasma, diziam os médicos. No caso, três fantasmas. Estava difícil viver. Acordava cada vez mais tarde porque a dificuldade para dormir aumentava a cada noite. Mesmo tomando medicação antidepressiva desde a internação no hospital, começou a trocar o dia pela noite. Ainda quando desperto, não saía da cama.

O corpo doía. Aliás, o corpo doía desde o primeiro poste que sustentou nos ombros. Antes padecia por excesso de desgaste, agora sentia os efeitos do limite dos movimentos possíveis. Cansaço sem fim. Não conseguia fazer nada e, paradoxalmente, estava sempre exausto. Sentia uma angústia no peito que escorria em lágrimas, embora não soubesse responder por que estava chorando. Ninguém perguntava também. Contentavam-se com suas suposições. A esposa mudou de quarto. Aquela televisão ligada durante toda a madrugada impedia seu sono. Mas ele não conseguia deixar de se hipnotizar com a tela. Passar a noite em claro com seus próprios pensamentos era insuportável. O casamento começou a desmoronar. E depois acabou, de fato. Paula voltou com Mariana para o norte do estado. O filho de 18 anos assumiu todas as funções da casa e da vida de Douglas. Apesar de estar mais adaptado e conseguir já realizar diversas atividades corriqueiras sozinho, depender dele era pior do que precisar da esposa. Douglas sentia que estava roubando sua juventude. Sua energia para estudar e trabalhar. Os sintomas depressivos pioraram. “Tem dia que eu não tenho humor pra nada, tem hora que... tem dia que acordo e falo: por que que eu acordei hoje? Devia ter continuado dormindo, não dá vontade de nada”, disse ao psiquiatra, depois de dois meses esperando pela consulta que durou dez minutos. Dobro da dosagem e nova medicação para combater a insônia, mas nada adiantou. Uma voz interior oscilava entre autculpa e compreensão do contexto. Lembra-se, por vezes, das condições de trabalho:

É muitas condições críticas, até chegar no acidente. Podia ter acidentado qualquer dia. Pequenos acidentes acontecem todo dia na empreiteira. Sempre uma hora ou outra cê machuca um dedo, uma chave cai, cê vai apertar uma porca, a chave vem e pega no queixo assim... Mas por que aconteceu isso comigo, Deus? Nossa! Podia ter feito diferente, se eu tivesse pedido para conferirem a chave, não tinha acontecido.

Encerrando seu cotidiano nas paredes de sua casa, refém da monótona rotina, tudo foi ficando cinza. Não via cores, não sentia gostos ou cheiros. Não queria mais *kiwi* nem manga. Não tinha motivo para viver nem mais um dia sequer. Não via nada em seu futuro. Os sonhos foram todos embora. Daqui a dois anos? Dez anos? As coisas vão só piorar. Não havia perspectiva de melhora. Dizia a si mesmo:

Se eu for velho, vou ser o velho mais complicado da história. Eu queria viver o resto da minha vida trabalhando pra sobreviver... Tinha felicidade naquilo que eu fazia. E eu posso

falar: vai ficar tudo bem, mas não é verdade. Mesmo se eu ganhar muito dinheiro com a indenização. Eu nunca vou mudar de vida, dinheiro não vai me dá braço não, nem dignidade, quem me dá dignidade é trabalho, e eu nunca mais vou poder trabalhar.

Começou a planejar o suicídio. Chegou à conclusão de que o mais tóxico em seu acesso era o herbicida que o filho estava aplicando no entorno da casa para matar as folhas, os rebentos e as raízes da erva daninha que o impediam de plantar hortaliças. Aproveitou um momento em que estava sozinho e pegou o produto que dizia *Roundup* em sua embalagem.

Destampeí com os dentes, ia beber tudinho, eu tava decidido já. Ia tomar todo o veneno. Aí gritou no meu portão, da minha casa. Só que na hora, antes de eu beber, passou na minha cabeça assim ó: e seu tomar e ficar pior do que eu tô, vou dar mais trabalho. Ficou aquela dúvida.

Quem batia à porta era Joaquim, diretor do sindicato dos eletricitários. Ele era uma das poucas pessoas que permanecia frequentando a casa de Douglas. Eles haviam criado uma relação de cumplicidade para além das trocas institucionais oferecidas pela entidade. Inclusive porque não era unânime a posição dos sindicalistas em relação ao apoio a um trabalhador terceirizado acidentado, que, afinal, não era filiado. As empreiteiras empregadoras do setor elétrico eram formalizadas como empresas da construção civil. Os “biés” não cogitavam o que era luta e coletividade sindical. A confiança de Douglas em Joaquim demorou a se estabelecer. No início sempre questionava a disponibilidade insistente do sindicalista: “Esse pessoal que representa os eletrikamigueiros querendo me ajudar? Por quê?”

Naquela tarde, Joaquim chegava trazendo notícias sobre o processo judicial. Percebeu que Douglas estava um pouco mais abalado, mais triste, mas os dois não chegaram a mencionar sobre a vontade de tirar a própria vida. As perícias haviam sido marcadas, finalmente. O direito à indenização, que parecia certo, ainda que insuficiente para reparar os danos do acidente na vida de Douglas, estava mostrando-se de difícil acesso. O primeiro advogado que ele procurou, logo após o retorno para casa depois da internação no hospital, cobrou dele três mil reais adiantados. Sem condições financeiras, Douglas angustiou-se e foi orientado por Joaquim a trocar de profissional, alguém que era de confiança do sindicato e que cobraria do trabalhador uma porcentagem da indenização apenas ao final da lide judicial.

A presença de Joaquim resgatou em Douglas um fio de esperança. O agendamento das perícias aproximava-o minimamente da chance de conseguir próteses, especialmente para as mãos, que trariam de volta algumas das funções dos membros necrosados e

amputados. Havia meses que o juiz não manifestava em seu processo. Nada acontecia. A boa-nova trazida pelo sindicalista, que ali se prestava ao papel de comunicação, visto que Douglas não compreendia nada do que dizia o advogado com aquele português rebuscado, que parecia falar só para “doutor” entender, foi como tomar um gole de vida que o afastava da sede de *Roundup*. “A possibilidade de ter as mãos me faz querer ficar em pé”, confessou ao amigo.

Um mês depois chegara o dia da perícia com o engenheiro de segurança do trabalho. Ao contrário das expectativas do advogado de Douglas, o perito nomeado pelo juiz não realizou a investigação no local do acidente, o que poderia ajudar a entender por que o croqui não servia ou por que a comunicação não poderia ser feita aos gritos, por exemplo. Reuniram-se numa sala, Douglas, os profissionais que contribuiriam para as perícias a favor de ambas as partes e também uma testemunha. A testemunha era Borges, seu antigo amigo, que presenciou a morte do marido da prima, que o socorreu em seu próprio acidente, que sabia e vivia cada detalhe daquela rotina escravizada de trabalho penoso. Quanto aos demais, como se tratava de contrato terceirizado, a parte reclamada – neste caso, aquela que é convocada para responder à demanda ajuizada pelo trabalhador – incluía tanto a *Eletrikamig* quanto a empreiteira, assim era representada por dois advogados e também dois assistentes técnicos. Douglas, por sua vez, tinha seu advogado, mas não contava com assistente técnico, visto que não tinha condições financeiras para arcar com o custeio do trabalho desse profissional, que, necessariamente, tem que ser contratado de forma particular já que o Estado não garante tal serviço à população. O assistente técnico é um profissional especialista que, geralmente, tem a mesma formação que o perito oficial. Esse último é um expert nomeado pelo juiz para elaborar um laudo que o ajude a embasar tecnicamente a sentença. Logo, a participação dos assistentes técnicos visa contemplar o princípio do contraditório e da ampla defesa previsto no artigo 5º da Constituição da República, pois que eles são os profissionais capacitados a questionar as conclusões de quem, possivelmente, influenciará a decisão do magistrado.

O perito engenheiro, nomeado pelo juiz responsável pelo processo judicial de Douglas, pouco guiava a reunião. A advogada da empreiteira e o advogado da *Eletrikamig* aproveitando-se, sem titubear, da falta de pulso firme do profissional que deveria estar ali assegurando a imparcialidade da investigação do acidente de trabalho, perguntavam em tom agressivo: “Douglas, você é adulto, você sabia que tinha que ter feito aterramento, não é mesmo? Usar EPI era sua responsabilidade. Você aprendeu isso durante seu treinamento, não é mesmo?” Douglas tremia nervoso. Pior que sofrer um acidente, é ser

vítima de um crime. Pior que ser vítima de um crime, é ser culpado no lugar e pelo seu próprio algoz. Seu advogado tocou levemente no seu antebraço esquerdo e lembrou-lhe de que ele não precisava responder. A perícia seguiu. Borges, ao ser questionado pelo perito, não conseguia cruzar seu olhar com o de Douglas. Ele não estava respondendo a verdade! Ele dizia que sim, que eles, trabalhadores terceirizados da Eletrikamig, trabalhadores da santo-não-importa-qual-engenharia, sempre usavam equipamentos de proteção tanto individuais quanto coletivos. Douglas exaltou-se: “Como você tem coragem?” Borges não teve mais coragem. Ele se levantou, afirmou que não aguentava mais aquilo e foi embora. O advogado de Douglas já havia antecipado, antes da perícia, que era comum as empresas pressionarem os empregados para depor de forma falaciosa a favor delas, sob o risco de perderem o emprego. Mas ele não podia imaginar o que seria ver o próprio amigo afirmando uma mentira descaradamente, ainda que fosse visível sua tensão e constrangimento. O perito engenheiro fez algumas rápidas perguntas para Douglas sem maiores aprofundamentos. A perícia durou, ao todo, 30 minutos.

Após uma semana, era chegada a hora da perícia médica. Douglas tinha esperanças de que dessa vez seria de fato ouvido, afinal, o perito não seria mais um engenheiro e sim um médico. Talvez, ele pudesse dizer o quanto suas costas doíam, como era ruim não estar ouvindo bem, contar que sentia formigar as mãos que já não estavam ali em seu corpo, perguntar se era normal aquela sede toda, pedir ajuda para que voltasse a dormir e ter apetite, dizer da sua vontade recorrente de se matar, relatar o quanto estava deprimido por ter visto sua família partir... “Quem sabe esse médico não pode me dar receita de um calmante, assim posso ser menos impaciente e chamar Paula e Mariana para voltarem para casa.” Seu pensamento flutuava sobre expectativas. Claro que um médico entenderia que perder dois braços e uma perna havia trazido consequências avassaladoras a sua saúde, tanto física quando psíquica. Seu advogado avisou que não poderia acompanhá-lo dessa vez. Explicou que a perícia médica era atravessada por um sigilo profissional da medicina e, por esse motivo, os advogados não participavam. Aconselhou que fosse com sua esposa. Ele precisaria de alguém para ajudá-lo com a entrega dos documentos, mas o advogado não sabia que Paula havia ido embora. Douglas pediu ao filho para acompanhá-lo.

Chegando ao consultório, aproximou-se do balcão da recepção, não foi convidado a se sentar e começou a responder a perguntas sobre sua vida e seu acidente na frente de toda a gente que ali também aguardava algum atendimento médico “sigiloso”, ainda que suas informações pessoais fossem colhidas pela secretária. Ainda que a anamnese não

fosse feita por um profissional da medicina e estivesse sendo realizada em público. A funcionária também informou que o filho de Douglas não poderia entrar no consultório. Após 40 minutos de espera, ele foi chamado para entrar. Entraram também dois médicos, assistentes técnicos, um representando a Eletrikamig, e o outro a empreiteira. O médico perito nomeado pelo juiz mal o cumprimentou. Os médicos conversavam entre si sobre outros assuntos. Falavam sobre o quanto tiveram que estudar, comentavam sobre sua rotina de trabalho, colegas que tinham em comum. Cooperação estabelecida em dois minutos. A sensação de Douglas era de que ali havia três contra um. A situação era pior que a perícia realizada pelo engenheiro de segurança. Quando, finalmente, o médico perito voltou o olhar para o trabalhador, disse: “A perícia é técnica e sem emoções.” Começou, em seguida, a fazer umas perguntas, mas foi interrompido pelo telefone celular que tocou. O médico atendeu. Quando terminou a ligação, Douglas aproveitou para apontar que ele também tinha perdido parcialmente sua audição em decorrência do acidente. Contudo, seu advogado não havia anexado ao processo os exames que comprovavam essa perda, ou seja, os atestados ocupacionais que mediam a audição quando ingressara na empreiteira e também após o acidente. Douglas tentava folhear, com os antebraços, aflito, os documentos que estavam na pasta cuidadosamente organizada pelo filho, em busca desses exames para mostrar ao perito, que o interrompeu dizendo: “O que não está nos autos, não existe.” Os outros dois médicos assistiam a cena com ar de deboche. A perícia durou 30 minutos. Menos tempo do que ele passou na sala de espera. Douglas nem sequer foi ouvido, não havia nem a hipótese de ter solicitado uma receita de ansiolíticos. Sentia-se injustiçado. Foi entendendo como eram violentos os bastidores da Justiça do Trabalho.

Passados alguns meses, uma notícia boa parecia surgir: o juiz havia determinado que a Eletrikamig pagasse as próteses para os antebraços de Douglas. Com seu filho, viajou até à cidade de Campinas, no estado de São Paulo, ao encontro de uma clínica especializada. Após diversos testes, exames e exercícios de adaptação, os especialistas indicaram as próteses mioelétricas, as mais modernas e, conseqüentemente, as mais caras oferecidas pela clínica. Douglas, mais uma vez, sentiu o coração se preencher de esperança na viagem de volta ao Triângulo Mineiro. Contudo, passados alguns dias, concluiu que aqueles braços mecânicos não o estavam ajudando na vida cotidiana. Não se adaptara. Mais uma frustração. Pediu ajuda ao sindicato para voltar a Campinas. Lá chegando, Douglas insistiu em experimentar novamente uma prótese mais simples, com a qual havia se sentido mais confortável e seguro durante os testes iniciais. Quis voltar

para casa com ela, mas não pôde. O depósito judicial da Eletrikamig para a clínica já havia sido feito. E o valor, três vezes superior às próteses mais simples, seria descontado da sua indenização. Douglas, indignado, tinha os olhos lacrimejados dentro do ônibus de volta, mais uma vez, para a casa.

Mais alguns meses e a sentença foi liberada. O juiz julgou que, como Douglas tinha acesso a equipamentos de proteção individual fornecidos pela empreiteira e que no dia do acidente não realizou o teste de energização da rede, procedimento para o qual fora treinado e que deveria ter adotado para realizar as atividades no dia do acidente, a culpa das partes era recíproca. Ou seja, a decisão judicial foi de que a reponsabilidade do acidente era metade de Douglas, pois havia realizado um “ato inseguro” no trabalho, e metade das empresas por terem sido omissas diante das decisões do trabalhador. Dessa forma, decidiu-se pela metade do valor da indenização postulada pelo advogado de Douglas, visto que o trabalhador deveria dividir a participação patronal culposa. O advogado do trabalhador não recorreu, pois compreendeu ser correta a decisão judicial, uma vez que, de fato, Douglas havia preterido os procedimentos de segurança no dia do acidente.

Nesse meio tempo, as legislações quanto à licitude da terceirização e à responsabilidade subsidiária da empresa tomadora de serviços foram alteradas no Brasil, o que levou a Eletrikamig a reclamar uma nova decisão, ainda que tenha sido responsabilizada por apenas um quarto do valor da indenização, visto que metade ficou a cargo do próprio trabalhador e o outro um quarto como responsabilidade da empreiteira. Em seguida, a empreiteira declarou falência. Douglas e seu advogado preocupam-se com a possibilidade de não receber nenhuma indenização. Douglas resta sem acesso ao dinheiro no aguardo do trânsito julgado.

O ano é 2020.

5 CENAS DE PESQUISA E QUESTIONAMENTOS TEÓRICOS

*Materiais dispersos
Com afeto, mãos e mentes
Dão contornos diversos*

Neusa Cavedon

A experiência da pesquisa agrega-me novas possibilidades de olhar e interpretar o que me cerca. “Tu não usas uma metodologia. Tu és a metodologia que usas” (Tavares, 2006, p. 62). No encontro de encontros que se tecem na minha atividade de pesquisadora, novos debates passam a atravessar meu corpo-si (Schwartz & Durrive, 2003, 2009) e o espaço-tempo de pensar é atravessado pelo espaço-tempo de viver (Hissa, 2013). No percurso investigativo, incorporo minha temática e passo a enxergar no mundo pontos de reflexão. Refletir diz respeito a pensar intensamente sobre algo e também, na física, consiste no retorno, com uma mudança de sentido, ao meio inicial, de uma onda após entrar em contato com uma superfície refletora. O *corpo-pesquisadora* transita e reflete.

Há uma dimensão ética na pesquisa relacionada ao comprometimento “com alguma visão de mundo, com os valores, conhecimentos e crenças que (re)(de)formam o olhar do(a) pesquisador(a)” (Zanella, 2008, p.29). O corpo-pesquisadora transita no mundo e leva consigo uma potência de observação. Seu distanciamento físico do campo empírico não indica uma desimplicação. Pelo contrário, a implicação é entrelaçamento intersubjetivo (Amado, 2006) e, por isso, a pesquisa viaja junto com a pesquisadora. Implicar vem do latim *implicare*, derivado do verbo *plicare*, em francês *plier* (Amado, 2006), no português: dobrar. Dobro(-me) a (à) minha temática de tese doutoral. Ou seja, engrandeço-a ao mesmo tempo que estou dela convencida. “O mundo é feito de aberturas que se dão para outras” (Hissa, 2013, p.17). Cidades, datas e detalhes diversos compõem cenas. Cenas, ou superfícies refletoras, a partir das quais retorno ao meu campo empírico para pensá-lo, com outros sentidos, com conceitos teóricos. Reflito ao flunar. E nesse processo, realidade e teoria questionam-se mutuamente. “Não há como concluir senão através de interrogações que decorrem da trajetória da pesquisa” (Hissa, 2013, p.56).

5.1 Cenas de pesquisa

5.1.1 Cena 1

Setembro de 2015. Ainda antes de ingressar no doutorado, eu estava na cidade de Franca, no estado de São Paulo, para o IX Seminário de Saúde do Trabalhador. Nessa

ocasião, nós nos debruçaríamos sobre a temática da terceirização do trabalho. Recordo-me do vento quente que soprava; meu desalento durante os dias dessa estadia. Todos os palestrantes apresentavam informações e reflexões que apontavam para uma precarização negligente com a classe trabalhadora, consequência direta da subcontratação. Muitos dos pesquisadores que fizeram parte da minha formação, e que eu admiro muito, estavam ali. Por exemplo, Ricardo Antunes, intelectual de renome internacional nas investigações sobre o trabalho. Outros estudiosos, eu conheci nessa ocasião e passaram a ser referências importantes para meus estudos. É o caso de Grijalbo Fernandes Coutinho.

Autor do livro *Terceirização: Máquina de Moer Gente Trabalhadora* (2015), Coutinho é desembargador na Justiça do Trabalho, estudioso do capitalismo e militante contra a precarização. Muitas das citações apresentadas no primeiro capítulo desta tese doutoral advêm daquele livro. Em sua conferência no evento de Franca, Coutinho remeteu-se aos frequentes acidentes com terceirizados do setor elétrico, afirmando que após os choques de alta voltagem, que acarretavam amputações, restavam “pedaços de carne”. No momento destinado às perguntas, pedi a palavra, pois acreditava que a expressão utilizada era, no mínimo, inadequada. Afinal, ainda que mutilados, falávamos de trabalhadores, de pessoas repletas de subjetividade. Algumas delas inclusive faziam parte do meu convívio por eu estar realizando sua assistência técnica perante a Justiça do Trabalho. Grijalbo desculpou-se em público. E depois também por e-mail:

Mais uma vez quero renovar as mais sinceras desculpas pela infelicidade da frase isolada por mim proferida acerca da destruição e do dilaceramento das pessoas trabalhadoras pelo modo de produção terceirizante. Ninguém deixa de ser menos pelo fato de ter um pedaço de seu corpo arrancado (nunca pensei assim), embora a dignidade humana reste solapada de maneira intensa (esse foi o sentimento que pretendi expressar). Pedaços arrancados jamais transformam os seres humanos em pedaços de pessoas, mesmo porque atributos como personalidade e outros elementos inerentes à alma, ainda que machucados ou vilipendiados, não se tornam menores, como colocastes de forma mais apropriada em sua preciosa intervenção e bem merecida reprimenda pública a que mereci receber. Foi grande a contribuição que me oferecestes para não persistir no erro de abordagem. Tenho profunda admiração por pessoas ativas, independentes e pouco preocupadas em agradar mediante um incômodo silêncio.

Forte abraço,
Grijalbo⁶⁰.

Tornamo-nos amigos.

5.1.2 Cena 2

⁶⁰ A publicação do texto do e-mail nesta tese foi autorizada por Grijalbo Fernandes Coutinho.

Novembro de 2018. Eu estava em Barcelona, na Espanha, e fiz uma visita inesperada ao *Centre de la Imatge la Virreina*, onde conheci o trabalho de Lorenza Bottner. Supreendentemente, tratava-se de uma artista natural do Chile que havia perdido ambos os braços em decorrência de um choque elétrico de alta voltagem sofrido na infância. Seu corpo, marcado pela amputação de membros superiores, é um dos elementos centrais da sua obra, repleta de autorretratos. Ela recebeu terapias especializadas na Alemanha e recusou o uso de próteses que contribuiriam para a normalização visual do seu corpo e a sua adaptação ao processo produtivo. Aprendeu a pintar e a desenhar usando a boca e os pés. A arte de Lorenza “questiona a hegemonia das mãos”, como estava grafado na parede do museu. Durante a visita senti-me especialmente atraída pela obra em que Lorenza, amarrada a uma camisa de forças e enclausurada em um cômodo, desenha, com os pés, uma janela, por onde foge. Trata-se de uma propaganda dos lápis de cor da Faber Castell.

5.1.3 Cena 3

Janeiro de 2015. Chego ao Triângulo Mineiro para conhecer e entrevistar os trabalhadores para quem vou prestar assistência técnica judicial. Todos são terceirizados do setor elétrico e sofreram acidentes mutilantes de trabalho. Precisamente na cidade de Patrocínio, conheci Lúcio Nery, com quem conversei por cerca de três horas, em sua casa. A capacidade reflexiva de Lúcio impressionava-me. Ele expressava elaborações profundas e coerentes sobre sua própria experiência. Uma delas se destaca aos meus ouvidos – Lúcio refletia sobre o (não) lugar social que o trabalhador terceirizado ocupa:

Empreiteira é um trem [*sic*] esquisito, e outra coisa, um esquisito que não existe, nós não existe [*sic*], nós existe [*sic*] pra [empresa contratante], a terceirizada. Mas o mundo, vou falar Minas Gerais, não sabe o que é uma empreiteira, porque aqui é a [empresa contratante], uai! Nós somos dublê. (...) nós é que [*sic*] nem o sombra do Sílvio Santos, só sabe que existe o sombra, mas quem é o sombra? Então nós não existe [*sic*].

Coincidentemente, à época, estava também na cidade a equipe que realizava o documentário em que Lúcio fora convidado a contar sua história. Cruzamo-nos, rapidamente, quando aproveitei a oportunidade para comentar a interessante analogia de dublê que Lúcio trouxera em nossa conversa, pois acreditava que valia a pena pensarem sobre isso juntos. No dia seguinte realizaram as filmagens e, na obra final, a voz de Lúcio ecoa logo na primeira cena:

Nós costumava falá [sic] até nesse Luz Para Todos⁶¹. Quando ia fazer a propaganda, nunca aparece um caminhão de empreiteira construindo, um caminhão de empreiteira. Então é um pessoal que trabaia [sic] e que ninguém conhece eles [sic]. Por isso, costumo falá [sic] que é um dublê. Assiste tanto filme e vê, fica fã dos caras, o super-homem, acho que foi que caiu dum cavalo e ficou paralítico. Quantos voos esse cara fez, quantos pulos, quantas quedas. Na verdade, é alguém ali por detrás que faz, né. É que nem nós [sic]. Acredito que nós seja [sic] como um dublê. (Maia & Machado, 2015)⁶²

O documentário foi intitulado *Dublê de Eletricista*, mas poderia ser lembrado como o primeiro dublê que se tornou protagonista; “protagonista do caos”, como disse-me Lúcio no dia da estreia do curta-metragem, dez meses depois.

5.1.4 Cena 4

Novembro de 2017. Eu estava em Paris e fui convidada a participar do terceiro encontro de *Étonnants Travailleurs, Voyage au Cœur de l'Activité*⁶³. Os organizadores disseram-me que eu teria cinco minutos para apresentar alguma cena inquietante da minha atividade de trabalho. Busquei as memórias dos meus ofícios de professora e de psicóloga do sindicato dos eletricitários, mas não encontrei as “gramas” de atividade que eu gostaria de trazer ao público. Pensei então na minha atividade de pesquisadora e, surpreendentemente, um detalhe específico de uma das entrevistas do doutorado reverberou na minha lembrança afetiva. Eu não havia pensando sobre ela antes. Bruno, eletricista terceirizado e vítima de acidente de trabalho, havia perdido um braço devido à necrose causada pelo choque elétrico. Ele também havia perdido, temporariamente, o movimento de ambas as pernas. A descarga elétrica abrasou consideravelmente sua superfície corporal e uma das consequências das queimaduras foi uma lesão na região jugal – um buraquinho na bochecha por onde espirrava saliva e, logo, constrangimento social. Bruno não tinha controle da saída das secreções da boca, o que fez com que ele carregasse uma toalhinha sobre o ombro durante um ano e dois meses. Os medicamentos receitados pelo médico que o acompanhava não resultaram em qualquer solução para o problema. A indicação do profissional foi a supressão de alimentos cítricos da dieta e a aceitação da nova condição. Mas Bruno resolveu experimentar uma pomada que tinha em casa: “passava todo dia, toda hora que eu lembrava... um dia tampou [sic]”. Eu estava na

⁶¹ Luz Para Todos é Programa do Ministério de Minas e Energia, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003 visando ampliar a distribuição de energia elétrica no Brasil.

⁶² Maia, B, & Machado, C. (2015). *Dublê de Eletricista: Um Documentário Sobre a Terceirização no Setor Elétrico Brasileiro*. Belo Horizonte: Sindieletrô.

⁶³ *Trabalhadores Surpreendentes: Um Diálogo Sobre a Atividade* (Rabelo & Akoka, 2018).

sala da casa dele, em julho de 2016, quando ele relatou sua alegria por já estar há três meses saboreando, novamente, *kiwis*.

Quando “cinco minutista”, no evento em Paris, percebi que minha atividade de pesquisa me remete a inesperados, inclusive aquele de perceber que é uma questão de humanidade o sofrimento nas pequenas coisas.

5.1.5 Cena 5

Agosto de 2019. Viajei à Foz do Iguaçu, pois fui convidada a participar de um evento no Instituto Federal do Paraná (IFPR). Um dos meus primeiros destinos nessa cidade foi a Itaipu Binacional, onde conheci a história dos trabalhadores que construíram a barragem para exploração das Sete Quedas com o objetivo de gerar energia elétrica. O canteiro de obras, composto por milhares de brasileiros e paraguaios, funcionava 24 horas por dia, entre 1975 e 1982, para erguer a então⁶⁴ maior hidrelétrica do mundo. Durante a visita àquele cinza imenso, escutei o guia do passeio turístico relatar que há registros de que alguns corpos de trabalhadores tenham se misturado ao concreto que sustenta a barragem. Inúmeros acidentes de trabalho ocorreram ali. Muitos deles, fatais. No dia seguinte, ao entrar no Campus do IFPR, reparei na frase que estampava o letreiro de boas-vindas, encomendada para a inauguração do Instituto em 2009. O pedido fora feito em parceria entre a instituição de ensino e a hidroelétrica, ao escritor português José Saramago, que registrou: “Trabalhar com as mãos ensina muito”.

5.2 Questionamentos teóricos

5.2.1 O corpo-si está mutilado?

Mais do que estrutura biológica que sustenta um ser vivo, o corpo é possibilidade; é matriz da atividade humana (Schwartz & Echternacht, 2009). O sujeito transforma o mundo e a si mesmo por meio do seu arcabouço. Especialmente na experiência de trabalho, produz conformações, desenvolvimento; logo, história. “É no corpo de um trabalhador que a história da atividade se registra” (Mata, Oliveira & Barros, 2017, p. 365). O corpo é lócus de construção de saberes e inscreve-se como recurso nas fronteiras indefinidas das dimensões do sujeito, da sensorial à cultural. Ele é potência criadora e transformadora (Cunha, 2007; Schwartz, 1998); uma estrutura com prolongamentos que ultrapassam a pessoa física, pois agrega e sintetiza todo o debate de

⁶⁴ A Itaipu Binacional foi a maior hidroelétrica do mundo até o ano de 2012, quando seu tamanho foi superado pela Usina de Três Gargantas na China.

normas e de valores exigidos pela atividade humana (Schwartz, 2014). É no corpo que o sujeito agrega e hierarquiza saberes para atuar no mundo, é nele que se constitui a reserva de alternativas e que se armazenam patrimônios. No esforço de recentramento, o ser vivente intenta, constantemente, imprimir, no mundo, suas próprias normas, mediante sua experiência pragmática (Athayde & Brito, 2011; Canguilhem, 2006; Schwartz, 2010, 2014; Schwartz & Durrive, 2003, 2009).

O fazer humano não prescinde de um engajamento corporal (Schwartz, 2014), pois trabalhar é, sempre e em alguma medida, ser artífice; é realizar uma conexão entre o intelectual e o manual (Davel, Cavedon & Fisher, 2012). O corpo é o hífen do saber-fazer; é caminho indispensável entre o que se sabe e o que se faz, e vice-versa. Os saberes também se fazem a partir das experiências práticas do corpo. Algumas competências do agir registram-se no corpo, ao ponto de serem chamadas de automatismos, pois dificilmente são passíveis de verbalização (Leplat, 1995, 1997). Há uma sabedoria do corpo, muitas vezes não visível e observável, mas inconsciente (Schwartz, 2013). “A incorporação permite a conversão das informações e das práticas em conhecimento tácito e sensível” (Davel et al., 2012, p. 16). Ela admite ainda reduções de cargas cognitivas, de maneira a comportar outras destinações ao controle da atenção consciente (Leplat, 1995, 1997; Pudelko, 2012). Nesse sentido, o corpo, frequentemente, está para além do caminho. Ele é o próprio agente condutor de um saber em aderência, aquele que é investido na gestão que se faz necessária para a realização da atividade humana, no aqui e agora que, em alguma dimensão, é sempre inédito (Schwartz & Durrive, 2003, 2009). Um saber que não está necessariamente formalizado, mas que se produz a partir do encontro entre experiência acumulada e as convocações feitas pelas situações históricas da realidade (Schwartz, 2010). É justamente o conjunto de recursos do corpo – sensoriais, cognitivos e motores – que possibilita a aderência de uma ação à especificidade da situação concreta (Schwartz, 2014).

Assim, há uma materialidade no sujeito da experiência, denominada pela perspectiva ergológica como *corpo-si*. Trata-se de um conceito de ordem antropológica que pressupõe a totalidade de um organismo, bem como sua relação com o meio (Schwartz & Echternacht, 2009). *Corpo-si* designa a entidade da atividade industriosa, o *si-mesmo*⁶⁵ entrelaçado com o corpo biológico; um centro de arbitragens perpassado pela

⁶⁵ Yves Schwartz, precursor da perspectiva ergológica, inspirou-se no discurso de Zaratustra para elaboração do conceito de *corpo-si*: “Por trás dos teus pensamentos e sentimentos, irmão, há um poderoso

história individual e coletiva (Cunha, 2007; Muniz, Santorum & França 2018; Schwartz & Durrive 2008, 2009). Uma entidade enigmática atravessada pelas dimensões sociais, intelectuais, subjetivas e psíquicas (Schwartz & Durrive, 2003, 2009), o corpo-si constrói-se no enfrentamento ao real e, assim, multiplica as possibilidades de fruição da vida, ao fazer história (Schwartz, 2014):

O corpo-si é a história, história da vida, do gênero, da pessoa, é a história de encontros sempre renovados entre um ser em equilíbrio mais ou menos instável e uma vida social, com seus valores, suas solicitações, seus dramas... é a história, história como memória sedimentada, organizada na miríade dos circuitos da pessoa; mas também história como matriz, energia produtora de inédito: na medida onde a intenção renormalizante é às vezes imposta ao ser. (Cunha, 2007, p. 8)

Nesse fazer e ser história, o corpo-si, inevitavelmente, atravessa e é atravessado por experiências diversas. Experiência no sentido de acumular competências (no alemão: *Erfahrung*), e no que se refere a passar por eventos que deixam marcas emocionais (no alemão: *Erlebnis*) (Sennett, 2010)⁶⁶. Assim, a trajetória do corpo-si não necessariamente apresenta-se em linearidade, posto que acontecimentos disruptivos, como um acidente de trabalho, podem corromper sua materialidade e suas possibilidades de subjetivação. Um acontecimento, enquanto categoria biográfica, indica um impacto na existência, algo que impede o sujeito de se representar como antes fizera, pois instaura-se um abalo radical dos recursos simbólicos existentes. Como tal “produz disjunções na trama das representações e das rotinas, criando esgarçamento no tecido da realidade” (Carretero, 2003, p. 268). Os resultados do acidente destroçam o mundo anterior e reivindicam um remanejamento psíquico da realidade, posto que o rompimento com a continuidade dos processos de subjetivação gera uma alteração no destino social e no sistema relacional dos sujeitos (Carretero, 2003). “Eles foram cortando meu braço e minhas pernas aos poucos [durante a internação no hospital, devido ao alastramento da necrose causada pela queimadura]. Quando eu me vi sem as duas pernas, não sabia se Deus existia”, relata José.

O acontecimento se inscreve em uma complexidade de significações. Envolve processos de reflexão e de análise e, desse modo, pode levar a mudanças, por vezes, irreversíveis, pois produzem ressignificações e abrem janelas de interpretações (Giust-

soberano, um sábio desconhecido – ele se chama Si-mesmo. Em teu corpo habita ele, teu corpo é ele” (Nietzsche, 2011, p. 35 apud Muniz, Santorum, & França, 2018).

⁶⁶ Em sua obra *Ce que Sait la Main, la Culture de l'Artisanat*, o sociólogo Richard Sennett (2010) apresenta os dois termos que existem exclusivamente no idioma alemão, *Erfahrung* e *Erlebnis*, para evidenciar os sentidos distintos possíveis para a palavra experiência em outros idiomas. Já a partir da obra de Walter Benjamin (Benjamin, 1994, 2000), é possível aproximar o termo *Erlebnis* da palavra vivência ou, ainda, da expressão experiência vivida; e *Erfahrung* como experiência que pode ser acumulada numa lógica coletiva, potência capaz de germinar e tecer outras histórias (Cunha, Santos & Cunha, 2015; Freitas, 2014).

Desprairies & Lévy, 2015). Indica uma reconfiguração de tudo que atravessa o corpo-si, instigando questionamentos em relação a esse conceito: seria também o corpo-si passível da mutilação? O que se perde do uso de si quando o corpo é rompido? Se o emaranhado de arbitragens para agir no mundo está enraizado no corpo biológico (Schwartz, 2011), esvazia-se parte das reservas de alternativas acumuladas? E ainda, aquelas a serem produzidas, como se constituem quando pernas e braços são necrosados?

Quando perde os membros de seu corpo, o trabalhador sofre uma mutilação muito além da física: tem seu instrumento de transformação do mundo dilacerado. O acontecimento como um *Erlebnis* provoca uma disrupção no *Erfahrung*, de forma que a construção de si mesmo é restringida, visto que as possibilidades de experiências práticas e concretas com o mundo tornam-se dificultadas. Muito além de automatismos que se perdem, a mutilação, especialmente dos braços, faz com que atividades outrora extremamente simples e cotidianas tornem-se complexas e árduas. Antes, eletricitistas profissionais; agora, sujeitos incapazes de trocar uma lâmpada em qualquer cômodo da sua própria casa. A carga cognitiva que poderia ser poupada e destinada a elaborações mais complexas de intervenção na realidade, especialmente a partir da encarnação do saber (Leplat, 1995, 1997), passa a ser altamente demandada a cada microação. Tomar um gole d'água, por exemplo, passa a ser possível apenas se houver uma estratégia de posicionamento do copo, o que inclui ainda a participação de um outro. Instaura-se uma dependência para atos banais. Não apenas o trabalhador acidentado passa a ter que lidar com uma nova demanda mental que implica seu agir limitado, como aqueles que o rodeiam precisam, agora, preocupar-se com aspectos antes irrisórios e ordinários. Nesse sentido, o sujeito vítima do acidente necrosante tem muitas de suas possibilidades de contribuição coletiva substituídas por necessidades constantes de suporte social.

Saberes investidos e história encarnada, imprescindíveis a um agir competente (Schwartz, 1998) e autônomo, são apartados com os membros extirpados do corpo biológico. O suporte físico da produção de história é interrompido. Impossível dizer que se trata apenas de um corpo físico mutilado. Trabalhar com as mãos ensina muito, disse Saramago, indicando as inúmeras possibilidades de aprendizado através da atividade manual.⁶⁷ E quando se é impedido de trabalhar por não mais tê-las? Como lidar com a

⁶⁷ A frase de José Saramago dedicada ao Campus Foz do Iguaçu, um dos 26 campi do Instituto Federal do Paraná, coincide com a pauta da superação da dualidade histórica entre trabalho manual e intelectual prevista para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei 11.892/2008. O escritor português, Nobel de literatura, não tinha curso superior, mas um curso técnico na área da mecânica (Colombo et al., 2020).

privação daquela que fora a atividade que definia o ser enquanto indivíduo no contexto social? Quais são as possibilidades de construção do si quando se está impedido de atuar no mundo com sua inteligência corporal? De acordo com Canguilhem (1966), há uma impossibilidade de redução normativa do ser vivo, posto que o humano não se limita ao seu organismo. Entretanto, na ausência das mãos, insubstituíveis por qualquer ferramenta, pois nenhuma substituirá o tato, por exemplo⁶⁸, quais seriam as possibilidades de, no seio da atividade, o indivíduo construir sua experiência? A vida dos terceirizados eletricitários vítimas de acidentes mutilantes se assemelha mais àquela dos construtores de Itaipu do que das possibilidades de (re)desenho da inserção profissional, como fez Lorenza, a artista. As mortes dos trabalhadores representantes da *mão de obra* na construção da hidrelétrica eram tão numerosas que passaram a ser previsíveis. No outro extremo, a artista chilena, de modo inédito, reconfigura sua inserção social por meio daquilo que pinta com os pés, inclusive realizando uma ação de marketing para uma empresa produtora de material de escritório alemã, depois de ter acesso a um tratamento especializado naquele país europeu. Àquilo que cada corpo pode aderir, depende o lugar social que esse si consegue ocupar.

5.2.2 O que resta ao trabalhador braçal sem os braços?

As possibilidades de questionar a hegemonia das mãos não são as mesmas para Lorenza e para Lúcio. Ele já se reconhecia à sombra, como um dublê, quando nem sequer tinha os membros corrompidos, mas era um trabalhador terceirizado. O corpo, além de (im)possibilidade, é também ponte, passagem entre os espaços público e privado, onde se dá uma dinâmica de trocas entre o ser e o meio (Schwartz & Echternacht, 2009). O corpo-si é formado na trama do trabalho social (Muniz et al., 2018). Não há história de humano singular dissociada da história coletiva, e o corpo-si porta os estigmas de suas tentativas de inscrição como ser social (Schwartz, 1995). Talvez aí possamos encontrar uma pista ao desliz de Grijalbo Fernandes Coutinho, na ocasião daquela palestra, em 2015. O que faria um teórico e militante contra a terceirização titubear sobre permanência socioexistencial do trabalhador terceirizado mutilado? Seria o panorama de invisibilidade no qual estão imersos os trabalhadores braçais, sem braços?

⁶⁸ Ainda que existam próteses com terminações nervosas que objetivem substituir artificialmente e parcialmente os membros do corpo humano, em nível estético como também funcional, há uma impossibilidade de restauração total das funções naturais. As principais queixas de rejeição das pessoas protetizadas são: desconforto com peso, falhas mecânicas e mal encaixe, aparência artificial, restrição dos movimentos e falta de sensação de tato (Guarino, Chamlian & Masiero 2007; Resnik et al., 2012).

O sujeito não existe em si mesmo, não tal como uma substância. O que existe é um processo, um devir, uma subjetivação relacionada a seu poder de agir (Roche, 2010):

Esse trabalho de subjetivação supõe uma dupla base: no corpo, dimensão vital da realidade humana, e no social. Ele implica sentimentos, afetos, componentes sensoriais e perceptivos, bem como a transformação dessa “matéria prima” da experiência psíquica pela simbolização, necessariamente intersubjetiva: para se ver, se ouvir, se refletir, o sujeito precisa ser olhado, visto, escutado por outro sujeito e, para além dele, pela comunidade dos homens. (Lhuillier, 2017, p. 297)

Cada trabalho prescrito corresponde a um corpo prescrito (Schwartz & Echternacht, 2009), e a organização do trabalho delinea as formas sociais de utilização do corpo (Lima, 1997; Pinto, 2007), possibilitando, ou não, que ele seja reconhecido. Pode-se assumir, então, que há um corpo conceitualizado para cada classe social e há uma classe predestinada ao trabalho braçal. “O aviltamento do trabalho manual tem uma função de classe, função social e econômica” (Colombo et al., 2020, p. 2).

Como [o terceirizado] entra em uma empreiteira? Ele entra pra fazer o serviço braçal da empreiteira, o braçal que tem um contato mais bruto, que é o de ser um ajudante, é o que fura buraco, é o que carrega material, é o que limpa os equipamentos, é o que faz tudo. Recebe muito pouco, muita das vezes, se esse trabalhador for muito bom pra fazer isso, eles não vão querer deixar que ele passe a ser eletricitista, porque ele é muito bom nisso. Ele é barato. (José Henrique – eletricitista)⁶⁹

Os braços desses trabalhadores “baratos” compõem as engrenagens da máquina produtiva e é nessa função que seu corpo biológico é funcional ao corpo social. O corpo funcional é aquele que corresponde a uma determinada especialização de gestos preconcebidos, ainda que sejam os gestos que possibilitam o “contato mais bruto” com o meio que sofre intervenção. Nesse sentido, o corpo útil é definido por normas que o hetero determina, uma funcionalização da vida humana que se relaciona a certas exigências de performance (Schwartz & Echternacht, 2009).

Então, o que resta à mão de obra quando ela já não tem mais mãos para obrar? Torna-se pedaço, inútil ao sistema produtivo? Teria Grijalbo razão em sua exposição? O corpo-si mutilado passa a carregar o estigma das deformidades físicas como expressões de uma imagem social deteriorada (Goffman, 2008). Aquele que não corresponde às expectativas acerca da aparência corporal é tomado como desacreditado e diminuído (Botelho, 2012; Goffman, 2008). O corpo que foge ao esperado e ao simétrico afasta-se da imagem do que é socialmente reconhecido como eficiente (Amaral, 1994). Um corpo que já estava à margem do lugar de reconhecimento, como terceirizado, passa a ser também um corpo inadequado. Seria esse percurso uma fonte para entender o fato de que

⁶⁹ *Documentário Dublê de Eletricitista* (Maia & Machado, 2015).

todos os trabalhadores que participaram desta pesquisa atravessaram a ideiação suicida?

As marcas do sentimento de impotência são expressas por José:

Sentia aborrecido, né? Dava desespero, tanto é que eu, no pronto socorro, ainda eu tava [sic]... perto da janela, janela baixinha, eu olhava lá embaixo me dava vontade de pular, aquele trem [sic]... chegou a passar isso (...) pra aliviar a dor, mas tanto o sofrimento meu quanto do pessoal meu, meus irmãos, meus tios, minha noiva... (...) eu tava [sic] preocupado com eles, eu não queria que eles sofressem por minha causa, toda minha vida eu fui de ajudar as pessoas e agora eu não podia ajudar mais. (José – eletricista)⁷⁰

O trabalhador eletricitário terceirizado mutilado encontra-se em um meio social que o pressupõe inútil, logo inexistente, de forma que muitas vezes ele não encontra mais motivos para permanecer vivo.

A inutilidade, assim como o conceito de sujeito, também é relativa. Ser inútil indica uma relação e não uma característica intrínseca a um indivíduo. Ninguém é inútil em si mesmo, mas cada um pode vir a ser aos olhos dos outros, ou aos seus próprios olhos, em razão do (não) destino atribuído pela norma em uma determinada sociedade. A inutilidade diz de uma privação de acesso às capacidades elementares, aquela que gera impedimentos a um futuro que não seja a simples e medíocre repetição do presente (Giraud, 2015). O corpo-si mutilado que já não é considerado corpo socialmente útil resta impotente em se projetar no futuro e se recriar:

Os sonhos que eu tinha, eles foi cortado [sic] (...) Todos os meus limites eu gostei de superar, hoje (...) alguns limites eu não dou conta de superar mais. (Paulo – eletricista)⁷¹

Cê [sic] tem sonhos, cê [sic] tem planejamento de vida... cê [sic] quer fazer isso, entendeu? Futuramente cê [sic] pensa naquilo, aí de repente acontece isso. Eu não sei o que eu posso fazer. Tá difícil te falar o que eu penso pra daqui dois, três anos, bem próximo assim. Nem penso em dez anos, a longo prazo não, é a curto prazo mesmo, mas eu não sei. Não sei se eu vou conseguir voltar a estudar. (...) Eu era um cara muito do bem, eu gostava muito de ajudar as pessoas, sabe? (...) O pessoal aqui do bairro tem assim muito carinho comigo porque eu sempre ajudei muita gente, sabe? Se tivesse uma pessoa precisando fazer uma obra aí, precisando de um servente, eu ia lá e fazia, se precisasse de uma instalação, eu ia lá e fazia. Não cobrava nada. Se precisava de levar em algum lugar, eu pegava minha moto e levava. (João – eletricista)⁷²

As reduções das possibilidades de ação sobre o mundo indicam também uma destruição de si mesmo (Rezvani apud Gaulejac, 2011). Estar no mundo com limitações severas para contribuir com o patrimônio coletivo afeta também as possibilidades de construção de si mesmo (Schwartz, 1995). O sujeito é, necessariamente, um sujeito social que se constrói na relação com o outro. Esse laço social se dá no conjunto dinâmico de transformação da realidade (Lhuillier, 2017). O sujeito constrói a si mesmo e ao seu

⁷⁰ *Documentário Dublê de Eletricista* (Maia & Machado, 2015).

⁷¹ *Documentário Dublê de Eletricista* (Maia & Machado, 2015).

⁷² *Documentário Dublê de Eletricista* (Maia & Machado, 2015).

mundo pela atividade e, especialmente, pela atividade de trabalho, que funciona como um meio de construção de si, da identidade social, um operador central do desenvolvimento pessoal (Jobert, 2014). A autonomia do sujeito baseia-se na realização contínua de posições teleológicas, na produção e na reprodução da vida societal, no processo de autorrealização da humanidade (Lukács, 1978). O afastamento do trabalho é fonte de grande sofrimento e de vazio existencial relacionado a um esfacelamento do status social (Doppler, 2007; Lima, 2003). “O que me faz mais falta é trabalhar”, afirma João.

As reduções do poder de agir de um corpo-si mutilado interrompem a atividade e a práxis nela incluída. “A práxis é a esfera na qual se expressam e se realizam nossas identidades pessoais e coletivas, nas quais se afirma o sentido que a vida tem para nós” (Lhuillier, 2017, p. 301). O trabalho, enquanto práxis, coloca os sujeitos em movimento. “É próprio da vida, como atividade, não ficar indiferente ou inerte. O meio próprio do homem não é neutro, mas construído em relação a valores” (Muniz et al., 2018, p. 71). Mas, de “eficiente para deficiente”, como afirmou Paulo, eletricitário ativo que passou a se sentir neutro e sem função após o acidente: “O neutro da rede, sem a rede, ele num [*sic*] é nada, neutro é neutro”.

Contudo, esse sujeito permanece existindo, afinal, o corpo-si é matriz de um retrabalho contínuo (Schwartz & Echternacht, 2009), ainda que de forma ínfima. O trabalhador eletricitário mutilado é também ser desejante. Ele segue imprimindo suas peculiaridades no mundo. Ele quer, por exemplo, comer uma fruta específica; ele almeja a reparação de um dos diversos danos que o choque elétrico lhe causou para voltar a saborear um *kiwi*, reafirmando a vida como motor de singularização (Schwartz & Echternacht, 2009). Há um contrassenso na tentativa de redução normativa do ser vivo, especialmente porque ele não se limita a seu organismo. A vida é luta permanente contra a inércia (Canguilhem, 1966, 2006). Árbitro mais íntimo da atividade, o corpo-si busca a vida, resiste às tentativas de ser objetivado e escolhe a si mesmo (Schwartz & Durrive 2003, 2009; Schwartz & Echternacht 2009).

5.2.3 Tragédia pessoal ou obsolescência programada?

Embora o acontecimento tenha efeitos avassaladores diferentes para cada corpo-si, e ainda que ele guarde sua capacidade de ressingularizar o meio, os acidentes desses trabalhadores não se referem a tragédias pessoais, das quais eles são vítimas aleatoriamente. A limitação da eficiência de atuação no mundo relaciona-se com a vulnerabilidade que atravessa a integralidade do corpo, pertinente às situações sociais nas

quais o corpo-si se inscreve (Cunha, 2007; Schwartz, 1998). Essa vulnerabilidade indica o corpo-si como local de incidência de critérios economicamente úteis, especialmente quando está submetido a situações de trabalho precário. A precariedade, como condição de trabalho, é também uma condição de experiência (Cingolani, 2005), e a terceirização, como situação conjuntural persistente, está diretamente relacionada à atividade subjetiva (Gennari & Albuquerque, 2013), aquela da construção de sujeitos sociais (Thompson, 1981). Assim, a precariedade conduz a uma potencialização da violência, que inclui a vulnerabilidade física de um certo grupo de pessoas, conforme afirma Butler (2016): “Como algo que, por definição, está submetido à habilidade e à força do social, o corpo é vulnerável. Ele não é, contudo, uma mera superfície na qual são inscritos significados sociais, mas sim o que sofre, usufrui e responde à exterioridade do mundo” (p. 58).

Nem toda vida é passível de luto (Butler, 2016), nem todo corpo é exposto à mutilação. Ainda que acidentes atípicos possam acontecer na vida de alguém, como na infância da artista Lorenza, a morte dos operários da construção de Itaipu não se trata de exceção. Há enquadramentos sociais que dizem respeito às exclusões impostas pelo sistema produtivo capitalista, que são maximizadas pelas formas precárias de trabalho, como é o caso da terceirização no setor elétrico. A classe que vive do trabalho precário está à mercê da violação da vida: “Nesse serviço, ou você morre ou você fica aleijado”, disse Fernando. Os delineamentos impostos pelo sistema socioprodutivo afirmam quais vidas se destinam a serem sistematicamente lesadas e negligenciadas. “Então, é uma história que ninguém conhece, um povo que ninguém conhece”, comenta Paulo. Os terceirizados do setor elétrico são dublês, como bem elaborou Lúcio. Eles assumem os riscos do processo produtivo, sem a possibilidade de recebimento dos créditos da produção (Maia & Machado, 2015; Rabelo, Castro & Silva, 2016). À margem, como dublês, sua inserção no sistema formal de emprego e seu acesso à seguridade trabalhista são muito sensíveis e instáveis. Seus acidentes de trabalho não são acasos lutosos, mas têm raízes organizacionais (Llory & Montmayeul, 2014) e expressam uma forma de violência social (Machado & Gomez, 1994) contra quem sempre esteve à beira do descartável. Trabalhadores definidos como corpos substituíveis, anônimos, à sombra, passíveis de invisibilidade.

As consequências desses acidentes também não se restringem aos percursos individuais. O que são os indivíduos depende das condições materiais da produção (Marx & Engels, 2006), de si mesmos e do mundo. Os modos de (sobre)viver após a mutilação dos braços e/ou das pernas são interdependentes à concretude das experiências possíveis

no meio técnico-social. A precarização do trabalho é uma experiência social, tal como o é a deficiência (Diniz, 2007; Diniz, Barbosa & Santos, 2009; Diniz, Squinca & Medeiros, 2007; Santos, Diniz & Pereira, 2009). A deformidade do corpo biológico de um trabalhador braçal parece fazer com que o corpo-si passe a ser estrangeiro em um cenário xenófobo, digno do olhar perplexo (Amaral, 1994), mas não passível do reconhecimento empático. A experiência humana constrói-se dentro das possibilidades da vida coletiva numa dada cultura. As funções passíveis ao corpo humano são expressões dos modos de vida socialmente adotados num meio (Canguilhem, 1966; Schwartz & Echternacht, 2009). Nesse sentido, a “significação do sofrimento psíquico” é “uma questão eminentemente política, já que diz respeito à maneira com que os corpos sofrerão interferências, os comportamentos serão normatizados, os processos de socialização e de reprodução de modos de vida serão defendidos” (Safatle, 2011, p. 12).

Experimentar o corpo fora da norma será uma sentença biológica de fracasso, salvo a predominância de condições sociais favoráveis para agregar às diversas formas possíveis de estar no mundo. A capacidade de incorporar a diversidade é uma questão de justiça social (Diniz, 2007).

A lesão aos corpos é uma consequência perversa, porém previsível, do capitalismo, assim como o é a segregação dos corpos lesionados (Abberley, 1987). Ao contrário da ideia de tragédia ocasional pessoal, a lesão à vida e aos corpos é fato ordinário em determinadas organizações sociais do trabalho, como se pode observar a partir do panorama estatístico apresentado no primeiro capítulo deste *texto-tese*.

O sistema produtivo não apenas gera as lesões, como produz a exclusão dos corpos lesionados. Ao ditar as regras do corpo eficiente, uma engrenagem perfeita à máquina, não há lugar àquele que se torna dependente do cuidado de outrem, como o personagem-síntese Douglas, cuja estória foi apresentada no terceiro capítulo. Contudo, as relações de dependência são produzidas e inevitáveis pela/à vida social. “São os vínculos de dependência que estruturam as relações humanas, visto que a dependência é algo inescapável à história de vida de todas as pessoas” (Diniz, 2007, p. 68).

A ideia de normalidade para a eficácia e a permanência junto ao corpo social reduz a variabilidade humana ao utilitarismo. Normal, etimologicamente, é o que está dentro do esquadro (Lalande, 1997), que assume a forma prevista pelo sistema técnico-produtivo. A necessidade da normalidade surge para responder aos apelos de uma sociedade capitalista, que cristaliza esses parâmetros para produzir seu próprio sucesso (Marchesan, 2018). Nesse sentido, o corpo humano é também fruto da atividade social. A constância

de traços determinados, esteticamente normais e dentro da média, indica normas de vida (Canguilhem, 1966). E essa normatividade social depende dos valores em circulação:

Com que olhar gerimos nossas relações com nossos semelhantes? Nossa tendência é reduzi-los a instrumentos da nossa vontade, das nossas tarefas a cumprir, de nossos projetos de vida, de riqueza e de poder? Ou os vemos como nossos semelhantes, sempre mais ou menos atravessados por questionamentos, por “dramáticas” que convocam de maneira mais ou menos clara ou obscura seu próprio ser? (Schwartz, 2011, p. 132).

Para que o corpo não se subjugue à instância de experiência da opressão, seja como alvo do trabalho precário mutilante, seja como digno de exclusão por ter sido lesionado, é preciso pautar a necessidade das relações de interdependência e do cuidado coletivo (Diniz, 2007; Diniz et al. 2009). É mister ir além de uma ideia de tragédia pessoal e ponderar a obsolescência programada que um sistema sociotécnico impõe às pessoas que o compõem. É preciso preconizar uma sociedade como entidade coletiva relativamente pertinente (Schwartz & Durrive, 2003, 2009): aquela que produz seus laços a partir da pertinência das ações coletivas, mediante as necessidades humanas que tecem a história, possibilitando a partilha e a construção de vínculos entre semelhantes, um trabalho de ajustamento contínuo e recíproco de valores sem dimensão, que podem possibilitar, de fato, um viver juntos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Destrava quem me bloqueia
Quem reinstala dispositivos que nos bloqueiam
Impedem a fala ao contrário da empresa que atrapalha
Toda energia é pra ser de graça*

BaianaSystem

Em linhas finais, permito-me conversar diretamente com vocês, leitoras e leitores desta tese. Também convoco diálogo com outros autores, contrariando as regras tácitas do que é esperado na sessão conclusiva de uma tese de doutorado. Na expectativa de que o texto tenha sido mais do que informação, anseio que ele lhes tenha possibilitado uma experiência no sentido de que algo tenha acontecido (Bondía, 2002). Espero que estas reflexões os tenham mobilizado e que possam, ainda, provocar algumas derradeiras reflexões. Desejo que as palavras selecionadas na narrativa deste percurso investigativo tenham feito de vocês “territórios de passagem”, “superfícies sensíveis”, produzindo afetos, inscrevendo marcas, deixando vestígios e efeitos (Bondía, 2002, p. 24). Almejo que vocês tenham se exposto à receptividade, criando uma abertura ao padecimento (Bondía, 2002) pelas trajetórias dos trabalhadores terceirizados do setor elétrico em Minas Gerais, para além de colocá-las em primeiro plano, que vocês tenham se apropriado desta temática “como condição fundamental à elaboração e efetivação de novos discursos, experiências e práticas” (Debortoli, 2016, p. 16).

E quais renormalizações podemos elaborar a partir dessa experiência? Esta tese parte de um panorama macro, mergulha no micro, elabora questionamentos teóricos e agora propõe-se a retornar ao macro, considerando, supostamente, que encontra aqui leitores transformados pelos capítulos que antecedem estas breves considerações finais. Evidentemente espero ter deixado, ainda mais, manifesto para vocês que a terceirização está diretamente atrelada à precarização do trabalho e da vida. Especialmente tratando-se do setor elétrico, tão estratégico para uma economia que enfrenta uma busca pelo desenvolvimento, como no Brasil, visto que a energia é elemento central para o alargamento produtivo e para o bem-estar social (Ferreira et al., 2014). Mas convido ainda que pensemos um pouco mais além: a terceirização indica uma falência de Direitos Constitucionais expressamente assegurados aos trabalhadores, deslegitimando o Direito do Trabalho por meio de sua flexibilização a sangue-frio (Alves, 2010, 2013). Mas seria suficiente concluir este doutorado reivindicando o retorno à primarização do trabalho no setor elétrico em Minas Gerais? Ou seja, preconizando que empresas tais como a Cemig

possam reestruturar seus processos produtivos e galgar lucros, talvez, um pouco inferiores aos 3 bilhões que ofereceu aos seus acionistas em 2019⁷³? Seria possível valorizar a vida humana, que vende sua força de trabalho para produzir e distribuir energia elétrica à população, não a tratando com a insignificância cunhada pela exploração, reivindicando as possíveis reparações previstas pelo Direito do Trabalho?

Os direitos dos trabalhadores emergem, justamente, para compensar sua inferioridade econômica (Oliveira, 2019). Constituem-se como instrumentos inafastáveis de afirmação do Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana nas relações entre capital e trabalho, visando a promoção de justiça social. Considerando-se que a pactuação empregatícia é inevitavelmente desigual, já que engloba a detenção de meios de produção e exploração de mais-valia, espera-se sua atenuação mediante o exercício do Direito do Trabalho, que busca possibilitar ao trabalhador uma relação trabalhista protegida (Alves, 2013). Contudo, é inegável que o Direito do Trabalho desempenha também função capitalista, pressupõe correções atenuantes, mas apresenta inevitavelmente um papel conservador, que mantém a hipossuficiência da classe que vive do trabalho, indicando a reprodução lícita do capitalismo em um, suposto, patamar civilizatório mínimo, de maneira que interessa substancialmente ao empregador ao gerar manutenção do *status quo* no modelo legislado (Alves, 2013). Os detentores dos meios de produção dispõem de diversos instrumentos para fazer valer sua vontade no momento da pactuação empregatícia. A classe trabalhadora, por sua vez, acomoda-se na lógica de corrigir, paliativamente, as desigualdades impostas, pois sua preocupação central é o custo de vida e não os sistemas político e econômico vigentes que preservam os interesses patronais (Alves, 2013). Esse é o motivo pelo qual alguém se expõe a um serviço onde “todo mundo sabe: ou morre, ou fica aleijado”, como disse Fernando. Sabendo de antemão desse risco, ele se engaja como eletricitista terceirizado porque precisa sobreviver; e na sobrevivência não há tempo para questionar as estruturas capitalistas.

O eletricitista hoje, na verdade, ele é escravo de empreiteira. (...) Cê num [*sic*] tem tempo pra viver com sua família, cê num [*sic*] tem tempo de fazer um curso, alguma coisa que você tenha pretensão. Infelizmente, se você quiser fazer outra coisa, seguir outra coisa, cê [*sic*] tem que sair. (João – eletricitista)

O Direito do Trabalho pressupõe a dissonância prevista no pacto laboral de forma a agir de maneira, minimante, restitutiva. O empregado agredido busca a reparação do

⁷³ Segundo a reportagem disponível em <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/24/lucro-liquido-da-cemig-cresce-quase-84percent-em-2019-e-ultrapassa-r-3-bilhoes.ghtml>, do G1 Minas — Belo Horizonte, publicada em 24/04/2020: “A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) apresentou crescimento de quase 84% no lucro líquido em 2019 em comparação com 2018.”

dano na Justiça do Trabalho, que deveria fixar indenização suficiente a minorar o sofrimento suportado diante de práticas violentas de exploração de trabalho (Alves, 2013), tais como aquelas sobre as quais nos debruçamos neste estudo doutoral. Contudo, o que se dá na prática é a fixação de valores indenizatórios que são, talvez, até mesmo mais aviltantes do que o próprio ato patronal ilícito, data máxima vênua (Alves, 2013). Como exemplo, no caso de Fernando, que teve fixada apenas metade do valor indenizatório previsto pela Justiça diante do acidente de trabalho que o mutilou um braço e uma perna. Isso porque a juíza de Direito que julgou seu caso compreendeu que metade da “culpa” cabia ao próprio trabalhador, já que ele havia, deliberadamente, preterido o uso dos equipamentos de proteção individual. Essa decisão contou com a concordância do próprio advogado trabalhista de Fernando, ao dizer-me, quando questionei a possibilidade de impetração de recurso: “Mas, de fato, ele vacilou mesmo nesse ponto”. Acrescento: Fernando, bem como todos os outros sujeitos que contribuíram com essa pesquisa, “vacilou” desde o início, quando sabia que se não morresse, ficaria aleijado. Cabe então à classe trabalhadora a punição completa por saber, a priori, que se submete a uma relação, necessariamente, abusiva e violenta? Teriam esses trabalhadores outra opção além daquela de serem vítimas de um crime sobre o qual têm conhecimento de antemão?

Considerando que corrigir bases não é possível sem remodelar estruturas, é preciso questionar o modo de produção reivindicando uma emancipação político-econômica. A liberdade para “escolher” ser suprimido descartável da acumulação e da concentração de renda na lógica neoliberal não parece satisfatória (Safatle, 2020⁷⁴). A estrutura precisa ser renormalizada. Não basta confiar que os sujeitos possam se reinventar, ainda que eles sigam vivos e em atividade. O objetivo desta tese não é incentivar uma reforma, uma negociação, uma primarização da geração e da distribuição da energia elétrica. A terceirização, acrescida da queda das leis e das normas que protegem a classe trabalhadora, só escancara as consequências do modo de produção capitalista. Nesse sistema de produção, o trabalho é, essencialmente, alienado, externalizado e, logo, mutilante. Dessa forma, demandar a regularização da exploração do lucro no setor elétrico é uma contradição. Em verdade, a regularização tenta estabelecer um diálogo impossível na contradição capital-trabalho. É preciso mais, é necessário que a luz não seja produto.

⁷⁴ Recuperado de <https://jornalgggn.com.br/blog/doney/bem-vindo-ao-estado-suicidario-por-vladimir-safatle-n-1-edicoes/>

A energia é um direito social e não deveria ser uma fonte de lucro sobre a exploração da classe que vive do trabalho. “Mulheres, água e energia não são mercadoria”, assim como grita o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁷⁵. Dessa forma, termino este *texto-tese* questionando a viabilidade de pleitear um trabalho digno no contexto da comercialização da energia, visto que essa não deveria ser uma possibilidade de exploração de mais-valia.

Ainda que a proposta pareça utópica, que ela, ao menos, comece a existir através de novas rotas discursivas, que tenha um ponto de partida por meio das palavras a serem compartilhadas para que germinem práticas concretas de luta. De fato, como afirma Bondía (2002):

as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso. (p. 21)

Assim como nos ensina Audre Lorde (2019), a qualidade da luz pela qual escrutinamos nossas vidas tem impacto direto sobre a materialidade que vivenciamos e também sobre as mudanças que esperamos trazer. E nossas palavras, de autoras mulheres, são lugares de possibilidades, especialmente, em busca da liberdade. Nossa poesia não é um luxo e sim uma necessidade vital.

⁷⁵ Recuperado de <https://mab.org.br/2018/03/21/mulheres-gua-e-energia-n-s-mercadoria/>

REFERÊNCIAS⁷⁶

- Abberley, P. (1987). The concept of oppression and the development of a social theory of disability. *Disability, Handicap & Society*, 2(1), 5-19.
- Adichie, C. N. (2017). *No seu pescoço* (The thing around your neck. Julia Romeu, trad.) (1ª ed). São Paulo: Companhia das Letras.
- Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). (2019). *Indicadores de segurança do trabalho e das instalações*. Recuperado de <http://www.aneel.gov.br/seguranca-do-trabalho-e-das-instalacoes>
- Almeida, M. G. (2016). *Terceirização, competitividade empresarial e normatização estatal: Um enfoque no serviço público de distribuição de energia elétrica*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Alves, A. C. (2010). Neoliberalismo, flexibilização a sangue-frio e o direito do trabalho no Brasil. *Revista LTr*, 74, 1245-1255.
- Alves, A. C. (2013). *Função Capitalista do Direito do Trabalho no Brasil*. São Paulo: *Revista LTr*.
- Alves, G. (2009). Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálysis*, 12(2), 188-197.
- Amado, G. (2006). Implication. In J. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Lévy (Orgs.), *Vocabulaire de psychosociologie: Positions et références* (2ª ed. p. 367-374). Toulouse, France: Érès.
- Amaral, L. (1994). Corpo desviante: Olhar perplexo. *Psicologia USP*, 5(1-2), 245-68. doi:10.1590/S1678-51771994000100016.
- Amato Neto, J. (1995). Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 33-42. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200006>
- Antunes, R. (2002). As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). *Caderno CRH*, 37, 23-45.
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho* (2ª ed). São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2015). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (16ª ed). São Paulo: Cortez.
- Antunes, R., & Druck, G. (2013). A terceirização como regra? *Revista do TST*, 79(4), 214-231.

⁷⁶ De acordo com as normas da American Psychological Association (APA).

- Aquino, C. A. B. de, Sabóia, I. B. de, Melo, P. B. de, Carvalho, T. A. de, & Ximenes, V. M. (2016). Terceirização e saúde do trabalhador: Uma revisão da literatura nacional. *Revista Psicologia, Organizações e Trabalho*, 16(2), 130-142. <https://doi.org/10.17652/rpot/2016.2.660>
- Arantes, A. C. Q. (2016). *A morte é um dia que vale a pena viver*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Athayde, M., & Brito, J. (2011). Ergologia e clínica do trabalho (p. 258-81) In P. Bendassolli & L. Soboll (Orgs), *Clínicas do trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas.
- Barbosa, A. M. e S. (2010). A naturalização da identidade social precarizada na indústria do alumínio primário paraense. *Sociologias*, 23, 268-303. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000100010>
- Benjamin, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras Escolhidas, 7ª ed., Vol. 1). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (2000). *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. (Obras Escolhidas, Vol. 3). São Paulo: Brasiliense.
- Botelho, F. (2012). *Corporalidade e estigma: estudo qualitativo com pacientes em reabilitação de queimaduras*. (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Brandão, J. de S. (2014). *Dicionário Mítico-Etimológico*. São Paulo: Vozes.
- Brasil. Lei 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Novo Código do Processo Civil. Brasília/DF: Presidência da República.
- Brasil. Lei 13.429, de 31 de março de 2017 (oriunda do Projeto de Lei 4.302/1998). Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília/DF: Presidência da República.
- Brito, P. S. dos S. (2017). *Análise comparativa de acidentes do trabalho fatais entre funcionários próprios e terceirizados no setor elétrico brasileiro*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Tecnologia LACTEC, Curitiba, Paraná.
- Canguilhem, G. (1966). *Le normal et le pathologique*. Paris: Presses Universitaires de France – PUF.
- Canguilhem, G. (2006). *La connaissance de la vie*. Paris: Vrin.
- Cardoso, R. (1986). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In R. Cardoso (Org.), *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa* (2ª ed., p. 95-105). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Carreiro, T. (2003). Acontecimento: categoria biográfica individual, familiar, social e histórica. In T. Feres-Carneiro (Org.), *Família e casal. Arranjos e demandas contemporâneas* (p. 267-85). São Paulo: Loyola.
- Castro, M., Coelho, W., Esteves Junior, J. J., Cruz, L. H., & Echternacht, E. (2017). Precariedade no trabalho: Os impactos da terceirização na saúde e na segurança dos eletricitários. In E. Lourenço, V. L. Navarro, J. R. Inácio, R. Lara, & C. Nogueira (Orgs.), *Terceirização, precarização e agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as)* (Vol. II). São Paulo: UNESP.
- Chasin, J. (2000). Rota e perspectiva de um projeto marxista. *Revista Ensaio Ad Hominem, 1*, 5-78.
- Chasin, J. (2009). *Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo.
- Cingolani, P. (2005). *La precarité*. Paris: Presses Universitaires de France –PUF.
- Clapin, J. (2019). *J'ai perdu mon corps* [Animação, Longa metragem]. Netflix.
- Clot, Y. (2008). La recherche fondamentale de terrain: Une troisième voie. *Education Permanente, 177* (Agir en clinique du travail), 13-25.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Colombo, I., Ballão, C., Colombo, L., & Eckstein, L. C. (2020). Trabalhar com as mãos ensina muito: a mão de Saramago como parte da história da educação profissional e tecnológica do Brasil. *Revista Mundi Sociais e Humanidades, 5*(2), 1-24.
- Correa, P. R. L., & Assunção, A. Á. (2003). A subnotificação de mortes por acidentes de trabalho: Estudo de três bancos de dados. *Epidemiologia e Serviços de Saúde, 12*(4). <https://doi.org/10.5123/S1679-49742003000400004>
- Coura, S. B. (2011). O capitalismo contemporâneo e suas transformações: O impacto da terceirização trabalhista. *Revista do TRT 3ª região, 53*(83), 241-267.
- Coutinho, G. F. (2015). *Terceirização: Máquina de moer gente trabalhadora*. São Paulo: LTr.
- Cunha, C. M., Santos, G. M., & Cunha, D. M. (2015). Quando o trabalho faz pensar (e compartilhar) a experiência do tempo de agora (p. 461-87). In F. A. Lima, L. Di B. C. Rabelo, & M. Castro. (Orgs.). *Conectando saberes: Dispositivos sociais de prevenção de acidentes e doenças no trabalho*. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Cunha, D. M. (2007). *Notas conceituais sobre atividade e corpo-si na abordagem ergológica do trabalho*. Trabalho apresentado na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, outubro, Caxambu/MG.
- Davel, E., Cavedon, N. & Fisher, T. (2012). A vitalidade artesanal da gestão contemporânea. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social, 1*(3), 13-21.

- Debortoli, J. A. O. (2016). Da apropriação de uma história à possibilidade de sua ressignificação: Um diálogo com professoras de creches comunitárias em belo horizonte. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(1).
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). (2006). Perfil ocupacional dos empregados do setor de energia elétrica no Brasil: 1998/2004. *Estudos e Pesquisas*, 28. Recuperado de https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2006/estpesq28_eletricitarios.pdf.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). (2010). Terceirização e morte no trabalho: Um olhar sobre o setor elétrico brasileiro. *Estudos e Pesquisas*, 50, p. 18.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). (2013). *A situação energética no início de 2014: O sistema hidrotérmico e o risco de racionamento*. (Boletim do Setor Elétrico N° 3). Recuperado de <https://www.dieese.org.br/boletimsetoreletrico/2014/boletimSetorEletricoN3.pdf>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). (2017a). *Privatização, desnacionalização e terceirização no setor elétrico brasileiro*. (Nota Técnica 173, p.11-13). Recuperado de <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec173PrivatizacaoSetorEletrico.pdf>.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). (2017b). *Terceirização e precarização das condições de trabalho Condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes*. (Nota Técnica, N° 172). Recuperado de <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). (2017c). *Impactos da Lei 13.429/2017 (antigo PL 4.302/1998) para os trabalhadores Contrato de trabalho temporário e terceirização*. (Nota Técnica N° 175). Recuperado de <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec175TerceirizacaoTrabalhoTemporario.pdf>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (Dieese). (2018, novembro). Proporção de trabalhadores terceirizados no setor de distribuição de eletricidade alcança cerca de 70% da força de trabalho em 2017. *Cadernos de Negociação*, 1, (1).
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) & Central Única de Trabalhadores (CUT). (2014). *Terceirização e Desenvolvimento: Uma conta que não fecha: dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos*. Recuperado de <https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>
- Devereux, G. (1980). *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris: Flammarion.

- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. (Coleção Primeiros Passos, 324). São Paulo: Editora Brasiliense. ISBN: 978-85-11-00107-5
- Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. R. dos. (2009). Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, 6(11), 64-77. <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>
- Diniz, D., Squinca, F., & Medeiros, M. (2007). Qual deficiência? Perícia médica e assistência social no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(11), 2589-96.
- Diniz, M., & Santos, E. H. (2016). A pesquisa e sua escrita: Questão de estilo e autoria. *Revista Trabalho & Educação*, 25(1), 235-248.
- Doppler, F. (2007). Trabalho e saúde (p. 47-58). In P. Falzon (Org.). *Ergonomia*. São Paulo: Blucher.
- Druck, M. da G. (1999). *Terceirização: (Des)fordizando a fábrica*. São Paulo: Boitempo.
- Druck, M. da G. (2016). A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. In M. Teixeira, H. Andrade, & E. Coelho (Orgs.), *Precarização e Terceirização: Faces da mesma realidade* (p. 35-58). São Paulo: Sindicato dos Químicos.
- Dubost, J., & Lévy, A. (2006). Recherche-action et intervention. In J. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Lévy (Orgs.), *Vocabulaire de psychosociologie: Positions et références* (2ª ed., p. 391-416). Toulouse, France: Érès.
- Ferreira, C. V., Carleial, L., & Neves, L. (2014). Terceirização: Implicações sobre os setores elétrico e automotivo brasileiros. *Revista da ABET - Associação Brasileira de Estudos sobre o Trabalho*, 13(1), 1-17.
- Ferreira, L. L. (2001). A intensificação do trabalho ou é proibido vacilar. In F. Duarte (Org.), *Ergonomia e projeto na indústria de processo contínuo* (p. 268-280). Rio de Janeiro: Lucerna - COPPE
- Ferreira, L. L. (2001). A intensificação do trabalho ou é proibido vascular. In F. Duarte (Org.), *Ergonomia e projeto na indústria de processo contínuo* (p. 268-280). Rio de Janeiro: Lucerna – COPPE.
- Figueiredo, I. S. (2015). *A terceirização em alta voltagem na Cemig: Crônica da degradação do trabalho*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo). Recuperado de http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279740/1/Figueiredo_IgorSilva_M.pdf
- Filgueiras, V. A. (Org.). (2017). *Saúde e segurança do trabalho no Brasil*. Brasília: Gráfica Movimento.
- Filgueiras, V., & Cavalcante, S. M. (2015, janeiro). *Terceirização: Um problema conceitual e político*. Le Monde diplomatique Brasil. Recuperado de <https://diplomatique.org.br/terceirizacao-um-problema-conceitual-e-politico/>

- Franco, T., Druck, G., & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>
- Freitas, T. (2014). Erfahrung e Erlebnis em Walter Benjamin. *Revista Garrafa*, 33, 72-87.
- Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Funcoge). (2013). *Estatísticas de acidentes no setor elétrico brasileiro*. (Relatório). Rio de Janeiro: Funcoge.
- Gennari, A. M., & Albuquerque, C. M. P. (2013). *Precarização do trabalho no Brasil. Mapeamento das configurações sociais, econômicas e políticas e impactos nas condições de vida dos trabalhadores e famílias*. Anais do VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho (ALAST): O Trabalho no Século XXI. Mudanças, Impactos e Perspectivas, julho, São Paulo. ISSN: 2311-0198.
- Giraud, P-N. (2015). *L'Homme inutile: Du bon usage de l'économie*. Paris: Odile Jacob économie.
- Goffman, E. (2008). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Grimal, P. (2014). *Dicionário de mitologia grega e romana* (7ª ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Guarino, P., Chamlian, T. R., & Masiero, D. (2007). Retorno ao trabalho em amputados dos membros inferiores. *Acta Fisiátrica*, 14(2), 100-103.
- Hanique, F. (2009). Enjeux théoriques et méthodologiques de la sociologie clinique. *Informations sociales*, 6(156), 32-40.
- Hissa, C. E. V. (2013). *Entre notas: Compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Jobert, G. (2014). O formador de adultos: um agente de desenvolvimento. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17, 21-23.
- Kind, L., & Cordeiro, R. (2016). Narrativas acadêmicas ou sobre como contamos o que fazemos. In R. Cordeiro & L. Kind (Orgs.), *Narrativas, gênero e política* (p. 185-201). Curitiba: CRV.
- Krein, J. D. (2007). *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo). Recuperado de http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285517/1/Krein_JoseDari_D.pdf
- Lalande, A. (1997). *Vocabulaire technique et critique de la philosophie* (10ª ed). Paris: Quadrige / Presses Universitaires de France – PUF.

- Leplat, J. (1995). À propos des compétences incorporées. *Éducation Permanente*, 123, 101-14.
- Leplat, J. (1997). *Regards sur l'activité en psychologie de travail*. Paris: Presses Universitaires de France – PUF.
- Le Guillant, L. (2006). O caso Marie L. Marie L. In M. E. A. Lima (Org.), *Escritos de Louis Le Guillant: Da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lhuillier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 17(Especial), 5-19.
- Lhuillier, D. (2017). O agir em psicossociologia do trabalho. *Psicologia em Revista*, 23(1), 295-311.
- Lima, F. de P. A. (1997). Noções de organização do trabalho (p.167-89) In C. R. Oliveira. (Org.), *Manual Prático de LER - Lesões por Esforços Repetitivos*. Belo Horizonte: Health.
- Lima, M. E. A. (2003). A polêmica em torno da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. *Destarte*, 2(2),161-94.
- Llory, M., & Montmayeul, R. (2014). *O acidente e a organização*. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Lorde, A. (2019). A poesia não é um luxo. In A. Lorde, *Irmã outsider: Ensaios e conferências* (trad. Stephanie Borges) (1ª ed.) .Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Lourau, R. (1993). *René Lourau na UERJ: Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Lukács, G. (1978). *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas.
- Machado, J. M. H., & Minayo Gomez, C. (1994). Acidentes de trabalho: uma expressão da violência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(suppl 1), S74-87.
- Maia, B., & Machado, C. (Produtores e diretores). (2015). *Dublê de eletricista: Um documentário sobre a terceirização no setor elétrico brasileiro*. [Vídeo]. Belo Horizonte: Sindieletro. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=PuCogk8_18
- Mandarini, M. B., Alves, A. M., & Sticca, M. G. (2016). Terceirização e impactos para a saúde e trabalho: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicologia, Organizações e Trabalho*, 16(2), 143-152. <https://doi.org/10.17652/rpot/2016.2.661>
- Marchesan, A. (2018). Discurso sobre deficiência e sua relação com os conceitos o normal e o anormal, de Georges Canguilhem. *MEMENTO - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*, 9(1), 1-14.
- Marx, K., & Friedrich, E. (2006). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

- Mata, C. C., Oliveira, F., & Barros, V. A. (2017). Experiência, atividade, corpo: reflexões na confluência da psicossociologia do trabalho e ergologia. *Psicologia em Revista* 23(1), 361-73.
- Mello Filho, L. P. V., & Dutra, R. Q. (2014). A terceirização de atividade-fim: Caminhos e descaminhos para a cidadania no trabalho. *Revista do TST*, 80(3), 187-214.
- Muniz, H., Santorum, K., & França, M. (2018). Corpo-si: a construção do conceito na obra de Yves Schwartz. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 69-77.
- Oliveira, R. C. (2019). *Terceirização no setor elétrico: Estudo de caso com trabalhadores terceirizados de uma cidade do interior de Minas Gerais* (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte.
- Paula, J. F. (2012). Precarização e morte: A terceirização no setor elétrico brasileiro e o caso da CEMIG. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Pelatieri, P., Marcolino, A., & Horie, L. (2018). As desigualdades entre trabalhadores terceirizados e diretamente contratados: Análise a partir dos resultados de negociações coletivas de categorias selecionadas. In A. G. Campos (Org.), *Terceirização do trabalho no Brasil: Novas e distintas perspectivas para o debate* (p. 33-48). Brasília: IPEA.
- Pinto, G. A. (2007). *A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular.
- Politzer, G. (1975). *Crítica dos fundamentos da psicologia I*. (2ª ed.) Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes.
- Pudelko, B. (2012). Habitus et compétences incorporées : regards croisés sur « logique pratique » des pratiques enseignantes. *Phronesis*, 1(3), 69-83.
- Rabelo, L. D. B. C. (2014). *Esse trem de fiscalização: O trabalho dos inspetores ferroviários em Minas Gerais* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Rabelo, L. D. B. C., Castro, M. La G. L. de., & Silva, J. M. A (2016). Dublês do setor elétrico: Reflexões sobre identidade e trabalho terceirizado. *Revista Psicologia, Organizações e Trabalho*, 16(2), 166-175. <https://doi.org/10.17652/rpot/2016.2.647>
- Rabelo, L. D. B. C., & Akoka, N. (2018). Trabalhadores surpreendentes: Um diálogo sobre a atividade. *Ergologia*, 20, 187-202.
- Rabelo, L. D. B. C., & Barros, V. A. (2017). Le corps-soi mutilé: Quelles sont les renormalisations possibles ? *Actes du Congrès Penser et réaliser la transformation du travail: l'apport de la démarche ergologique et de l'œuvre d'Yves Schwartz*, outubro, Paris.
- Rabelo, L. D. B. C., Barros, V. A., & Cunha, D. M. (2015). A metodologia de pesquisa entre o prescrito e o real. In F. Lima, L. Di B. C. Rabelo, & M. Castro (Orgs.),

Conectando Saberes: Dispositivos sociais de prevenção de acidentes e doenças no trabalho (Vol. 1, p. 379-402). Belo Horizonte: Fabrefactum.

- Rabelo, L. D. B. C., & Silva, J. A. (2017). A perícia judicial como atuação do psicólogo do trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 2(69), 230-237.
- Raveneau, G. (2016). Além do princípio de neutralização e de engajamento dentro da experiência da pesquisa antropológica. *Revista Trabalho & Educação*, 25(1), 147-167.
- Rebello, A. M., Moreira, G. R. C., Guilherme Byrro, L., & Coura, E. B. (2018). Terceirização: O que os dados revelam sobre remuneração, jornada e acidentes de trabalho. In A. G. Campos (Org.), *Terceirização do trabalho no Brasil novas e distintas perspectivas para o debate* (p. 49-76). Brasília: IPEA.
- Resnik, L., Meucci, M., Lieberman-Klinger, S., Fantini, C., Kelty, D., Disla, R., & Sasson, N. (2012). Advanced upper limb prosthetic devices: implications for upper limb prosthetic rehabilitation. *Arch Phys Med Rehabil.*, 4(93), 710-
- Ribeiro, B. C. (2018). *O panorama atual das perícias em trabalho-saúde no Brasil: A construção das perícias em saúde do trabalhador* (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- Roche, P. (2010). Sociologie clinique du travail et subjectivation (p. 21-65). In D. Lhuillier & Y. Clot (Orgs), *Agir en clinique du travail*. Toulouse: Érès.
- Safatle, V. (2011). O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Scientiæ Sudia*, 9(1), 11-27.
- Santos, W. R., Diniz, D., & Pereira, N. (2009). Deficiência e perícia médica: Os contornos do corpo. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 3(2).
- Saraiva, L. A. S., & Silva, M. A. (2012). A decisão de terceirizar ou primarizar: Um estudo de caso em uma mineradora. *Destarte*, 2(2), 75-94.
- Schwartz, Y. (1995). De l'inconfort intellectuel, ou: comment penser les activités humaines? (p. 99-149). In P. Cours-Salies (Org.), *La liberté du travail*. Paris: Syllepse.
- Schwartz, Y. (1998). Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel. *Educação & Sociedade*, 19(65), 101-40.
- Schwartz, Y. (2000). *Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe*. Toulouse: Octarès.
- Schwartz, Y. (2004a). Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industrial. *Trabalho, Educação e Saúde*, 33-55.
- Schwartz, Y. (2004b). Trabalho e gestão: Níveis, critérios, instâncias. In M. Figueiredo, M. Athayde, & J. Brito (Orgs.), *Labirintos do trabalho* (p. 23-33). Rio de Janeiro: DP&A.

- Schwartz, Y. (2005). Atividade. *Laboreal*, 63-54.
- Schwartz, Y. (2007, outubro). Un bref aperçu de l'histoire culturelle du concept d'activité. *Activités*, 04(4-2). <https://doi.org/10.4000/activites.1728>
- Schwartz, Y. (2010). A experiência é formadora? *Educação & Realidade*, 35(1), 35-48.
- Schwartz, Y. (2011). Manifesto por um ergoengajamento. In P. Bendassolli & L. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (p. 132-166). São Paulo: Atlas.
- Schwartz, Y. (2013). As linhas de desenvolvimento específicas da abordagem ergológica. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Educação.
- Schwartz, Y. (2014). Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de Hoje*, 49(3), 259-74.
- Schwartz, Y. (2016, outubro). O conceito de atividade no princípio da cooperação *transdisciplinar II*. Conferência proferida no Programa Cátedras FUNDEP/IEAT. Belo Horizonte: UFMG.
- Schwartz, Y., & Durrive, L. (Orgs.). (2003). *L'Activité en dialogues, Entretiens sur l'Activité humaine*. Toulouse: Octarès Editions.
- Schwartz, Y., & Durrive, L. (2008). Glossário da Ergologia. *Laboreal*, 4(1), 23-28.
- Schwartz, Y., & Durrive, L. (Orgs.). (2009). *L'activité en dialogues. Entretiens sur l'activité humaine (II) suivi de : Manifeste pour un ergoengagement*. Toulouse: Octarès.
- Schwartz, Y., & Echternacht, E. (2009). Le corps-soi dans les milieux de travail: comment se spécifie sa compétence à vivre ? *Corps*, 6, 31-37.
- Sennett, R. (2010). *Ce que sait la main, la culture de l'artisanat*. Paris: Albin Michel.
- Scopinho, R. A. (2002). Privatização, reestruturação e mudanças nas condições de trabalho: O caso do setor de energia elétrica. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 5, 19-36. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v5i0p19-36>
- Scopinho, R. A. (2005). Entre o medo do trabalho e o medo de não trabalhar: Eletricitários e privatização. *Revista de Psicologia*, 23(1), 30-40.
- Silva, A. (2015). Análise organizacional de acidentes de trabalho no setor de distribuição de energia elétrica. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139369/000860423.pdf?sequen ce=1&isAllowed=y>
- Silva, L. G. G. (2013). Os acidentes fatais entre os trabalhadores contratados e subcontratados do setor elétrico brasileiro. *Revista da RET*, 12(VI). Recuperado de http://www.estudosdotrabalho.org/RRET12_2.pdf

- Silva, M. S. (2019). *Do corpo disciplinar ao corpo real: O trabalho dos agentes de segurança penitenciária* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletro). (2018, abril). Sem primarização, quadro próprio encolhe 70% em duas décadas. *Chave Geral*, 2-2.
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: Uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>
- Tarozzi, M. (2011). *O que é Grounded Theory? Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tavares, G. M. (2006). *Breves notas sobre ciência* (1ª ed). Lisboa: Relógio D'Água
- Teixeira, M., Andrade, H., & Coelho, E. (Orgs.). (2016). *Precarização e terceirização: Faces da mesma realidade*. São Paulo: Sindicato dos Químicos.
- Thompson, E. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Trinquet, P. (2010). Trabalho e educação: O método ergológico. *Revista HISTEDBR Online, Número especial*, 93-113. <https://doi.org/10.20396/rho.v10i38e.8639753>
- Varejão, A. (2004). Linda do Rosário (Série Charques). [Óleo sobre alumínio e poliuretano, 195 x 800 x 25 cm (instalação)]. Brumadinho; MG: Instituto Inhotim.
- Zanella, A. (2008). Reflexões sobre a escrita da pesquisa como tecnologia de (re)criação de si. *INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: teoria & prática*, 11(1), 28-37.
- Wroblewski, S. (2014, fevereiro). *Cemig é responsabilizada por flagrante de 179 trabalhadores em condições análogas às de escravos*. Repórter Brasil. Recuperado de <https://reporterbrasil.org.br/2014/02/cemig-e-responsabilizada-por-flagrante-de-179-trabalhadores-em-condicoes-analogas-as-de-escravos/>